



**Escola de Ciências Sociais**

**Departamento de Linguística e Literaturas**

**Curso de Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução**

**Ramo Profissionalizante**

***The Path to Power*, de Margaret Thatcher: estratégias de tradução**

**VOL I**

**Isabel Maria Domingues Quitério**

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Doutora Olga Maria T. P. M. Baptista Gonçalves

**Coorientadora:** Prof<sup>ª</sup> Doutora Ana Clara Birrento

Évora, setembro de 2012



**Escola de Ciências Sociais**

**Departamento de Linguística e Literaturas**

**Curso de Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução**

**Ramo Profissionalizante**

***The Path to Power*, de Margaret Thatcher: estratégias de tradução**

**VOL I**

**Isabel Maria Domingues Quitério**

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Doutora Olga Maria T. P. M. Baptista Gonçalves

**Coorientadora:** Prof<sup>ª</sup> Doutora Ana Clara Birrento

Évora, setembro de 2012



## **1.Agradecimentos**

Gostaria de deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos quantos colaboraram para que este Trabalho se tornasse uma realidade.

Em primeiro lugar, agradeço à Prof<sup>a</sup> Doutora Olga Gonçalves, por ter aceitado ser minha orientadora na realização deste Trabalho, pelo incentivo e pela prontidão com que sempre respondeu às minhas dúvidas, num diálogo que frequentemente não decorreu em presença, dada a distância geográfica que as minhas obrigações profissionais impuseram.

Agradeço também à Prof<sup>a</sup> Doutora Ana Clara Birrento, pelo acompanhamento prestado.

À Mestre Milena Isabel Barão Vaz, autora da tradução dos três primeiros capítulos da obra em análise, sou grata pela ajuda, assim vertida, no desbravar deste caminho e pelas palavras de incentivo que me ofereceu ao longo desta empresa.

Agradeço também muito especialmente à generalidade dos professores que me acompanharam desde a entrada para esta Universidade, em particular aos que foram responsáveis pela docência de Língua Portuguesa, bem como pela das Línguas Inglesa, Espanhola, Italiana e Francesa. Durante a aprendizagem destas línguas estrangeiras, adquiri e reforcei o conhecimento de aspetos do funcionamento da minha própria língua. Os seus ensinamentos serão por mim sempre lembrados.

À minha família dedico uma palavra especial de gratidão.

Aos meus pais, que sempre foram para mim exemplos de vida e que me demonstraram que é trabalhando, fazendo e refazendo, que nos aprimoramos e evoluímos, e que só

lutando pelos nossos ideais, os conseguimos concretizar. Agradeço-lhes também pelo seu apoio incondicional. Ao meu pai, ainda por me ter ajudado na revisão ortográfica deste Trabalho.

À minha filha, Raquel, que sempre me apoiou e incentivou, no tempo que dediquei a este Trabalho. E também por ter tomado a seu cargo todas as diligências complementares relativas à submissão do Trabalho junto desta Universidade.

Ao meu irmão, Rafael, que me socorreu à distância, sempre que me deparei com dificuldades na composição gráfica.

## Resumo

### ***The Path to Power*, de Margaret Thatcher: estratégias de tradução.**

O presente Trabalho de Projeto tem como centro a tradução dos capítulos IV (*The Outer Circle*), V (*A World of Shadows*) e VI (*Teacher's Pest*) de *The Path to Power*, o segundo dos dois volumes da autobiografia de Margaret Thatcher, publicado em 1995 por HarperCollinsPublishers.

Pretende ser um contributo para a disseminação em língua portuguesa do conhecimento de parte da vida da estadista e personalidade de importância reconhecida tanto na cena política nacional britânica como na internacional.

O exercício da tradução de tais capítulos foi norteado por fundamentos teóricos advindos dos Estudos de Tradução, tendo simultaneamente proporcionado uma reflexão sobre vários aspetos de uma prática, cujos preceitos têm avançado a passos largos nos últimos 50 anos.

**Palavras-chave:** tradução; disseminação; conhecimento.

## **Abstract**

### ***The Path to Power* by Margaret Thatcher: translation strategies.**

This Project Work focuses on the translation of chapters IV (“The Outer Circle”), V (“A World of Shadows”) and VI (“Teacher’s Pest”) of *The Path to Power*, the second of the two volumes of Margaret Thatcher’s autobiography, published in 1995 by HarperCollinsPublishers.

Aiming to the dissemination of knowledge into the Portuguese language about this relevant Stateswoman both in the British and the international political sphere, the translation of the above mentioned chapters was underpinned by theoretical concepts of translations studies, having simultaneously enabled a reflection on several aspects of the process whose precepts have taken major steps forward in the last fifty years.

**Key-words:** translation; dissemination; knowledge

# Índice

Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Índice .....	vi
Introdução.....	1
1.Aspetos de Tradução .....	4
1.1 Os três tipos de tradução de Roman Jakobson.....	7
1.2 O paradigma funcionalista de Reiss e Vermeer .....	7
1.3 Peter Newmark - “tradução semântica” e “tradução comunicativa” .....	10
1.4 A resistência em tradução defendida por F. Schleiermacher e L. Venuti .....	13
1.4.1 Foreignization e Domestication: as duas estratégias básicas de tradução, segundo Lawrence Venuti.....	14
1.5 A mestria da língua de chegada pelo tradutor, como competência primordial em tradução .....	18
2.Algumas questões suscitadas pela tradução de <i>The Path to Power</i> .....	22
3.Conclusão .....	42
Bibliografia.....	44
Anexo	
A tradução dos capítulos IV ( <i>The Outer Circle</i> ), V ( <i>A World of Shadows</i> ) e VI ( <i>Teacher’s Pest</i> ) de <i>The Path to Power</i> .	



## **Introdução**

O presente Trabalho de Projeto centra-se na tradução dos capítulos: “The Outer Circle” (IV), “A World of Shadows”(V) e “Teacher’s Pest” (VI) que integram o segundo de dois volumes da Autobiografia de Margaret Thatcher, *The Path to Power*, o qual foi publicado em 1995 por HarperCollinsPublishers, e ainda não traduzido para língua portuguesa.

Constituindo o culminar de um ciclo de formação especializada em Línguas Aplicadas e Tradução, oferecido pelo Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, aceitei de imediato a proposta feita pela minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Doutora Olga Gonçalves, para traduzir parte da obra de Margaret Thatcher, no âmbito do Projeto de Investigação *Paisagens do Ser: As autobiografias políticas de Cavaco Silva e Margaret Thatcher – Um Estudo Comparativo*, atualmente a ser desenvolvido no Centro de Estudos em Letras (CEL – UÉ) nesta Universidade. Primeiro, porque pretendia para este Trabalho, centrar-me no domínio literário, e, em segundo lugar, pela notoriedade reconhecida da Estadista em questão. O conhecimento que já detinha desta figura tão marcante da história do século XX poderia desta forma ser aprofundado – recorrendo às próprias palavras de um EU sujeito e objeto da enunciação – sendo igualmente a sua tradução um exercício capaz de responder à exigência requerida por este ciclo de estudos *post-graduados*. A realização deste Trabalho constituiu-se, pois, como um verdadeiro desafio, já que o cariz dos capítulos sobre os quais me debrucei era para mim de dificuldade acentuada. Na verdade, neles entrecruzam-se vários aspetos ideológicos e culturais, assim como posicionamentos políticos da autora e de outros, num determinado tempo e espaço, aspetos esses que seria necessário interpretar,

compreender e avaliar, de modo a vertê-los para outra língua-cultura, detentora de especificidades que lhe são, naturalmente, próprias. Não ignorando, simultaneamente, o trabalho de tradução dos três primeiros capítulos deste Volume da Autobiografia, já sancionado em provas públicas, de autoria da Mestre Milena Vaz.

A aprendizagem que tal exigente exercício me proporcionou deu-se a vários níveis. Em primeiro lugar, devo mencionar a aquisição de conhecimento acerca de alguns temas, e suas especificidades, compreendidos no *corpus*, os quais eram até então para mim desconhecidos, através das pesquisas a que os mesmos me obrigaram. De forma interligada a este processo de pesquisa, pude também aperfeiçoar o uso da minha própria língua, no cuidado a ter com o grau de formalidade observado no discurso original, o qual deveria também, tanto quanto possível, ser mantido na língua-alvo. A avaliação subsequente por parte das orientadoras foi, devo dizer, importante, na medida em que me foi tornando mais confiante no trabalho a desenvolver.

Na página 148 do capítulo V, Margaret Thatcher afirma:

*There is no better way to clarify your own thinking than to try to explain it clearly to someone else.*

Esta asserção é, para mim, muito significativa, pois também neste sentido este exercício de tradução foi extremamente enriquecedor, na medida em que só me foi possível reproduzir em língua portuguesa o conteúdo do texto-fonte depois de refletir sobre e avaliar o que eu de facto pretendia dizer e a forma como o queria ou teria de dizer. Ora, isso não teria sido possível sem antes clarificar as minhas ideias, procurando a(s) palavra(s) certa(s), assim como o seu encadeamento em unidades de sentido.

De importância crucial foi também a possibilidade de aliar o conhecimento de propostas advenientes dos Estudos de Tradução a uma atividade de natureza prática. Com efeito, e ainda que nem sempre tais propostas sejam coincidentes, foi também com base na sua diversidade que pude desenvolver e avaliar algumas das decisões que tomei.

Nesta sequência, o Trabalho que apresento contempla uma primeira parte dedicada à exposição de algumas propostas apresentadas por alguns teóricos da Tradução, ilustrando numa segunda algumas das questões suscitadas pelo texto-fonte a que tive de dar resposta.

De salientar que no que diz respeito às notas de rodapé, adotei dois tipos de metodologia: mantive as notas constantes do original, só não tendo traduzido as respeitantes a Nomes Próprios, identificadas por \*, na numeração sequencial atribuída, ou seja, onde também se incluem as notas do tradutor.

Por último, espero, com este Trabalho, ter dado um pequeno contributo para o que Newmark (1991: 41) afirma ser o futuro papel dos tradutores:

*They (translators) must be seen as key figures in promoting better understanding among peoples and nations. They must not be regarded as anonymous. They are responsible for all definitive, therefore written, bilingual and interlingual communications. They have the authority to mediate between parties, and they have their own responsibility to moral as well as to factual truth.*

## 1. Aspectos de Tradução

*TRANSLATION exists because men speak different languages.*

George Steiner (1995: 71)

O exercício de tradução é praticamente tão antigo como a própria civilização, tendo assumido, ao longo da história, um papel crucial na comunicação entre os homens, em vários domínios do conhecimento, sendo, por conseguinte, um fator preponderante no desenvolvimento intelectual, social, económico e religioso da Humanidade. Não sendo objetivo deste Trabalho apresentar a história da tradução, é, contudo, necessário fazer referência a alguns marcos relevantes desta prática no mundo ocidental tais como: a *Septuaginta*, tradução da Bíblia hebraica para o grego Koiné, da autoria de 72 rabinos<sup>1</sup> em Alexandria entre o século III A.C. e I A.C., e base de futuras traduções da Bíblia, a manifestação de Cícero e Horácio em Roma contra a tradução “*word for word*” (*verbum pro verbo*) (KASPAREK 1983: 84) no século I A.C., “*De optimo genere oratorum*”, um dos primeiros textos que se debruçam sobre métodos de tradução, da autoria de Cícero, em I A.C., assim como a autores, de entre os quais se destacam, pela importância que lhes é reconhecida: Homero, Terêncio, Virgílio, S. Jerónimo, Martinho Lutero, Leonardo Bruni, Pierre Huet, Emile Egger, John Dryden, Pope, Alexander Tytler, Goethe, Schiller, Benjamin, os irmãos Schlegel, von Humboldt, Sapir e Whorf, Ortega Y Gasset, Levý, Even-Zohar, Croce, James S. Holmes, Grice, Christiane Nord, Peter Newmark, Lawrence Venuti, Umberto Eco, Mona Baker, Susan Bassnett, B. Hatim e Jeremy Munday.

---

<sup>1</sup> HINNELLS, John (1984).

O interesse por tal prática milenar tem sido, assim, atestado por abundante literatura, tendo a concepção do ato tradutório sido encarada de forma diferente ao longo do tempo. Na verdade, o conceito *Tradução*, circunscrito “tradicionalmente e no sentido mais lato ao processo de aprendizagem de uma língua estrangeira” (LIMA 2010:13), passou a ser considerado e problematizado à luz de várias vertentes e paradigmas, como abaixo se ilustrará, sendo que, em meados do século XX a ciência da tradução começou a estabelecer-se. Nas palavras de Newmark (1991: 38),

*[...] translation theory, a subject and discipline initiated in the middle 1960s by Nida, Fedorov, Catford, Mounin, Jumpelt, Neubert and Kade, in attempts to apply linguistics to translation in a methodical and sensitive manner.*

Com efeito, a recente área disciplinar *Estudos de Tradução* passou a ser uma *disciplina* acadêmica, em que outras disciplinas e subdisciplinas se relacionam, nomeadamente a Linguística, a Teoria Literária, a semiótica, a História, as Ciências da computação, a pragmática, a Filosofia, a Filologia, a Terminologia, a hermenêutica e a metalinguagem. Conhecida nos países anglófonos como *Translation Studies*, esta disciplina começou a ser ensinada no meio acadêmico por um dos mais destacados estudiosos da tradução, o já falecido norte-americano James S. Holmes (1924-1986), emigrado na Holanda desde 1940. Holmes foi pioneiro na docência da disciplina de Estudos de Tradução, no Departamento de Estudos Literários da Universidade de Amsterdão, onde contribuiu para a criação, em 1982, de um Departamento de Estudos de Tradução.

Na atualidade, os Estudos de Tradução dizem respeito à disciplina acadêmica que se ocupa da tradução literária e não literária, interpretação oral, dobragem e legendagem, e também à área de investigação.

A natureza complexa do ato tradutório em que, como referido acima, se entrecruzam vertentes várias, com variados enfoques, tem resultado num conjunto complexo de teorias, de paradigmas e de debates. Seguindo ou reagindo a dicotomias que tradicionalmente têm influenciado a história da tradução, como sejam, por exemplo, as oposições entre ‘fiel’ e ‘livre’, ‘palavra’ e ‘sentido’, ‘normativa’ e ‘descritiva’, ‘visibilidade’ e ‘invisibilidade’ (do tradutor), ‘função’ e ‘equivalência’, ‘comunicativa’ e ‘semântica’, ‘produção’ e ‘reprodução’, ‘traduzível’ e ‘intraduzível’, ‘forma’ e ‘conteúdo’, ‘domesticação’ e ‘estrangeirização’, tal complexidade é ainda acentuada não só pelas orientações das escolas de teoria da tradução (*Vide* LIMA 2010), isto é, pelos ramos da Linguística – em que pontuam autores como Katharina Reiss, H. Vermeer, Eugene Nida, J. C. Catford, Peter Newmark - e da Literatura, nomeadamente da Literatura Comparada, cujos expoentes são, entre outros, A. Lefevere, T. Hermans, J. Lambert, Susan Bassnett, G. Toury, sem esquecer, evidentemente, o papel fundamental desempenhado pelo elemento cultural.

Neste cenário, o tradutor, que se constitui como mediador e, naturalmente, também como negociador entre duas línguas e duas culturas, vê-se confrontado com uma série de opções a tomar relativamente à sua prática.

Nas páginas seguintes, serão desenvolvidos alguns dos modelos que neste meu exercício me foram, de alguma forma, de utilidade.

### **1.1 Os três tipos de tradução de Roman Jakobson**

No seu ensaio *On Linguistic Aspects of Translation* (1959) (*Apud* Bassnett (1991), o estruturalista Roman Jakobson propõe três tipos de tradução: a) “*intralingual translation or ‘rewording’ (an interpretation of verbal signs by means of other signs in the same language)*”; b) *interlingual translation or ‘translation proper’ (an interpretation of verbal signs by means of some other language)* e c) *Intersemiotic translation or ‘transmutation’ (an interpretation of verbal signs by means of signs of nonverbal sign systems)*.

Segundo Eco (2003: 03), na denominada “*translation proper*”, em cujo âmbito se situa este Trabalho,

*there is an implicit law, that is, the ethical obligation to respect what the author has written.* (ECO 2003:3).

### **1.2 O paradigma funcionalista de Reiss e Vermeer**

Katharina Reiss introduziu o modelo de crítica de tradução sob a perspectiva funcional, refletindo sobre a pessoa a quem cabe a tarefa e tem efetivamente autoridade para avaliar e aferir a qualidade de uma tradução: se o crítico literário, ou se alguém envolvido nos meandros da tradução.

Com base nas três funções da linguagem diferenciadas por K. Bühler (1934), informativa (*Darstellung*), expressiva (*Ausdruck*) e vocativa (*Appell*) (*Vide* HATIM & MUNDAY 2004: 184) esta autora defende que a avaliação de uma tradução deve

começar pela definição da intenção comunicativa do texto original, sendo esta determinada pelas referidas funções da linguagem, e distingue três tipos de texto:

a) Informativo:

Aquele cuja função é transmitir notícias, factos e/ou conhecimento. Neste caso, a função da tradução será transmitir toda a informação, sem redundâncias, e manter todo o conteúdo do original.

b) Expressivo:

Aquele cujo escritor quis transmitir “*an artistically shaped creative content*” (HATIM & MUNDAY 2004 :184). A função da tradução deste tipo de texto será reproduzir essa forma artística na tradução.

c) Apelativo ou vocativo:

Aquele cuja função é a de provocar uma determinada reação ou tipo de comportamento no leitor. Neste caso, a função primeira da tradução é causar uma reação idêntica no seu leitor.

De acordo com a autora, é a função comunicativa do texto original que deve indicar os aspetos prioritários a serem preservados na tradução, já que é impossível expressar todos eles. Cada tipo de texto tem características próprias, as quais determinam em primeira análise as categorias literárias, linguísticas e pragmáticas, fornecendo assim pontos de referência, através dos quais uma determinada tradução deve ser avaliada. Com efeito, esta autora defende a analogia da função comunicativa do texto original com a da função comunicativa da tradução.

Sob a perspectiva de Reiss, não deve ser o texto-fonte nem o seu efeito provocado no seu leitor a determinar os métodos e estratégias de tradução, como postula a teoria de



equivalência dinâmica de Nida, exposta mais à frente, mas o propósito ou *skopos* do tradutor, o fim último do processo tradutório.

Refira-se que o conceito de *skopos* foi introduzido por Vermeer em 1970, considerando que o ato tradutório, à semelhança de qualquer outro tipo de atividade humana, persegue uma finalidade ou meta, o *skopos*, a base para a escolha dos métodos e das estratégias a serem aplicados numa tradução, de modo a produzir um resultado funcionalmente adequado, o texto de chegada (*translatum*, nas palavras do autor), visão que se assemelha ao paradigma de Reiss. O *skopos*, por sua vez, é determinado pela função que a tradução pretende cumprir, e adaptado aos leitores da cultura de chegada. “Cultura”, que Vermeer assim define:

*Culture consists of everything one needs to know, master and feel, in order to assess where members of a society are behaving acceptably or deviantly in their various roles.* (traduzido em Snell-Hornby 2006: 55) em Baker e Saldanha (1998: 72).

Segundo a teoria do *skopos*, é crucial para o tradutor conhecer a razão pela qual o texto-fonte deve ser traduzido, como também a função do texto de chegada.

Registe-se que, por sua vez, Eugene Nida distingue dois tipos de equivalência: a “formal” e a “dinâmica ou funcional”, como orientações fundamentais em tradução. De acordo com este autor, a equivalência formal é centrada na mensagem do texto original, tanto em forma como em conteúdo, perspectivada sob as formas lexical, gramatical e estrutural do texto-fonte, isto é, uma espécie de tradução literal.

Em contraste, a equivalência funcional ou dinâmica, preceito que o autor preferiu, e para o qual recuperou o princípio de efeito equivalente de Rieu & Phillips (*Vide* NIDA 1964), prevê que aos leitores de uma tradução devem ser proporcionadas as condições necessárias para que a sua compreensão e apreciação sejam idênticas às dos leitores do texto-fonte. A equivalência dinâmica tem também como objetivo produzir uma expressão natural na tradução, de modo a que o seu leitor se identifique no contexto da sua própria cultura. E a respeito do efeito equivalente e do conceito de equivalência de Nida, afirma Newmark (1994: 137):

*The effect is assumed to be mainly emotive, rather than cognitive, since the effect of acquiring new information is not particularly important. It is usually agreed that national cultures are the biggest barriers to equivalent effect.*

De facto, é à luz do seu preceito de equivalência dinâmica (1964) que Nida, *the first linguist who took translation seriously and scientifically* (NEWMARK 1991:4), traduz a Bíblia na década de 1960.

### **1.3 Peter Newmark: ‘tradução semântica’ e ‘tradução comunicativa’**

Os conceitos ‘tradução semântica’ e ‘tradução comunicativa’, segundo o próprio autor (1991: 10), constituem os seus contributos fundamentais para as teorias gerais de tradução.

Segundo Jeremy Munday (2009 :13), Peter Newmark e Eugene Nida são os mais proeminentes teóricos de tradução da corrente linguística.

Newmark considera ter havido quatro fases na teoria de tradução, as quais classifica em:

- 1) Linguística, até 1950, centrada principalmente em textos literários e ocupando-se da discussão dos méritos da tradução palavra-por-palavra por oposição à tradução sentido-por-sentido. É o período pré-linguístico dos estudos de tradução.
- 2) Comunicativa, a partir de 1950, centrada em textos literários e não-literários. Ocupava-se da categorização de registos de textos, da participação de uma série de grupos de leitores (dos menos instruídos aos especialistas) e da identificação dos processos a serem utilizados na tradução de vários segmentos de um texto. Esta fase ficou marcada pela aplicação da Linguística aos Estudos de Tradução.
- 3) Funcional, desde os anos setenta, centrada principalmente em textos não literários, '*the real world*', nas suas palavras. Ocupava-se da intenção do texto e da essência da sua mensagem e era vista como uma operação comercial, em que o autor desempenha o papel de *vendor*, o texto e/ou a tradução o papel de *tender* e os leitores o de *consumer*.
- 4) Ética/estética, desde cerca do ano 2000, a partir de quando se começa a preocupar com documentos e textos oficiais, incluindo obras literárias conceituadas.

Para este autor, essas quatro fases são cumulativas e não se eliminam umas às outras. A quarta delas, apesar de ser a última, é dinâmica, porque a verdade moral avança e a verdade estética permanece. De facto, este autor preocupa-se com a utilidade da teoria da tradução e com a recorrente questão da busca da 'verdade' moral e estética pelo tradutor.

Quanto ao triunfo do leitor, Newmark defende ser aparente e ilusório. E que o conflito entre tradução fiel e tradução infiel, a lacuna existente entre as ênfases dadas à língua-fonte e à língua-alvo permanecerá para sempre como problema a ser ultrapassado na teoria da tradução. E propõe diminuir essa lacuna substituindo noções de tradução como ‘*literal*’ e ‘*free*’, ‘*faithful*’ e ‘*beautiful*’, ‘*exact*’ e ‘*natural*’ por “*source language bias*’ e ‘*target language bias*’, a primeira designada por fiel ou semântica, e a segunda idiomática ou comunicativa.

Distinguindo os textos literários dos não literários, os quais considera terem diferentes características e objetivos, Newmark distingue dois tipos de tradução, os quais estão relacionados aos conceitos de equivalência dinâmica e equivalência formal de Nida: a tradução dinâmica e a tradução comunicativa, das quais exclui a tradução cognitiva pertencente à fase analítica de Nida, na qual o texto da língua-fonte é reduzido a ponto central.

Newmark chama a atenção para o facto de ‘tradução semântica’ e ‘tradução comunicativa’ não serem métodos de tradução, mas categorias de métodos que muitas vezes se sobrepõem, podendo mesmo chegar a ocorrer simultaneamente. Refere também que uma tradução pode ser mais ou menos semântica – mais ou menos comunicativa.

Enquanto a tradução comunicativa pretende produzir nos seus leitores um efeito tão próximo quanto possível daquele produzido nos leitores do texto original, a tradução semântica tenta reproduzir o significado exato do contexto do original, tão próximo quanto o permitam as estruturas semântica e sintática da língua-alvo.

Newmark (1991:10) defende que tanto em tradução semântica, como em tradução comunicativa, uma vez assegurado o efeito de equivalência, a tradução literal palavra-por-palavra não só é a melhor, como também o único método de tradução válido. Ainda segundo este autor

*Translation being at once a science and an art, a skill and a taste, an exercise of choices and decisions, is hard enough to define. The definition of a 'good translation' is equally problematic. Certain attributes like 'smooth', 'natural', 'idiomatic', rightly despised by Vladimir Nabokov, are appropriate as criteria for some translations and irrelevant for others. A good translation is accurate and economical – that is the only generalization I can make.*

*Admittedly, in translation, inaccuracy, wrongness, is easier to demonstrate than accuracy, rightness (aesthetic as well as cognitive).*

#### **1.4 A resistência em tradução, defendida por F. Schleiermacher e L. Venuti**

Na primeira metade do século XIX, o filósofo, teólogo e teórico da tradução Friedrich Schleiermacher

*demanded that translations from different languages into German should read and sound different: the reader should be able to guess the Spanish behind a translation from Spanish, and the Greek behind a translation from Greek. He argued that if all translations read and sound alike, [...] the identity of the source text would be lost, levelled in the target culture. (Apud BASSNETT & LEFEVERE 1998 :8).*

Schleiermacher foi o primeiro a formular na cultura alemã a estratégia da estrangeirização, denominada depois por Venuti (1998) por tradução minorizante.

#### **1.4.1 *Foreignization* e *Domestication*: as duas estratégias básicas de tradução, segundo Lawrence Venuti.**

Centrando os seus estudos na teoria e na prática de tradução, Venuti (1995, 1998) critica a invisibilidade do tradutor que, segundo ele, contribui para aumentar a invisibilidade do trabalho e do estatuto marginal do profissional. De modo a mudar as condições sob as quais a tradução é teorizada e praticada, Venuti defende a visibilidade do tradutor.

Venuti também qualifica a transparência, em tradução, de ilusória:

*The illusion of transparency is an effect of fluent discourse, of the translator's effort to insure easy readability by adhering to current usage, maintaining continuous syntax, fixing a precise meaning" (ibid.: 1).*

Este autor distingue então duas estratégias básicas de tradução: a estrangeirização (*foreignization*) e a domesticação (*domestication*). Segundo ele, a domesticação minimiza ou ignora as singularidades culturais do texto estrangeiro em “benefício” dos leitores da língua para a qual o texto é traduzido. É feita a nível linguístico e pretende substituir a cultura do texto-fonte pela cultura do texto de chegada. Algo impossível –

*[...], it is not true that every language can express everything [...],*

como afirma Ortega Y Gasset no seu ensaio *La Miseria y el Esplendor de la Traducción*<sup>2</sup> – , dada a natural falta de equivalência linguística e cultural entre realidades socioculturais inevitavelmente distintas: a que serve de base para a escrita do texto-fonte e aquela para a qual esse texto é traduzido. Facto que é também reconhecido nas seguintes asserções:

*Translating can never simply be communication between equals because it is fundamentally ethnocentric.* (VENUTI 1998:11).

*Translation is a phenomenon which does not concern the relationships between two languages or linguistic systems [...]. Rather, translation is a process that takes place between two texts produced at a given historical moment in a given cultural milieu.* Eco (2003: 25).

Na crítica feita por Venuti (1995) ao modelo de equivalência dinâmica de Nida, a busca da ‘naturalidade de expressão’ – defendida também por Lefevere e Susan Bassnett (1998), embora estes busquem a equivalência cultural, e Nida a equivalência linguística – que o caracteriza, assinala a importância da fluência textual, a qual, segundo Venuti, implica domesticação, tal como explicita:

*A fluent translation is immediately recognizable and intelligible, “familiarised,” domesticated, not “disconcerting[ly]” foreign, capable of giving the reader unobstructed “access to great thoughts,” to what is “present in the original.”*  
*Under the regime of fluent translating, the translator works to make his or her*

---

<sup>2</sup> In: *Obras Completas*, 1947

*work “invisible,” producing the illusory effect of transparency that simultaneously masks its status as an illusion: the translated text seems “natural,” i.e., not translated. (Venuti 1995).*

Para além disso,

*The more fluent the translation, the more invisible the translator, and, “presumably” the more visible the writer or meaning of the foreign text. (VENUTI 1995: 2) (minhas aspas) .*

E explica, referindo-se à importância dada à fluência, no processo das traduções inglesas contemporâneas:

*A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers, and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the original. (1995: 1).*

Ainda que as considerações de Venuti sejam dirigidas à cultura anglo-americana, considero que esse modelo será extensivo a traduções noutras culturas, tal é o contributo da sua obra para os Estudos de Tradução. O próprio autor, aliás, refere ele-próprio (ibid.: 19) que



*Although my concern here is British and American translation traditions, the concept of foreignizing can be productively applied to translating in any language and culture.*

Venuti propõe assim a *foreignizing translation* como forma de resistir à dominância dos valores culturais da língua de chegada e de evidenciar as particularidades linguísticas e culturais do texto estrangeiro, como também de tornar visível o trabalho desenvolvido pelo tradutor.

Para este autor (1998: 11) “*Good translation is minoritizing: it releases the remainder<sup>3</sup> by cultivating a heterogeneous discourse, opening up the standard dialect and literary canons to what is foreign to themselves, to the substandard and the marginal.*” (Sublinhado meu).

Lecerle (1990: 60) diz-nos que a catacrese demonstra que a relação da gramática com o, por ele cunhado, conceito *remainder*, não é de oposição nem de inversão, mas de excesso. E que descrever o mecanismo do *remainder* é descrever operações não diversas das da gramática, mas as mesmas, levadas à exaustão, ultrapassando as fronteiras da gramática, que, segundo o autor, é a via principal para chegarmos ao *remainder*. Ao percorrermos a gramática e chegarmos ao *remainder*, estamos a ‘subir um degrau, a avançar’ na gramática. Afirma também este autor que é nos mecanismos da linguística estrutural que o funcionamento da gramática melhor se manifesta: no estabelecimento de paradigmas e na hierarquização de sintagmas. O primeiro isola unidades em classes paradigmáticas; a segunda estuda as suas combinações em

---

<sup>3</sup> Resíduos ou singularidades linguísticas e culturais

encadeamentos de sintagmas. E continua, dizendo que a genialidade de Saussure está na explicitação que fez dessas duas funções, além de as ter colocado no centro da sua teoria. Para Lecercle, a análise e a síntese são as operações principais da gramática. Uma separa unidades por paradigmas; a outra estuda as suas combinações no encadeamento de sintagmas. O *remainder* é alvo de uma análise múltipla e de uma síntese falsa. Pelo contrário, as unidades distintas obtidas através da análise são sintetizadas em frases ou sintagmas corretos, enquanto que os produtos instáveis e indeterminados resultantes de uma análise múltipla produzem monstros sintagmáticos. O *remainder* é, assim, domínio da teratologia verbal e de unidades enganadoras e construções ilegítimas. E essa monstruosidade deve ser descrita em si, através da sua desconstrução. Para isso, torna-se necessário jogar com a linguagem.

No modelo de hierarquia de Lecercle o conceito principal é o de Língua e o menor o de *remainder*, o qual, no domínio linguístico, subverte violentamente o seu opressor (*Vide* NEWMARK 1988).

### **1.5 A mestria da língua de chegada pelo tradutor, como competência primordial em tradução.**

O tradutor terá de apresentar um bom domínio linguístico das línguas fonte e alvo, assim como um aprofundado conhecimento das duas culturas, sendo condição *sine qua non* para tal, a imersão cultural nos países onde as línguas fonte e alvo são as oficiais.

Com respeito à língua-alvo, deparei-me com alguma ambiguidade na definição dos conceitos: língua nativa, língua materna, língua de uso habitual – utilizados para designar a língua para a qual o tradutor está habilitado a traduzir, tendo elegido ‘Língua

dominada pelo tradutor’ e ‘Língua em que o tradutor é proficiente’ como expressões que melhor eliminam a ambiguidade e inexatidão das referidas acima, e que melhor explicitam uma das competências fundamentais a serem detidas pelo tradutor na língua para a qual traduz.

Não pude deixar de refletir sobre esse aspeto porque, por um lado, a língua-alvo desta tradução é simultaneamente a minha primeira língua, língua nativa, língua materna e língua de uso habitual, pelo que qualquer delas se me aplica – não obstante a observação de Peter Newmark (1991 : 21)<sup>4</sup> e o facto de eu ter vivido em dois países (Portugal e Brasil) que, partilhando a mesma língua oficial, distinguem-se, naturalmente, na sua cultura. Mas nem sempre a língua-alvo em tradução coincide com aquela em o tradutor é proficiente. Nessa circunstância, o tradutor incorre inevitavelmente no designado por alguns autores, como Newmark, Venuti e Baker, como *traducionês* (*translationese*). Newmark (1991) assim o define:

*the area [...] where a literal translation of a stretch of the source language text (a) plainly falsifies (or ambiguates) its meaning, or (b) violates usage for no apparent reason.*

*Translationese is an error due to ignorance or carelessness which is common when the Target Language is not the translator’s language of habitual use, and not uncommon when it is.*

---

<sup>4</sup> *The phrase ‘language of habitual use’, which was coined by Anthony Crane, is accurate; terms such as ‘mother tongue’, ‘native speaker’, ‘native language’, etc. lead to a suspicion of racialism. [...].*

*the worst translationese is perpetrated by writers translating out of their language of habitual use.”[...] “It usually refers to a literal translation that sounds unnatural to target language readers or listeners.*

*literal translation that makes little sense or is unnatural*

Para Venuti (1998), *translationese*, *translatese* e *translatorese* constituem

*a group of pejorative neologisms designed to criticize translations that lack fluency, but also used, more generally, to signify badly written prose. (ibid. 4).*

E afirma também que

*The canonicity of the fluent translation during the post-World War II coincides with the emergence of the term ‘translationese’ to designate unidiomatic language in a translated text. (ibid. 118).*

*Close translation certainly risks obscure diction, awkward constructions, and hybrid forms, but these vary in degree from one foreign text to another and from one domestic situation to another. Detections of “translationese” assume an investment in specific linguistic and cultural values to the exclusion of others. (ibid. 146)*

Nida refere-se ao *translationese* como

*static equivalence* (Apud VENUTI 2005: 117)

Para Mona Baker (1993: 249), *translationese* é o fenômeno que ocorre

*when an unusual distribution of features is clearly a result of the translator's inexperience or lack of competence in the target language.*

Por todas as questões levantadas acima e considerações de Baker, Nida, Newmark e Venuti apresentadas no parágrafo anterior acerca dessa interferência em tradução, chego à conclusão de que a tradução para uma língua que o tradutor não domina linguística e culturalmente é algo a não ser praticado em hipótese alguma. De qualquer forma, será sempre uma decisão pessoal mas, no final, o resultado do seu trabalho espelhará o seu nível de competência. O tradutor deve antes traduzir para a sua ‘língua de uso habitual’ – para utilizar a denominação de Newmark – cuidando sempre de não incorrer no ‘traducionês’, pois, como o próprio nos diz, lembrando o citado acima

*Translationese is an error due to ignorance or carelessness which is common when the Target Language is not the translator's language of habitual use, **and not uncommon when it is***”. (Meu sublinhado).

Tomando em atenção os aspectos que apresentei acima, ilustrarei nas páginas seguintes alguns dos problemas a que tive de dar resposta neste meu exercício de tradução.

## **2. Algumas questões suscitadas pela tradução de *The Path to Power*.**

Enquadradas no âmbito da tradução interlinguística, denominada por Jakobson (1959) “*translation proper*”, a que atrás aludi, foram várias as questões de natureza variada com que me defrontei. Na verdade, à medida que fui penetrando no discurso-fonte através das várias leituras que dele fiz - processo que é normal neste como em qualquer processo tradutório - de modo a bem interpretar os vários domínios de vivência nele expostos, tive em atenção, num primeiro momento, algumas tomadas de decisão ocorridas na tradução dos três primeiros capítulos desta obra, as quais já haviam sido sancionadas no âmbito deste mesmo Curso de Mestrado, naturalmente em casos de domínios que lhes são comuns, de modo a preservar a unidade de significação e sentido que um trabalho desta natureza exige. Considerado este conjunto de tomadas de decisão, elenquei então um conjunto de outras questões a que teria de atender e que ilustro abaixo. Algumas delas foram, para mim, de resolução não muito difícil por razões de ordem diversa; outras exigiram um demorado processo de avaliação, à luz das propostas de alguns dos autores que acima resumi e das constrações impostas pelo género que as originou.

Refiro, no primeiro caso, e a título de exemplo, as ocorrências do pronome pessoal de 1<sup>a</sup> pessoa singular que têm frequência muito elevada no texto-fonte, frequência que é justificada pela própria gramática da língua inglesa e pelo facto de se tratar de uma Autobiografia. Mas em língua portuguesa o EU, sujeito da enunciação, pode também ser expresso pelo morfema da desinência verbal, o que implicou a supressão de muitas daquelas ocorrências, sem desvirtuar, assim, o género em que este discurso se insere. De forma semelhante, também outros pronomes ou determinantes de 3<sup>a</sup> pessoa foram omitidos. Optei também por traduzir alguns Nomes Próprios, nomeadamente nos casos em que são já de uso comum em língua portuguesa (e.g. *Estaline*, cap. VI, pág. 97) ou

em casos em que há equivalentes diretos ( e.g, *Sindicato Nacional de Professores*, cap. VI, pág. 86 )

Mas outros problemas houve que exigiram reflexão mais aprofundada, fossem eles relacionados com o estilo da autora ou com as marcas socioculturais específicas da realidade temporal e espacial que retrata. As decisões a tomar e a sua posterior avaliação foram suportadas pela consulta de um conjunto de fontes diversas, naturalmente, ainda que algumas dessas decisões tenham exigido estratégias de solução diferentes.

Assim, da negociação a que procedi, ilustro em seguida um conjunto de problemas com que me defrontei e que tentei ultrapassar, sabendo que as soluções entretanto encontradas o foram num tempo e em possibilidades determinados, os quais, como se sabe, estão sempre sujeitos a variação e a mudança.

Por razões metodológicas que adotei, sistematizo tal conjunto, indicando em quadro, exemplos de questões que considere mais pertinentes, de modo a poderem ser identificadas de forma mais clara.

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
BOAC (p. 110)	British Overseas Airways Corporation.	Não traduzida, mas antecedida de explicitação no texto e introdução de nota com a designação original (p.11)
CERN (pp. 175, 176)	European Centre for Nuclear Research	Centro Europeu para a Investigação Nuclear. Referida como no original: CERN (pp. 99)

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
DES (pp. 165, 166, 167.)	Department of Education and Science	Departamento de Educação e Ciência . Referida como (DES) (pp. 85, 86, 87.)
EEC (pp. 127, 134)	European Economic community	CEE (pp. 35, 44)
EFTA (pp. 126,134)	European Free Trade Association	Em virtude de a expansão ter sido traduzida, manteve EFTA, pelas razões apontadas acima (pp. 35, 44)
GDP (p.140)	(or GDI): gross domestic products/income	PIB (p. 52)
KGB (pp. 126 e 155)	Komitet gosudarstvennoi bezopasnosti, em português, Comité de Segurança do Estado.	KGB (pp. 34, 73) Atribuição de género feminino na tradução.
MP (p. 103.)		Membro do Parlamento / Deputado, de forma a criar efeito de clareza e fluidez no discurso. (p. 8)
NASA (p. 154)	National Aeronautics and Space Administration	NASA (p.71)
NATO, (p. 155)	North Atlantic Treaty Organization	NATO (p. 72)
NEDC (p. 126)	National Economic Development Council	Conselho para o Desenvolvimento Económico Nacional, (NEDC) (p. 34)
NUT (pp. 166, 169, 189)	National Union of Teachers	Sindicato Nacional de Professores (SNP) (pp. 23, 87)
PPS (p. 136)	Parliamentary Private Secretary	Assessor parlamentar. Introdução de nota com menção dos elementos no original.(p. 47)



<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
TUC (p. 138)	Trades Union Congress	Congresso dos sindicatos. Referido como ( TUC) (p.50)
USSR (p. 154)	Union of Soviet socialist republics	URSS (p. 71)

➤ **Títulos, cargos, níveis hierárquicos**

Foram várias as dificuldades relacionadas com áreas específicas de atividade, sobretudo as que dizem respeito ao domínio político, que é preponderante nos capítulos em análise. Espelhando muitas delas uma organização diferente da nossa, e, por conseguinte, implicando uma não equivalência mais ou menos direta, devo dizer que da pesquisa apurada a que procedi – também noutras línguas estrangeiras – para a sua resolução, bem como da avaliação que fiz das opções a tomar, pude chegar a algumas soluções que me pareceram não atraindo a transposição daquela realidade para o texto-alvo. Em alguns casos de nomes ou de expressões originais, incluí na sua tradução elementos que me pareceram de importância para o seu significado e sentido. Noutro, o problema prendeu-se com o subtítulo *Selsdon Woman* (cap. V, p. 156, p. 73 da tradução). Verificando não se tratar de uma possível forma de tratamento, cuja tradução poderia ser a de ‘A Senhora Selsdon’, o que, no contexto, poderia resultar numa ambiguidade de sentido, e perante a dificuldade tida em o traduzir, mesmo optando por ‘A senhora de Selsdon’, o que não me pareceu consentâneo com a referência ao local mencionado (*Selsdon Park*), optei por não o fazer e deixá-lo no original. Noutros, ainda, que, num primeiro momento, me pareceram ter equivalência direta, foi a sua própria definição em língua inglesa, ou o próprio contexto, que me levou a considerar outra

solução, mesmo nos casos de ocorrências com designações diferentes no original, mas com a mesma definição, como ilustro abaixo:

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Backbench</i> (pp. 107, 109, 110, 114)	1. <i>Chiefly British</i> - The rear benches in the House of Commons where junior members of Parliament sit behind government officeholders and their counterparts in the opposition party. 2. New members of Congress considered as a group: " <i>a revolt of the backbench fueled by a powerful lobbying campaign</i> " ( <i>Washington Post</i> ).	Bancada parlamentar (pp.8, 11, 12, 17)
<i>Backbencher</i> (pp. 102, 110)	A member of the House of Commons who is not a party leader.	Deputado parlamentar das bancadas de trás (pp.1, 12)
<i>Backbenches</i> (p. 109)	The backbenches are the seats where an MP or Member of the House of Lords sits if he or she is neither a minister nor a spokesman for his or her party.	Bancadas parlamentares. (p. 11)
<i>Cabinet minister</i> , (p. 119)	Departmental Ministers are in charge of government departments.  Departmental Ministers in the Cabinet are generally called 'Secretary of State' but some have special titles such as Chancellor of the Exchequer.	Secretário de Estado (p. 24)
<i>Chancellor of Exchequer</i> (p. 118)	The Chancellor of the Exchequer is the principal Finance Minister of the Government. The Chancellor is the head of the Treasury and one of the most important members of the Cabinet. He is responsible for coordinating government spending and his duties include preparing and presenting the Budget.	Ministro das Finanças (p. 23)
<i>Chief Whip</i> (p. 107)	The head whip in each political party.	Líder Principal da bancada parlamentar. (p. 8)
<i>Departmental ministers</i> (p. 123)	Departmental Ministers are in charge of government departments. The Government is divided into different departments which have responsibilities for different areas. For example the Treasury is in charge of government spending.  Departmental Ministers in the Cabinet are generally called 'Secretary of State' but some have special titles such as Chancellor of the Exchequer.	Secretários de Estado (p. 30)

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Junior Minister</i> (pp. 102, 122/3/4)	Ministers of State and Junior Ministers assist the ministers in charge of the department. They normally have responsibility for a particular area within the department and are sometimes given a title that reflects this.	Secretário de Estado (pp. 1, 30, 31)
<i>Minister</i> ( p. 166 )	Ministers make up the Government and are almost always Members of the House of Commons or the House of Lords. There are three main types of minister: Departmental Ministers, Ministers of State and Junior Ministers. Departmental Ministers are in charge of government departments. Departmental Ministers in the Cabinet are generally called 'Secretary of State' but some have special titles such as Chancellor of the Exchequer. Ministers of State and Junior Ministers assist the ministers in charge of the department. They normally have responsibility for a particular area within the department and are sometimes given a title that reflects this. An example of a minister is someone appointed by a government to lead a governmental department.	Ministros (p. 85)
<i>Parliament private secretary</i> (p. 136)		Assessor parlamentar. (p. 46)
<i>Paymaster general</i> (p. 165)	<i>a</i> : a government officer in Great Britain formerly making all civil and military payments on the authority of the treasury	Tesoureiro-Mor. (p. 84)
<i>Permanent secretary</i> (p. 122)		Secretário Permanente. (p. 29)
<i>Speaker</i>	The Speaker is an MP who has been elected to act as Chair during debates in the House of Commons.  The Speaker is the chief officer and highest authority of the House of Commons and must remain politically impartial at all times.	Presidente da Câmara dos Comuns p. 8 (N.T.)
<i>Tory</i> (pp.110)	A member of a British political party, founded in 1689, that was the opposition party to the Whigs and has been known as the Conservative Party since about 1832.	Conservador (p.11)

➤ **Termos e expressões de natureza jurídico-legal e com eles relacionados**

Também neste domínio senti algumas dificuldades, dada a especificidade do âmbito em que se usam, tendo considerado as definições oferecidas para a sua tradução.

Exemplifico em seguida alguns deles:

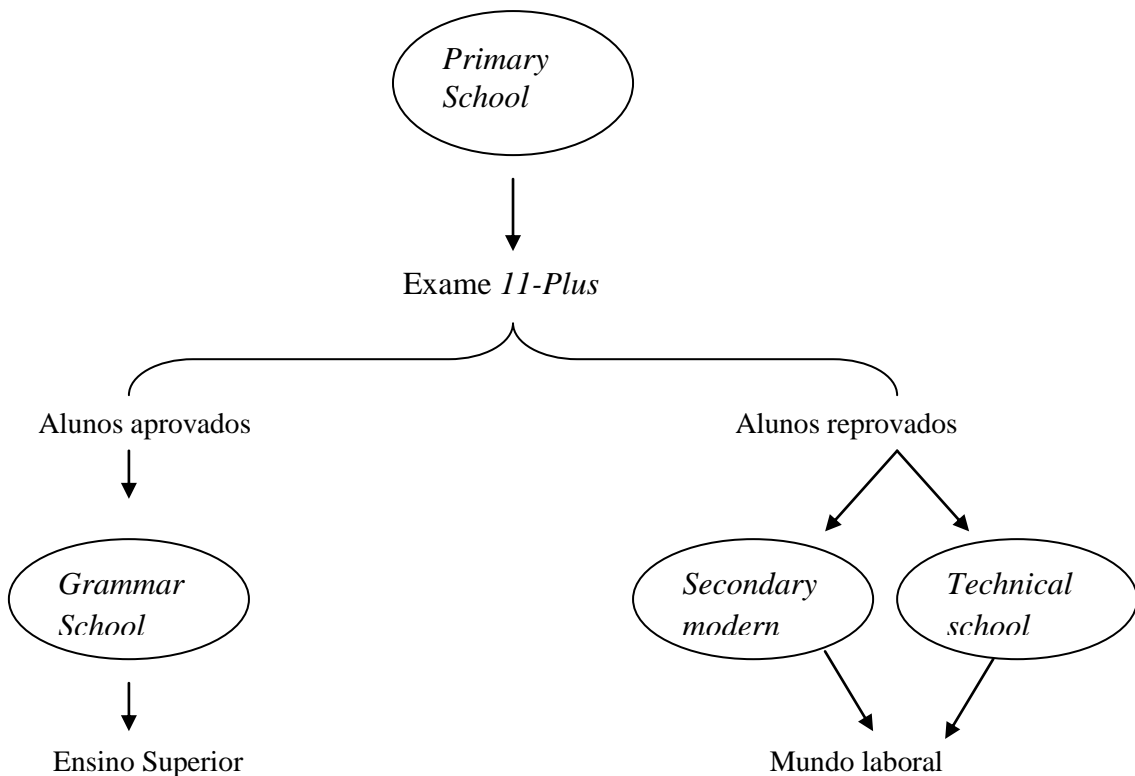
<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Act</i> (p. 151)	<p>An Act of Parliament creates a new law or changes an existing law. An Act is a Bill approved by both the House of Commons and the House of Lords and formally agreed to by the reigning monarch (known as Royal Assent). Once implemented, an Act is law and applies to the UK as a whole or to specific areas of the country.</p> <p>Bills v Acts A Bill is not an Act of Parliament. This is what a Bill becomes if approved by a majority in the House of Commons and the House of Lords, and formally agreed to by the reigning monarch (known as Royal Assent). An Act of Parliament is a law, enforced in all areas of the UK where it is applicable.</p>	Lei (p. 67)
<i>Bill</i> (p. 151)	<p>A Bill is not an Act of Parliament. This is what a Bill becomes if approved by a majority in the House of Commons and the House of Lords, and formally agreed to by the reigning monarch (known as Royal Assent).</p>	Projeto de Lei. (p. 67)
<i>Despatch Box</i> , (pp. 122, 125)	<p>There are two despatch boxes in each House situated on either side of the Table which separates the Government from the Opposition on the floor of the House. Ministers and shadow ministers stand at the despatch boxes when they speak in the Chamber. The despatch boxes in the House of Commons were presented to the Commons by New Zealand after the post-war rebuilding of the Chamber. Despite their name, the despatch boxes are not used to contain documents or despatches but hold bibles and other items used when Members take the oath.</p>	Usada a expressão: “câmara parlamentar” com inclusão entre parenteses da designação original. (pp. 28, 32)
<i>Gangway</i> (p. 108)	<p>The gangway is a set of stairs which divides the benches on each side of the House of Commons Chamber. The benches 'below the gangway' are generally where the minority parties sit.</p>	Conjunto de degraus que separa as bancadas da frente das bancadas de trás. (p.10)

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Hansard</i> (p. 130)	Hansard is the official report of the proceedings of Parliament. It is published daily when Parliament is sitting and records everything that is said and done in both the House of Commons and House of Lords, for which separate reports are issued. In the House of Commons the Hansard reporters sit in a gallery above the Speaker and take down every word that is said in the Chamber. In the Westminster Hall Chamber they sit next to the Chairman. The Hansard reporters in the House of Lords sit below the Bar of the House, facing the Lord Speaker. The name Hansard was officially adopted in 1943 after Luke Hansard (1752 - 1828) who was the printer of the House of Commons Journal from 1774. The first detailed official reports were published in 1803 in William Cobbett's Political Register by the political journalist of the same name.	Relatório oficial dos debates parlamentares. (p. 39)
<i>Long title</i> (p. 109)	The long title (properly, the title) is one of the parts, together with the <u>short title</u> , and the operative provisions (sections and Schedules), which comprise an <u>Act of Parliament</u> or <u>Bill</u> in the <u>United Kingdom</u> and certain other <u>Commonwealth Realms</u> . An Act or Bill is usually identified by its short title, but the long title provides a longer description of the purposes or scope of the Act. The long title appears at the beginning of every Act, and opens with the words "An Act to ..." (or, before the Act is enacted, "A Bill to...").	Título formal (p. 11)
<i>Office</i> (pp. 109,118)		Gabinete (pp. 11) ou Governo (pp. 23,).
<i>Pairing</i> (p. 108)		Não traduzido, pois que termo explicitado em nota no original pela autora. (p. 9)
<i>Red boxes</i> (p. 188)		Pastas vermelhas. (complementado por nota explicativa) (p. 114)
<i>Second Reading</i> (p. 112)	The second reading is the most important stage for a Bill. It is when the main purpose of a Bill is discussed and a decision is reached through a vote. If the Bill passes it moves on to the committee stage.	Segunda Leitura. Expandido em "a discussão e votação do projeto de lei". (p. 15)

## ➤ Sistema Educativo

No caso do léxico específico do sistema educativo então vigente na Grã-Bretanha e relatado por Margaret Thatcher, optei por não traduzir algumas expressões, nomeadamente designações de tipos de escolas ou de exames. Tomei como ponto de partida a Lei da Educação de 1944 do Conservador Richard (mais conhecido como ‘Rab’) Butler, que instituiu a escolaridade obrigatória até aos 15 anos de idade, e introduziu pela primeira vez na Grã-Bretanha o ensino secundário gratuito, através de um sistema tripartido em *grammar*, *secondary modern* e *technical schools*. Butler acreditava ser este sistema capaz de prover as crianças com a educação adequada, de acordo com as suas aptidões individuais. Tratava-se de um sistema seletivo, em que só as crianças que superassem o exame *11-plus* ganhavam acesso à *grammar school*, a qual seguia a linha académica, preparando e direcionando os alunos para o ensino superior. As que não superassem aquele exame seguiam, pelo período de 4 anos (até terem completado a escolaridade obrigatória), para as *secondary modern*, cujo programa era elaborado de acordo com as aptidões, interesses e necessidades dos alunos, tendo uma dimensão prática, ou para as *technical schools*, direcionadas para a indústria e o comércio, enfatizando o uso da tecnologia e centradas em preparar os alunos para enfrentarem o mundo laboral. Mas poucas *technical schools* foram construídas e também havia falta de professores qualificados, pelo que a maioria dos alunos que não superavam o *11-plus* acabavam por ir para as *secondary modern*. Tendo em conta que a faixa etária dos alunos da denominada *Secondary Education* na Grã-Bretanha corresponde na prática, no caso das *secondary modern* e das *technical schools*, à dos alunos que, atualmente e num percurso normal frequentam os 2º e 3º ciclos do ensino básico em Portugal, e no caso das *grammar schools*, não só a essa faixa etária, mas abarca também a dos alunos da nossa escola secundária, decidi traduzir as expressões *secondary education* (ensino secundário) e *secondary school* (escola secundária), explicitando os conceitos em nota de rodapé, mas considereei não haver lugar para tradução no caso dos diferentes tipos de escola do sistema tripartido, não só pelo motivo já mencionado, mas pela falta de equivalência entre as

duas culturas, a que serviu de base à escrita do texto-fonte, e a que serviu de base à escrita do texto-alvo. E esclareci brevemente, quer em notas de rodapé, quer expandindo os conceitos, não só para que o leitor identifique a faixa etária a que Margaret Thatcher se reporta, como também para que fique com uma noção do funcionamento do sistema educativo britânico da época. De acordo com o exposto, cheguei à construção do seguinte esquema que nesta parte do trabalho me pareceu melhor elucidar o que acabo de referir:



Considero os três tipos de escola do sistema tripartido bons exemplos do conceito *remainder* de Lecercle, apresentado e explicitado na primeira parte deste Trabalho.

Também a expressão *comprehensive school*, que à partida poderia ser traduzida por escola abrangente, foi motivo de grande reflexão. Considerei vaga a ideia transmitida pelo termo “abrangente”, por isso procurei outra expressão que esclarecesse ainda melhor o conceito. Optei então por “escola não-seletiva”, mas posteriormente decidi-me pelo que pensei ser mais apropriado : “escola inclusiva”. Outros exemplos são:

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Boarding school</i> (pp. 106, 138)	a school providing living accommodation for some or all of its pupils	Internato, colégio interno (pp. 6, 49)
<i>Catchment area</i> (p. 171)	<i>chiefly Brit:</i> the area that a school, hospital, etc., provides a service to	Área de demarcação escolar. (p. 93)
<i>Comprehensive education</i> (p. 167)		Sistema de educação inclusiva. (p. 87)
<i>Comprehensivization of schools / wholesale comprehensivization,</i> (pp. 150, 158)		Política de ensino inclusiva. (pp. 65, 75)
<i>Day school</i> ( p. 106)	A private school for pupils living at home. A school that holds classes during the day.  A private school taking day students only Compare <u>boarding school</u>	Escola em regime de externato (p. 6)
<i>Direct grant schools,</i> (p. 173)	Such grammar schools were funded partly by the state and partly through tuition fees.	Escolas subvencionadas (p. 94)
<i>Eleven-plus examination/exam</i> ( p. 157)		Não traduzido. Expansão feita da seguinte maneira: “através do qual os miúdos de onze anos eram selecionados”, e explicação complementada em nota. Noutros casos, contudo, na sequência desta explicitação, fiz uso da expressão <b><i>11-Plus</i></b> , como no original (p. 75)



<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Grammar school</i> (p. 156)	Dos 12 aos 19 anos, através do 11-plus.	Não traduzido e explicitado em nota (p. 73)
<i>Secondary modern school</i> (p. 157)		Não traduzido e explicitado em nota (p. 73)
<i>Sixth-form</i> (p. 163)	<i>represents the final two years of <u>secondary education</u>, where students (typically between sixteen and eighteen years of age) prepare for their <u>A-level</u> (or equivalent) examinations.</i>	Não traduzido. Explicado em expansão, da seguinte forma: “os dois últimos anos facultativos do ensino secundário ( <i>sixth-form</i> )” (p. 95)

➤ **Conceitos diversos em vários domínios**

Alguns termos ou expressões relacionados com marcas do universo quotidiano ou com marcas específicas socioculturais ofereceram igualmente alguma dificuldade. Exemplifico em seguida algumas das decisões tomadas. Em algumas delas optei por não expandir ou introduzir nota de tradutor, dada a extensão que a explicação das mesmas implicaria:

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Landslide</i> (p. 114)	Has no ready equivalent in many languages, although it simply means ‘overwhelming majority’.	Vitória esmagadora (p. 18)

<b>Texto-fonte</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Rookes v Barnard, case of</i> (p. 110)	Douglas Rookes was a draughtsman, employed by British Overseas Airways Corporation (BOAC). He resigned from his union, the Association of Engineering and Shipbuilding Draughtsman, (AESD) after a disagreement. BOAC and AESD had a <u>closed shop</u> agreement, and AESD threatened a strike unless Rookes resigned also from his job, or was fired. BOAC suspended Rookes and after some months dismissed him with one week's salary in lieu of proper notice. Rookes sued the union officials, including Mr Barnard, the branch chairman (also the divisional organiser Mr Silverthorne and the shop steward Mr Fistal). Rookes said that he was the victim of a tortious intimidation who had used unlawful means to induce BOAC to terminate his contract. The strike was alleged to be the unlawful means.	Manutenção do original, sem nota de tradutor, pelo motivo indicado acima (p. 11)
<i>Inns of Court</i> (p. 109)	The Inns of Court in London are the professional associations to one of which every barrister in England and Wales (and those judges who were formerly barristers) must belong.	Não foi traduzido. Explicitação apresentada em nota. (p. 11)

### ➤ **Religião**

As dificuldades relativas ao sistema religioso representaram, igualmente, um problema. Nomeadamente, no que diz respeito às designações específicas das tendências doutrinárias, que apresentam uma estrutura tripartida, assim como para o não uso, no preceito original, do termo ‘missa’, o qual me obrigou a expandir o nome ‘Serviço’, por meio da inclusão do adjetivo ‘religioso’. Assim, algumas das decisões tomadas neste domínio foram:

<b>Expressão inglesa</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Church of England, the</i> (p. 105)		Igreja Anglicana (p. 5)
<i>Family Service</i> (p. 105)		Serviço religioso para a família (p.5)

<b>Expressão inglesa</b>	<b>Designação</b>	<b>Tradução</b>
<i>Low Church</i> (p. 105)	The name given to one of the three parties or <u>doctrinal</u> tendencies that prevail in the <u>Established Church of England</u> and its daughter Churches, the correlatives being High Church and Broad Church.	Não traduzido e explicitado em nota. (p. 5)

➤ **Estrangeirismos e empréstimos:**

No que diz respeito a estas ocorrências, era minha ideia inicial não os traduzir, fundamentando esta decisão nas palavras de Mona Baker (1992: 25):

*[...] Quite apart from their respective propositional meaning, loan words such as “au fait”, “chic”, and “alfresco” in English are often used for their prestige value, because they can add an air of sophistication to the text or its subject matter. This is often lost in translation because it is not always possible to find a loan word with the same meaning in the target language.*

Mas depois senti que a frequência do uso em língua portuguesa de algumas delas fundamentaria esta decisão em contrário. Contudo, optei por não traduzir os termos: ‘cliché’ (p. 106), ‘crèche’ (p. 156), ‘élite’ (p. 156), ‘ferry’ (p. 105) assim como as expressões ‘succès d’estime’ (p. 47) e ‘aide-mémoire’ (p. 115), pois que a sua utilização é de uso comum, por um lado, ou facilmente entendível no contexto, por outro.

<b>Texto-fonte</b>	<b>Tradução</b>
<i>Double entendre</i> (p. 125)	Duplo sentido (p. 32)
<i>Malaise</i> (p. 126)	Mal-estar (p. 34)

➤ **Títulos e Formas de Tratamento**

Mantive na forma original os títulos que antecedem os Nomes Próprios, reconhecendo-os como uma unidade de sentido. São exemplo: ‘*Sir*’ e ‘*Lord*’.

No que diz respeito a outras formas de tratamento, traduzi-as usando equivalentes diretos, como aconteceu com ‘senhor’ / ‘senhora’, para *Mr* e *Mrs*, sendo que em caso de citação das palavras de outrem por parte da autora, optei por escrevê-las com letra maiúscula, em virtude de ter considerado o capital de autoridade que a autora detinha na sociedade.

➤ **Expressões idiomáticas**

Constituindo-se como a expressão de uma realidade cultural e linguística particular, as expressões idiomáticas oferecem um grau de dificuldade acrescido. Com efeito, a especificidade dos sentidos e significados nelas encerrada, obtido pelo somatório dos seus elementos constituintes, obrigam a um conhecimento aprofundado dos contextos a que se reportam. Ilustro abaixo com dois exemplos desta mesma dificuldade:

<i>Seventh heaven, was the</i> (p. 102)	Embora a expressão “estar no sétimo céu” não seja desconhecida na cultura portuguesa, se eu assim tivesse traduzido, sentiria a necessidade de explicitar que a expressão tem origem na cultura muçulmana, em cujo âmbito não existe um único céu, mas sete, todos sobrepostos; E que a expressão “estar no sétimo céu” para os muçulmanos traduz o alcance da felicidade máxima, algo incomparavelmente maravilhoso. Optei por traduzir então por “o Paraíso”, por achar que se identifica melhor com a nossa cultura católica. Esta terá talvez sido uma tentativa de domesticação, que penso não ter desvirtuado o texto.	Era o paraíso. (p. 2)
--	--	--------------------------

<i>Then I sunk my teeth into the SET</i> (p. 139)	Depois entreguei-me de alma e coração ao Imposto Seletivo sobre o Trabalho (p. 51)	
--	---	--

## Sintaxe

### a) Transformação da voz passiva em voz ativa

De entre as ocorrências desse processo, destaco:

1) [...] *though my concentration on the game was frequently disturbed by the less than complimentary*[...] (p. 105)

Tradução: [...] embora os comentários pouco elogiosos com que os espectadores ingleses costumam brindar a conduta dos árbitros afetassem constantemente a minha concentração no jogo [...] (p. 4)

2) *I did not feel that any great theological divide has been crossed.*(p. 105).

Tradução: Nunca senti que tivesse ultrapassado qualquer grande barreira teológica.

3) [...] *the trip had to be cancelled.* P. 105

Tradução: [...] tivemos de cancelar a viagem. (p. 5)

As transformações assim efetuadas deveram-se a efeitos de maior fluência discursiva na língua-alvo, sendo que deste modo os agentes das ações assumem maior peso, o que não me pareceu de todo inconveniente no cotexto.

### b) Transformação de orações coordenadas adversativas em aditivas

1) *I thought that if a woman who had lost her husband but still had children to support...*(p. 123)

Tradução: Achava que se uma mulher tivesse perdido o marido e tivesse filhos para sustentar...(p. 25)

2) *But how I came to hate that word ‘repercussions’.*

E como fiquei a odiar a palavra ‘repercussões’! (p. 25) (Neste caso, também acrescentei o ponto de exclamação, por ter entendido que, neste caso, o articulador ‘But’ a isso induz na língua original).

### c ) Pontuação

Relativamente à pontuação, e pela não rara ocorrência de frases muito extensas no texto-fonte, por vezes inseri vírgulas ou pontos e vírgulas, e por vezes transformei uma frase em duas, por meio de ponto final. Apresento de seguida alguns exemplos:

<b>Texto-fonte</b>	<b>Tradução</b>
<i>So the garden at 'Dormers' was my first real opportunity to don thick gardening gloves and rip out brambles, trundle barrows of leaf-mould from the nearby wood to improve the soil, and plant out flower beds.</i> p. 102	Assim sendo, foi no jardim da <i>Dormers</i> que tive a primeira oportunidade de calçar umas luvas de jardinagem e arrancar silvas; de empurrar carrinhos de mão carregados de húmus do bosque vizinho para fertilizar a terra, e de dispor canteiros. p. 1.
<i>In particular, I insisted on a warm kitchen, large enough to eat in, as its heart.</i> p. 103.	A cozinha, que considerava como o seu coração, eu fazia questão que fosse acolhedora: suficientemente espaçosa para lá tomarmos as refeições. p. 2.
The press had a statutory right of admission only to meetings of the full council, not to its committees. p. 110	A imprensa tinha o direito legal de admissão apenas nas reuniões gerais do município; não nas das suas comissões. p. 13.
<i>...because of socialist connivance with trade union power, partly...</i> p. 111.	...por causa da conivência socialista com o poder sindical; em parte... p.13
<i>But I did not have the time to prepare such a speech as well as the speech to introduce the Second Reading of my new Bill, so I decided to concentrate on the latter.</i> p. 112.	Mas não tinha o tempo necessário para preparar esse discurso, assim como o discurso de introdução à Segunda Leitura do meu novo projeto de lei. Por isso decidi concentrar-me no último. p. 15.
<i>I spoke – and voted – in support of a new clause...</i> p. 116	defendi e votei a favor de uma nova cláusula... p. 21.

➤ **Expansões**

Em vários casos considerei necessário identificar nomes presentes ao longo do texto, para mais facilmente situar o leitor mais desconhecedor da realidade original. Foi o caso de:

casa Dormers, (p. 1), revista Country Life, (p. 1), loja de desporto Lilliwhites (p. 6), Condado de Sussex, (p. 5), Canal de Suez!, (p. 10) (neste caso, fi-lo também porque é essa a denominação oficial e de uso comum em português), “Atravessar de ferry as águas do estreito de Solent...”, (p. 5), guiding light – de acordo com a qual, pressupondo um aumento de 4% no crescimento económico, os aumentos salariais situar-se-iam entre os 3% e os 3,5% - p. 33.

**As perspetivas teóricas adotadas na tradução**

Estando a tradução ainda um projeto, era minha prioridade produzir no texto final os efeitos de transparência e de invisibilidade do tradutor, referidos na primeira parte deste Trabalho. Nesse sentido, iniciei a tarefa tentando utilizar exaustivamente a estratégia da fluência para conseguir um texto tal, que, ao leitor, lhe desse a sensação de estar em contacto com o texto original produzindo, simultaneamente, um texto não passível de ser reconhecido como tradução e que respeitasse o critério de avaliação das traduções vigente nos últimos cinquenta anos no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, tal como referido por Venuti (1995:1):

*A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers, and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the original.*

Contudo, como vim depois a verificar na leitura do primeiro capítulo daquela sua obra, *Invisibility*, a prioridade dada pelo tradutor à fluência textual, e à sua própria

invisibilidade no processo tradutório, leva à invisibilidade do seu próprio mister, reforçando assim, ainda mais, o estatuto marginal da profissão do tradutor, tal como se pode constatar nas seguintes declarações:

*A fluent translation is immediately recognizable and intelligible, “familiarised,” domesticated, not “disconcerting[ly]” foreign, capable of giving the reader unobstructed “access to great thoughts,” to what is “present in the original.” Under the regime of fluent translating, the translator works to make his or her work “invisible,” producing the illusory effect of transparency that simultaneously masks its status as an illusion: the translated text seems “natural,” i.e., not translated. (ibid. : 5).*

*The translator’s invisibility is thus a weird self-annihilation, a way of conceiving and practicing translation that undoubtedly reinforces its marginal status in Anglo-American culture. (ibid: 8).*

Ainda que as considerações de Venuti sejam dirigidas à cultura anglo-americana, creio que esse modelo será extensivo a traduções noutras culturas, visto as obras deste autor se constituírem como uma referência nos estudos de tradução. É o próprio autor, aliás, quem refere (ibid.: 19) que:

*Although my concern here is British and American translation traditions, the concept of foreignizing can be productively applied to translating in any language and culture.*

Com efeito, as leituras que fiz de Venuti (1995 e 1998) levaram-me a repensar a orientação que lhe estava a dar. E em detrimento dos efeitos da transparência na tradução e da invisibilidade do tradutor que inicialmente idealizava, focalizei os meus esforços na obtenção de um texto fluente, sim, mas simultaneamente recetivo aos elementos estranhos à cultura portuguesa, de modo a *to leave the author in peace, as much as possible, and move the reader towards him* (Lefevere 1977:74), ideia também



defendida por Schleiermacher (Vide Venuti: 1995). Mantive por isso algumas expressões originais, tendo recorrido, não raramente, a notas de rodapé e a expansões ou compensações (Eco 2003: 73), sempre que considerei necessário e oportuno, de modo a elucidar o leitor sobre os conceitos próprios da cultura anglo-saxónica, embora esteja ciente de que alguns dos temas abordados no Texto-fonte, nomeadamente os de âmbito político e educativo, eram de dificuldade acentuada, por expressarem uma realidade não consentânea com a da cultura de chegada.

Sendo este Trabalho já um ensaio para aquela que será a minha atividade profissional, procurei dar cumprimento a alguns dos propósitos da tradução nomeados por Newmark (1991: 43,44), como por exemplo:

- *...to contribute to understanding and peace between nations, groups and individuals. [...].*
- *to transmit knowledge in plain, appropriate and accessible language, [...].*
- *to mediate between cultures on the basis of a common humanity, respecting their strengths, implicitly exposing their weaknesses.[...].*

A fim de colmatar os problemas com que me deparei, procedi a várias pesquisas para poder atingir minimamente os objetivos referidos, na tradução dos três capítulos da obra em questão, que abordam não só a vida privada de Margaret Thatcher, mas também, e principalmente, parte da sua vida política: o período compreendido entre a sua entrada para o Parlamento como deputada do Partido Conservador pelo círculo de Finchley e parte do seu mandato como Secretária de Estado para a Educação (e Ciência).

Espero assim que os meus esforços tenham resultado numa tradução clara, capaz de responder aos objetivos de um Trabalho desta natureza.

### 3. Conclusão

*Ao longo das centúrias, todas as civilizações se têm seduzido pelo ato da tradução como encantamento do outro, como fascínio pelo desconhecido que, num gesto de transposição sígnica, tornar-se-ia o mesmo ou o mais parecido possível, travando-se, dessa feita, um jogo, em que a metalinguagem assume o lugar da orquestração. A Literatura, em especial, revela-se campo úbere de transposição de linguagens, engendrando enriquecimento, não só para a língua para a qual se traduz, ou se transporta o texto, como para a língua vertida, cujos textos circulam além das fronteiras de uma determinada cultura, e que poderá receber efeito dos signos transpostos. Clássica metáfora – figura fulcral da linguagem – da leitura, a viagem cabe, belissimamente, à tradução, quando os textos circulam, cumprem travessias, deslocam-se.*

(In: verbete Tradução do Dicionário de Termos Literários do Professor Carlos Ceia, da autoria de Latuf Isaias Mucci)

As palavras com que encimo esta parte final do meu Trabalho espelham bem o sentimento em que mergulho nas ‘viagens’ que tenho empreendido por mundos ficcionais ou reais a que Outros me conduzem - como leitora primeiro, como negociadora das suas palavras, depois, e como co-construtora de sentidos, em tempo e espaço diversos dos do original.

Traduzir parte das memórias de Margaret Thatcher, estadista de renome a nível britânico e internacional, foi, sem dúvida, um desafio exigente que me abriu novos horizontes, me deu novas perspetivas e me transportou para mundos nunca antes percorridos. Foi simultaneamente uma honra a incumbência que me foi oferecida de reproduzir palavras e sentidos de uma parte da sua Autobiografia em Língua Portuguesa, o que espero tenha feito cumprir a *travessia* que desde o primeiro momento me seduziu e fascinou.

A conclusão deste Trabalho de Projeto, à partida com o objetivo de obter o grau de Mestre, teve também o de provar a mim-própria de que sou capaz de atingir metas.

Levou-me isso a refletir mais profundamente no papel do Tradutor como mediador e autor, com todas as responsabilidades daí advindas, através de escolhas que se sabe serem frequentemente subjetivas. Com a certeza, porém, de que a ele cabe investigar, saber mergulhar nas culturas em confronto, ter conhecimento aprofundado das estruturas linguísticas das línguas envolvidas, fazer uso de ética.

Desejo que este Trabalho de Projeto seja apenas o início da minha incursão pelo mundo encantador da tradução. Encantador porque feito de um ultrapassar de etapas em crescendo, num puzzle de palavras, de enigmas. Até chegar a um porto – o produto final que poderá ser dado a conhecer ao leitor, suscitando, por sua vez, outras *travessias*.

## **Bibliografia**

### **Texto-fonte:**

THATCHER, Margaret (1995). *The Path to Power*. London: HarperCollinsPublishers.

### **Referências bibliográficas:**

BAKER, Mona and SALDANHA, Gabriela (eds.) (2009). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 2<sup>nd</sup> ed. Abingdon: Routledge.

BAKER, Mona, FRANCIS, Gill, and TOGNINI-BONELLI, Elena (1993). *Text and Technology: In honour of John Sinclair*. Amsterdam: John Benjamins B.V.

BASSNETT, Susan (2011). *Reflexions on Translation*. Bristol: Multilingual Matters, Ltd.

BASSNETT, Susan and LEFEVERE, André (1998). *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters, Ltd.

ECO, Umberto (2003). *Mouse or Rat ?* London: Weidenfeld & Nicolson.

HATIM, Basil & MUNDAY, Jeremy (2004). *Translation: An Advanced Resource Book*. Oxon: Routledge.

HAVIGHURST, Alfred (1985). *Britain in Transition: The Twentieth Century*. Chicago: The University of Chicago.

HINNELLS, J.(1984). *Dicionário das Religiões*. 1 ed. São Paulo: Círculo do Livro, p. 245 1 vol.

HOLMES, James (1994). *Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi B.B.

JACKSON, Michael (1977). *Industrial Relations*. London: Croom Helm, Ltd.

JAKOBSON, Roman (1959). "On Linguistic Aspects of Translation". In: VENUTI, L. (2004). *The Translation Studies Reader*. Oxon: Routledge.

KASPAREK, Christopher (1983). "The translator's Endless Toil" - *The Polish Review*, vol. XXVIII. P. 84.

LECERCLE, Jean-Jacques (1990). *The Violence of Language*. London: Routledge.

LEFEVERE, André (1977). *Translating Literature: The German Tradition from Luther to Rosenzweig*. Assen: Van Gorcum & Comp. B.V.

LIMA, Conceição (2010). *Manual de Teoria da Tradução*. Lisboa: Colibri.

MUNDAY, Jeremy (2008). *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. Oxon: Routledge.

NEWMARK, Peter (1991). *About Translation*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.  
\_\_\_\_\_(1988). *A Textbook of Translation*. Herts: Prentice-Hall International.

NORD, Christiane (2005). *Text Analysis in Translation*. Amsterdam: Rodopi B.V.

ORTEGA Y GASSET, José (1947). *Obras Completas: Tomo V* (pp. 429 - 448). Madrid: Revista de Occidente.

REISS, Katharina (2000). *Translation Criticism – The Potentials and Limitations*, trad. Erroll F. Rhodes. Surrey: St. Jerome Pub.

STEINER, George (1975). *After Babel: Aspects of Language and Translation*. Oxford: University Press.

THATCHER, Margaret (1993). *The Downing Street Years*. London: HarperCollinsPublishers.

VENUTI, Lawrence (1995). *The Scandals of Translation*. London: Taylor & Francis.  
\_\_\_\_\_ (1998). *The Translators Invisibility*. London: Routledge.

**Bases de dados Terminológicas, glossários e dicionários em linha:**

[www.ciberduvidas.com](http://www.ciberduvidas.com)

[www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk)

[www.parliament.co.uk](http://www.parliament.co.uk)

[www.thefreedictionary.com](http://www.thefreedictionary.com)

<http://www.merriam-webster.com/>

<http://www.infopedia.pt/>

<http://www.priberam.pt/dlpo/>

<http://aulete.uol.com.br/>

<http://www.linguee.com/>

<http://www.edtl.com.pt>

<http://ciberduvidas.sapo.pt/pergunta.php?id=11135>

**Outros Recursos Eletrónicos:**

< <http://www.facebook.com/pages/Sunday-Dispatch/106004462764048>>. Consultado em 9/11/2011.

<<http://www.newadvent.org/cathen/09399a.htm>>. Consultado em 9/11/2011.

<<http://www.philtar.ac.uk/encyclopedia/christ/esp/anglican.html>>. Consultado em 01/06/2012.

<<http://historiasdomeumundo.wordpress.com/2012/03/13/translation-criticism-the-potentials-limitations-katharina-reiss-reflexao-resumo-2/>>. Consultado em 01/08//2012.

<<http://traduccionjuntos08-09.wikispaces.com/Teor%C3%ADa+del+Skopos>>. Consultado em julho de 2012.

<[http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/butler\\_rab.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/butler_rab.shtml)>. Consultado em março de 2012.

<[http://www.know-britain.com/general/education\\_in\\_england\\_3.html](http://www.know-britain.com/general/education_in_england_3.html)>. Consultado em março de 2012.

<[http://courses.logos.it/pls/dictionary/linguistic\\_resources.cap\\_1\\_19?lang=bp](http://courses.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.cap_1_19?lang=bp)>. Consultado em março de 2012.

<<http://www.visitbritain.com/pt/About-Britain/Government>>. Consultado em 10/03/2012.

### **Gramáticas:**

CUNHA, C. & CINTRA, L. (2002) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.

QUIRK, Randolph *et al* (1972). *A Grammar of contemporary English*. London: Longman.

### **Fóruns:**

[www.wordreference.com](http://www.wordreference.com)

[www.proz.com](http://www.proz.com)

# **A N E X O**



Tradução dos capítulos IV (*The Outer Circle*), V (*A World of Shadows*) e VI (*Teacher's Pest*) de *The Path to Power*

## CAPÍTULO IV

### O CÍRCULO EXTERNO

*Deputada parlamentar e secretária de estado 1959-1964*

#### UM JARDIM, FINALMENTE

Por esta altura encontrava-me confortavelmente instalada com a minha família numa moradia relativamente ampla em Farnborough, no condado de Kent. Perante o descontrole das rendas, o qual implicaria um custo muito maior no aluguer do nosso apartamento em Swan Court, havíamos decidido comprar a casa *Dormers*, que víamos anunciada na revista *Country Life*. Sentíamos também que as crianças precisavam de um jardim para brincar.

A nossa nova casa já tinha visto dias melhores. Embora fosse estruturalmente sólida, o anterior proprietário não fora capaz de a manter de forma apropriada. Não tinha aquecimento central e os mais de 5.000m<sup>2</sup> de jardim estavam cobertos de erva. Mas foi com prazer que pus mãos à obra para melhorar o estado das coisas. O jardim entusiasmava-me de forma particular. Sempre quisera ter um, e quando os meus pais finalmente se mudaram para uma casa com um jardim bastante grande, muito comprido e estreito, já eu não vivia com eles. Assim sendo, foi no jardim da *Dormers* que tive a primeira oportunidade de calçar umas luvas de jardinagem e arrancar silvas; de empurrar carrinhos de mão carregados de húmus do bosque vizinho para fertilizar a terra, e de dispor canteiros. Estudei os preceitos das azáleas, dos rododendros e das dalias. Tinha a sorte de Bertie Blatch, um presidente do círculo eleitoral, se desdobrar

em horticultor. Mas mesmo com todas as suas indicações, as minhas rosas nunca se compararam às dele.

Para os gémeos, a *Dormers* era o paraíso. Tinham agora o seu próprio jardim, vizinhos com filhos pequenos, e um bosque onde podiam passear – sempre acompanhados. A casa situava-se numa propriedade, pelo que não havia por lá veículos a circular sendo, por isso, segura para as crianças. Eliminei, logo no início, todo e qualquer perigo de os miúdos caírem ao lago, enchendo-o com terra e transformando-o num canteiro de rosas.

Quando fui eleita deputada, o Mark e a Carol tinham seis anos, idade suficiente para se meterem em grandes sarilhos, caso não fossem educados com firmeza. O Denis também não estava em casa o tempo que desejava, pois o trabalho obrigava-o a deslocar-se frequentemente ao estrangeiro. Como os meus compromissos parlamentares quase nunca me permitiam chegar a casa antes de os gémeos irem para a cama, eu fazia questão de ter a família sempre reunida ao pequeno-almoço. É certo que também beneficiávamos das férias parlamentares e, a bem da verdade, dos prolongados fins de semana parlamentares. Mesmo assim tenho uma dívida de gratidão para com Barbara, a ama dos miúdos na *Dormers* antes de se ter casado com um horticultor local que, por sinal, me orientava no tratamento do jardim – e para com Abby, que a substituiu, e que com o tempo se tornou amiga próxima da nossa família. Ambas mantiveram as crianças disciplinadas e eu sempre telefonava do Parlamento um pouco antes das seis da tarde para saber se tudo estava bem, e também para dar uma oportunidade aos gémeos de me dizerem se havia algum problema.

Aprendera com a minha mãe o quão importante é fazer de cada casa um lar. A cozinha, que considerava como o seu coração, eu fazia questão que fosse acolhedora:

suficientemente espaçosa para lá tomarmos as refeições. Embora eu aprecie limpeza e arrumação, não gosto propriamente de austeridade. Uma casa deve ser confortável e mobilada com gosto – uma combinação menos complicada e menos dispendiosa do que por vezes se pensa. Tal como a minha mãe, eu preferia mobiliário de mogno. E como nada há de melhor do que a prata sobre uma mesa de mogno escuro, o Denis e eu começamos a fazer uma modesta coleção de peças de uma baixela.

As lojas de antiguidades exerciam em mim um perigoso fascínio. Apesar de, à cautela, eu resistir à tentação e evitar os grandes estabelecimentos onde, mesmo naqueles tempos, os preços eram muito elevados, aproveitava os momentos que me sobravam do trabalho político e das compras para ir à procura de peças a preços convidativos. Continuava a preferir o mobiliário antigo (ou a sua reprodução), porque além de encantador, tinha utilidade. Num domingo em que perdi um alfinete de safiras em Richmond Park – o Denis tinha trazido as pedras no regresso de uma viagem de negócios ao Ceilão – usei o dinheiro do seguro para comprar uma peça antiga que me veio a servir como móvel de bar. O Denis achou que teria sido melhor se eu tivesse comprado mais joias, mas eu estava aborrecida comigo mesma: ‘pelo menos’, disse-lhe eu, ‘não corro o risco de perder um móvel de bar em Richmond Park’. E foi assim que, aos poucos, mobilamos a nossa casa.

Mas não compramos muitos quadros, à exceção de algumas reproduções e de (em anos mais tarde) vários desenhos e retratos, pois entendíamos que as pinturas de qualidade, as que valiam a pena adquirir, eram demasiado caras. Comecei então a colecionar porcelana em vez de quadros. Pratos de porcelana nas paredes e figuras em vitrinas davam muita cor às divisões da casa; e, de certa forma, a compra de peças isoladas não parecia uma extravagância. Comprei as minhas primeiras peças de porcelana *Crown Derby* em Frinton aquando da visita à quinta da minha irmã Muriel e

do marido. Numa ocasião, após uma reunião ao fim da tarde em Finchley, descobri que uma dos nossos presidentes de Núcleo tinha, também ela, uma pequena e impressionante coleção que revelava o seu gosto requintado. Desde então passou a manter-me a par de tudo o que via e pensava ser do meu agrado.

As minhas vivências de infância em Grantham levaram-me a acreditar que a melhor maneira de tornar uma casa aprazível é mantê-la sempre ocupada e ativa. E isso não era difícil. A minha vida pessoal era assoberbada. Antes de ser eleita como deputada, ocupava-me com a jurisprudência e com a candidatura a um lugar no parlamento, atividades que conciliava com as minhas funções de esposa e de mãe. Depois da minha eleição, o ritmo acelerou bastante. Tínhamos ajuda diária nos afazeres domésticos, mas eu fazia questão em realizar algumas das tarefas. Qualquer que fosse a hora a que encerrassem as sessões do Parlamento, mesmo que às primeiras horas da manhã, eu voltava sempre para Farnborough para preparar o pequeno-almoço para o Denis e a família - e para comer uma peça de fruta e beber um café. A seguir levava um ou ambos os gémeos, e por vezes ainda outra criança do bairro, para as respetivas escolas – éramos um grupo de mães a partilhar as tarefas. Depois, normalmente ia às compras antes de fazer a viagem de 45 minutos de duração a caminho de Westminster, onde as sessões parlamentares tinham início às 14h30m.

Apesar das frequentes obrigações para com o círculo eleitoral, os fins de semana permitiam-me pôr a casa em ordem e cozinhar, tal como fora habitual na nossa casa em Grantham. Nos meses de verão o Denis, eu e as crianças costumávamos trabalhar – no caso delas, faziam que trabalhavam – no jardim. Mas aos sábados, na época de *rugby*, o mais certo era o Denis ir arbitrar ou assistir a algum jogo – atividade sobre a qual acordáramos no início do nosso casamento. Por vezes acompanhava-o quando ele ia arbitrar um jogo importante, embora os comentários pouco elogiosos com que os

espetadores ingleses costumam brindar a conduta dos árbitros afetassem a minha concentração no jogo. Aos domingos levávamos os gémeos ao serviço religioso para a família, na igreja da paróquia de Farnborough. O Denis era anglicano mas pensávamos que seria confuso para as crianças se não frequentássemos, os dois, a mesma igreja. Sendo eu Metodista, o facto de a nossa paróquia local pertencer à *Low Church*<sup>5</sup> facilitou-me a transição. John Wesley (o fundador da Igreja Metodista), por exemplo, considerou-se membro da Igreja Anglicana até ao seu último suspiro. No meu caso, nunca senti que tivesse ultrapassado qualquer grande barreira teológica.

Os fins de semana eram, por conseguinte, um precioso revigorante. Tal como o eram as férias em família. Lembrava-me do que me agradara e desagradara nas minhas férias em Skegness. Cheguei à conclusão de que nada melhor para os miúdos do que baldes e pás e muito exercício físico. Por isso, alugávamos uma casa durante um mês na costa do condado de Sussex mesmo ao pé da praia, onde sempre havia famílias com crianças por perto. Mais tarde, passamos a ir, ou para um hotel em Seaview, na Ilha de Wight, ou para um apartamento que alugávamos na aldeia. Atravessar de ferry as águas do estreito de Solent era uma grande aventura para os miúdos que, como todos os gémeos, andavam quase sempre a ver quem levava a melhor. De carro a caminho da costa, passávamos sempre por um lugar chamado '*Four Marks*'. Nunca soube explicar ao Mark quem eram aqueles quatro. Tampouco consegui arranjar uma explicação satisfatória para a Carol, que achava uma grande injustiça não haver igualmente um lugar chamado '*Four Carols*.' E para não ficar em desvantagem, o Mark achava que não era menos injusto as *Christmas carols* não terem um equivalente masculino.

---

<sup>5</sup> N. do T.: Uma das três divisões doutrinárias da Igreja Anglicana, sendo as suas correlativas, a *High Church* e a *Broad Church*.

Em 1960 planeávamos levar as crianças à Bretanha nas férias de verão. Mas à última hora o Mark apanhou varicela e, para desagrado de todos, tivemos de cancelar a viagem. Em compensação, e envolvendo um maior grau de aventura, decidimos ir esquiar para Lenzerheide, na Suíça, no Natal. Nenhum de nós tinha antes esquiado, por isso inscrevemo-nos num clube de esqui em *Sloane Square*, em Londres, e antes de partirmos fizemos um curso orientado pela loja de desporto *Lilliwhites*. As férias foram um sucesso e todos os anos passamos a ir para o mesmo hotel. Eu adorava a paisagem e o exercício físico. E apreciava cada vez mais o chocolate quente e a doçaria local.

É um cliché, mas a verdade é que na vida em família temos de aceitar tanto os aspetos negativos como os positivos. Quando estamos na política, é muito revigorante saber que temos uma família em quem nos podemos apoiar; o problema é a nossa vulnerabilidade emocional quando algum deles adocece. Eu andava sempre preocupada com o Mark que, naquele tempo, apanhava todas as doenças, incluindo uma pneumonia, num inverno em Lenzerheide. Um dos piores dias da minha vida foi quando ele teve uma apendicite e tive de acorrer ao hospital mais próximo. Passei tanto tempo com ele nas semanas seguintes que comecei a temer que a Carol se sentisse posta de lado. Tanto, que lhe comprei um fantástico urso de peluche, que batizamos com o nome de Humphrey. Independentemente do sentimento que a Carol nutria pelo seu novo amigo, afeiçoei-me muito a ele e levei-o mesmo para Downing Street. Mais tarde, infelizmente, ele acabou por se desfazer quando, incomodada com a sua sujidade, tentei lavá-lo. *‘Sic transit gloria Humphri’*.

É difícil saber se nos preocupamos mais com os filhos quando estão por perto, ou quando estão longe de nós. Eu queria ter os gémeos em casa quando eram pequenos, embora estivesse já conformada com a sua ida para o colégio interno mais tarde. Infelizmente, a escola em regime de externato mais próxima, para onde tinha ido o

Mark, acabou por fechar em 1961, e o Denis convenceu-me de que era melhor ele ir para a Escola Preparatória de Belmont. Ao menos, Belmont ficava à saída de Finchley, o que me permitia ir buscá-lo à hora do almoço. Além disso, para mim era um descanso saber que, em caso de urgência, ele não estava muito longe. Mas depois a Carol, obviamente para não ficar de fora, decidiu que também ela devia entrar para o colégio interno, o que veio a acontecer dois anos mais tarde. Sem eles, a casa parecia vazia.

Nessa altura a minha vida sofreu mais um vazio que nunca mais poderia ser reparado: a morte da minha mãe, em 1960. Ela tinha sido um forte pilar de estabilidade familiar. Tomava conta da casa, orientava a loja sempre que necessário, recebia amigos, apoiava o meu pai na sua vida pública e, enquanto primeira-dama da cidade, empenhava-se no trabalho de voluntariado social da igreja, era muito habilidosa em trabalhos domésticos tais como corte e costura e nunca a ouvimos queixar-se. Tal como muita gente que vive para os outros, a minha mãe foi quem tornou possível tudo o que o marido e as filhas acabaram por concretizar. A sua vida não tinha sido fácil. Embora nos últimos anos eu falasse mais prontamente da influência política que o meu pai exerceu em mim, foi da minha mãe que herdei a capacidade de organizar e coordenar as mais variadas tarefas de uma vida ativa. A sua morte foi um grande choque, apesar de não totalmente inesperada. Quando ela adoeceu, estávamos todos com a família da minha irmã no condado de Essex. O Denis e eu levamo-la para Grantham, para ser operada de urgência. Mas ela nunca recuperou, acabando por falecer alguns meses depois. Até mesmo as crianças sentem bem a dor da família. A seguir ao funeral da minha mãe, o meu pai voltou connosco para a *Dormers*, onde permaneceu durante algum tempo. Naquela noite, quando lhe fui abrir a cama, encontrei um pequeno bilhete do Mark sobre a sua almofada: “*Querido avô, estou tão triste por a minha avó ter morrido!*” – foi de cortar o coração.



## LEGISLAÇÃO PARA PRINCIPIANTES

Mas eu sentia-me muito feliz pelo facto de os meus pais me terem visto a entrar para o Palácio de Westminster como deputada parlamentar - literalmente *visto*, porque a imprensa publicou, de forma lisonjeira, fotos minhas com o meu chapéu novo, a caminho do Parlamento. O meu primeiro contacto com o grupo parlamentar do Partido Conservador deu-se quando, no dia anterior à abertura do Parlamento, entrei como membro da Comissão 1922<sup>6</sup> – a Comissão do Partido à qual pertenciam todos os deputados conservadores da bancada parlamentar – para discutir a questão da Presidência da Câmara dos Comuns. Das várias centenas de pessoas amontoadas naquela sala barulhenta e enfumarada, eu só conhecia um número relativamente baixo, mas senti-me imediatamente em casa.

Eram todos muitíssimo amáveis, naqueles primeiros tempos. O Líder Principal da bancada parlamentar do Partido Conservador (*Chief Whip*) punha os novos deputados a par das regras da Câmara e do sistema parlamentar. Os veteranos deram-me boas sugestões com relação ao tratamento da correspondência. Também me aconselharam a não me concentrar só em assuntos importantes como os negócios estrangeiros e as finanças, mas a tentar encontrar um ou dois temas menos populares, aos quais eu pudesse imprimir um cunho pessoal. Outro conselho bastante prático que recebi foi o de encontrar um ‘parceiro’ (*pair*)\*<sup>7</sup>, que rapidamente encontrei na pessoa de Charles

---

<sup>6</sup> N. do T.: A Comissão 1922 é constituída por todos os deputados parlamentares conservadores que não fazem parte do governo. Nas suas reuniões e nas das suas subcomissões, discutem-se opiniões e políticas, e os seus resultados são comunicados aos ministros pelos líderes parlamentares e pelos assessores parlamentares. A Comissão 1922 tem também a última palavra na escolha do Presidente da Câmara dos Comuns quando o Partido Conservador se encontra no governo. *In Margaret Thatcher - The Downing Street Years*, p. 33

<sup>\*7</sup> *Pairing* é um acordo informal através do qual pares de deputados de partidos opostos acordam abster-se em votos parlamentares, quando um ou outro se pretende ausentar da Câmara dos Comuns. O acordo não se aplica a votos cruciais.

Pannell, o deputado trabalhista por Leeds West. Eu já me havia cruzado com ele alguns anos antes, vivia ele em Erith, no meu antigo círculo eleitoral de Dartford. Charles era precisamente o tipo de político Trabalhista que sempre apreciei: bem-humorado e respeitável.

O Palácio de Westminster é um labirinto estonteante de corredores para os principiantes. Levei algum tempo até conseguir encontrar o meu caminho sem dificuldades. O Salão de Chá, a Biblioteca e as principais salas das comissões serviam-me todos como pontos de referência. Havia salas distintas e discretamente identificadas para as vinte e cinco deputadas – “As Salas das Senhoras Deputadas” – onde eu sempre acabava por encontrar uma mesa para poder trabalhar. Não entrava na Sala de Fumo nem por gosto, nem para me reunir com os outros membros do partido. A minha secretária, Paddy Victor Smith, extremamente eficiente, tinha uma mesa de trabalho num gabinete amplo juntamente com outras secretárias onde tratávamos da correspondência do círculo eleitoral. Mas o coração da Câmara dos Comuns era, mais ainda do que hoje, a própria Câmara. Fui informada logo no início de que as horas passadas lá dentro não eram compensadas. As reuniões da Comissão das Finanças e dos Negócios Estrangeiros bem poderiam ser mais elucidativas. As reuniões semanais da Comissão 1922 poderiam ser mais vivas. Mas só ao absorver a atmosfera do Parlamento até os seus procedimentos se tornarem habituais e o seu estilo de debate instintivo, é que cada um tinha a possibilidade de se tornar naquela classe mais respeitada de políticos ingleses: ‘Um homem da Câmara dos Comuns’ (ou uma mulher).

E foi isso que fiz. Tomei o lugar que me estava reservado na quarta fileira de trás, por baixo do conjunto de degraus que separa as bancadas da frente das bancadas de trás – a mesma que escolhi novamente trinta e um anos mais tarde, quando me demiti do cargo de primeira-ministra. A Câmara era – e continua a ser – um lugar muito

masculino. Esse aspeto manifestava-se sobretudo, em minha opinião, através do elevado nível de ruído. Habituada que estava aos debates na universidade e às perguntas nas campanhas para as eleições gerais, as breves visitas que eu havia feito à Galeria dos Visitantes do Parlamento nunca me haviam preparado para tal. Mas quando falei nisso a um colega ele riu-se e disse: *Havias de ter cá estado durante a crise do Canal de Suez!* Entretanto, cedo descobri que a masculinidade não degenerou em discriminação. De formas diferentes, e em várias ocasiões, apoucaram-me pelo facto de ser uma mulher a trabalhar na indústria, na Barra do Tribunal e até em questões políticas do círculo eleitoral do Partido Conservador. Mas na Câmara dos Comuns éramos todos iguais; e ai dos ministros que insinuassem pelo seu comportamento ou atitude que eram mais iguais do que os restantes. Apercebi-me logo com agrado de que sinceridade, lógica e domínio técnico de um assunto mereciam o respeito dos dois lados da Câmara. Superficialidade e *bluff* eram rapidamente denunciados. Talvez que cada geração de jovens homens e mulheres considere que aqueles tidos antes como grandes figuras detinham uma estatura sem correspondente à dos seus equivalentes em anos posteriores. Hoje, eu certamente teria dificuldades em encontrar nas bancadas de trás o extraordinário conjunto de experiência e de talentos que então caracterizaram a Câmara dos Comuns. Qualquer que fosse o assunto, havia sempre alguém nos dois lados da Câmara a fornecer conhecimento aprofundado e especializado, bem como intuição óbvia sobre o mesmo – e a ser ouvido com respeito, tanto pela bancada da frente como pela de trás.

Tive muito poucas oportunidades durante os meus primeiros meses como deputada para, de forma serena, adquirir experiência da Câmara. Juntamente com outros trezentos e dez deputados, eu tinha entrado no escrutínio dos Comuns para a apresentação de Projetos de Lei. Sem que anteriormente nada mais me tivesse saído do que uma rifa, fiquei muito espantada quando me descobri no segundo lugar da lista. Só

poucos dos primeiros Projetos de Lei têm a oportunidade de ser promulgados, e mesmo assim, a posição do governo perante eles é crucial.

Normalmente, eu fazia somente uma apreciação muito geral do tema que escolhia, mas agora eu tinha apenas uma semana para me decidir, pois o Projeto de Lei tinha que ser agendado até onze de novembro. Evidentemente, devia incidir não só em algo que me tocasse fortemente, como também, de preferência, numa área que eu já conhecesse. Só consegui aprovar um título formal para um Projeto de Lei relacionado com recursos em desrespeito para com processos judiciais – um daqueles Projetos de Lei pouco importantes que o gabinete dos líderes da bancada parlamentar reservam para os deputados inexperientes das bancadas de trás. Mas isto parecia-me bastante desinteressante e eu não me conseguia entusiasmar. Então, refleti novamente.

Muitos de nós à direita do Partido – e não só à direita – estávamos a ficar bastante preocupados com o abuso do poder sindical. Eu havia lido e conversado com os meus amigos advogados sobre o teor de um panfleto apresentado no ano anterior pela *Inns of Court Conservative Society*.<sup>8</sup> Intitulado *The Giant's Strength* (A Força do Gigante), era em grande parte, pelo que pude perceber, de autoria de Geoffrey Howe, um jovem e brilhante advogado Conservador. Nesta altura, eu acompanhava designadamente o extenso e controverso caso *Rookes vs Barnard*, relacionado com a garantia sindical. Rookes havia-se demitido do seu sindicato que, por sua vez, ameaçou o seu empregador, as linhas aéreas *BOAC*<sup>9</sup> com uma greve, caso Rookes não fosse demitido das suas funções. A *BOAC*, assim fez de imediato e Rookes processou os dirigentes do sindicato. Eu estava revoltada pela violação do que eu via como um direito fundamental de cada um, o da associação ou não a um sindicato. Admirava também a determinação e

---

<sup>8</sup> N. do T.: Designação de um dos tipos de *Inns of Court*, associação dos advogados da Inglaterra e do País de Gales.

<sup>9</sup> N. do T.: *British Overseas Airways Corporation*.

a coragem de Rookes. Procurei informar-me sobre a possibilidade de eu apresentar um Projeto de Lei que pudesse romper, ou pelo menos enfraquecer, o poder da garantia sindical.

Mas aqui, uma vez mais, surgiram dificuldades. Apesar de os Conservadores mais jovens e de muitos deputados da bancada de trás se terem inquietado com a questão, o espírito predominante nas fileiras da frente do Partido Conservador era o de acomodar e acalmar os sindicatos. Por isso, era extremamente improvável mudar a lei como eu queria. Os Líderes da bancada parlamentar do Partido Conservador (*Whips*<sup>10</sup>) deixaram claro que eu não teria o apoio do partido. Além disso, o próprio caso não estava ainda decidido – e não o viria a estar antes de 1964. Na altura em que eu ponderava introduzir um Projeto de Lei, o Tribunal de Segunda Instância não deu razão a Rookes, mas, no final, a Câmara dos Lordes declarou-se contra o sindicato. Havia, assim, fortes razões para que a lei não fosse alterada parcialmente através de um caso-teste (*test case*<sup>11</sup>). Curvei-me perante este raciocínio.

O tema sobre o qual acabei por debruçar-me incidia, essencialmente, sobre as liberdades fundamentais do indivíduo ameaçadas pelo coletivismo. Como resultado de um conflito à escala industrial iniciado na imprensa em julho de 1958, alguns municípios, controlados pelos Trabalhistas em grandes cidades, haviam-se negado a oferecer condições normais de trabalho aos jornalistas de periódicos de província envolvidos no conflito. Isto havia revelado lacunas existentes na lei, tendo estas sido

---

<sup>10</sup> N. do T.: Deputados da Câmara dos Comuns ou membros da Câmara dos Lordes, nomeados por cada um dos partidos políticos para manterem a disciplina dentro do partido. Uma das suas funções é animar os membros do respetivo partido a votarem de forma a fortalecer o partido, em escrutínios cruciais. Os líderes parlamentares também coordenam o sistema *pairing* e atuam frequentemente como relatores no decurso das votações.

<sup>11</sup> N. do T.: Ação legal levada a cabo com o intuito de testar a constitucionalidade de um estatuto e a validade de uma lei em particular. Os *test cases* são úteis porque determinam direitos legais ou princípios que servirão como exemplo no futuro, em casos com as mesmas características. Os *test cases* poupam tempo e dinheiro ao sistema judicial, pois evitam a repetição dos mesmos procedimentos para cada caso em particular, com as mesmas características daquele que serviu como *test case*.

utilizadas por muitos municípios para ocultar do público em geral informação sobre as suas atividades. A imprensa tinha o direito legal de admissão apenas nas reuniões gerais do município; não nas das suas comissões. Caso resolvessem reunir a comissão, os municípios podiam desse modo excluir a imprensa das suas deliberações. E havia muitas outras comissões fechadas, para além destas “comissões gerais do município”. Grandes somas do dinheiro dos ‘contribuintes’ podiam ser gastas, ou mal gastas, sem fiscalização externa. Nem mesmo o público tinha o direito de participar em quaisquer reuniões, do município ou das comissões do município.

O meu interesse na questão provinha, em parte, do facto de a situação ter atingido um ponto crítico por causa da convivência socialista com o poder sindical; em parte, porque eu soube por Nottingham, não muito longe de Grantham, do que se estava a passar, e, em parte, porque a situação existente ia contra o que defendia relativamente à necessidade de prestação de contas dos gastos do dinheiro dos contribuintes, por parte do governo. O *manifesto* de 1959 do Partido Conservador havia incluído a promessa de “assegurar as condições necessárias e indispensáveis à imprensa para noticiar o teor das reuniões das autoridades locais”. Tendo lido tal, imaginei que um Projeto de Lei com esse propósito teria boa aceitação por parte do governo. Fiquei novamente desiludida com os Líderes da bancada. Aparentemente, nada mais estava previsto do que um código de conduta sobre o assunto. Isto pareceu-me demasiado fraco, e decidi então avançar.

Tornou-se imediatamente claro que a objeção a uma medida de choque por parte do Ministério da Habitação e das Autarquias (*Ministry of Housing and Government*<sup>12</sup>) não provinha dos ministros, mas sim de funcionários que sem dúvida faziam eco da

---

<sup>12</sup> N. do T.: Departamento do governo britânico formado a seguir à Segunda Guerra Mundial e extinguido em 1970, que cobria as áreas da Habitação e do Governo Local.

feroz oposição das autoridades locais a toda e qualquer inspeção democrática ao exercício do seu poder. Henry Brooke, o ministro com esta pasta, mostrava-se fortemente recetivo. Todos os Projetos de Lei apresentados por um deputado são supervisionados por um secretário de estado, que colabora ou dificulta o seu progresso. O meu Projeto de Lei foi entregue a *Sir Keith Joseph* e foi na análise dos entediados meandros técnicos da medida que o conheci.

Aprendi muito em pouquíssimo tempo com a experiência de planificação, remodelação e negociação para o meu Projeto de Lei. Em parte porque a questão se mantivera acesa durante alguns anos, mas também devido à deferência dos parlamentares mais antigos para com um novo deputado, eu podia confiar na inestimável ajuda dos colegas das bancadas de trás. *Sir Lionel Heald*, um antigo Procurador-Geral, ajudou-me com a sua vasta experiência jurídica. Aprendi com ele e com outros as técnicas de redação de documentos legais, que geralmente era reservada aos redatores parlamentares.

Testemunhei também o poder de grupos de pressão. A influência do *lobby* da autoridade local fez-se sentir de inúmeras maneiras, e não só através do Partido Trabalhista. Desse modo aprendi a colocar os grupos de pressão uns contra os outros e aproveitei ao máximo a ajuda que me foi oferecida pela Associação de Editores de Jornais e outros órgãos de imprensa.

Mas, no final, nada substitui o nosso próprio esforço. Eu queria ter tantos deputados quantos possíveis na Câmara, numa sexta-feira (quando a maior parte deles havia já regressado ao seu círculo eleitoral) para a Segunda Leitura, ou seja, a discussão e votação de um Projeto de Lei (*Second Reading*) – era este o grande obstáculo. Sempre acreditei no impacto de uma carta pessoal manuscrita, mesmo de alguém que

mal conhecemos. Assim, pouco antes da Segunda Leitura, escrevi 250 cartas aos deputados da bancada de trás do governo, pedindo-lhes que comparecessem e que votassem a favor da minha medida.

Houve outros contratempos. Inicialmente, eu previra esperar vários meses para fazer o meu discurso inaugural, porque tinha sido aconselhada a, primeiro, familiarizar-me com o Parlamento. Eu tinha pensado falar sobre o *Relatório sobre o Funcionamento do Sistema Monetário*, de Lord Radcliffe, que havia sido divulgado no fim do verão – estava fascinada com as técnicas de política monetária que ele apresentava. Mas não tinha o tempo necessário para preparar esse discurso, assim como o discurso de introdução à Segunda Leitura do meu novo Projeto de Lei. Por isso decidi concentrar-me no último. Isto, por sua vez, levantava outro obstáculo. A convenção ditava que um discurso introdutório devia ser sóbrio, incontroverso e entremeado com palavras de apreço para com o meu predecessor e o meu círculo eleitoral. Mas isso era impossível, porque um discurso introdutório sobre a discussão e votação de um Projeto de Lei como o meu, não poderia evitar a controvérsia.

Mas, pelo menos, conteúdo não me faltava. Quando chegou a hora de me levantar para fazer o meu discurso na sexta-feira, 5 de fevereiro de 1960, eu sabia os meus argumentos de cor. Consequentemente, consegui falar quase meia hora sem recorrer a notas – mas com certo nervosismo. As três membros do Governo – Pat Hornsby-Smith, Mervyn Pike e Edith Pitt – na bancada da frente, manifestaram-me apoio moral, e a Câmara tinha bastante gente para uma sexta-feira. Fiquei satisfeita pelo facto de quase 200 deputados terem votado, e ganhamos com uma boa margem. Fiquei também muito sensibilizada pelos comentários que diferentes deputados me fizeram pessoalmente – particularmente Rab Butler, o Líder da Câmara dos Comuns (*Leader of the House*) e um



mestre em elogios ambíguos, mas cujas felicitações nesta ocasião foram espontâneas, generosas, e muito agradáveis para um novo membro.

No dia seguinte tornou-se claro através da imprensa que o discurso tinha sido um sucesso e que eu era – à data, pelo menos – uma celebridade. “Nasceu uma nova estrela no Parlamento”, destacava o jornal *Daily Express*. “Margaret Thatcher conheceu ontem a fama”, anunciou o jornal *Sunday Dispatch*<sup>13</sup>. “Um triunfo”, observou igualmente o jornal *Daily Telegraph*. Apareceram reportagens especiais sobre mim e a minha família. Fui entrevistada na televisão. Os repórteres foram à *Dormers* e num momento de distração, em resposta a uma das perguntas mais absurdas, eu disse a um jornalista que *não podia sequer pensar num lugar no Governo enquanto os gémeos não fossem mais velhos*. Mas tirando essa gafe, foram só rosas, rosas de todos os lados.

Elogio excessivo? Eu não tinha a menor dúvida de que sim. E sentia-me algo preocupada que tal pudesse despertar a inveja de colegas. O meu discurso tinha corrido bem, mas não fora nenhuma maravilha.

Mas terá sido ele um presságio? Algum tempo antes das eleições gerais, eu tinha lido o romance *The Gap in the Curtain*, de John Buchan. Já eu me esquecera disso, até que comecei a refletir sobre aquelas manchetes algo exageradas. A narrativa de John Buchan trata de um grupo de homens, incluindo vários políticos, que passam o Pentecostes em casa de um amigo onde outro convidado, um misterioso físico de renome mundial, gravemente doente, lhes dá a possibilidade de entrever o conteúdo de uma página do jornal *The Times* do ano seguinte. Cada um deles vê algo relacionado com o seu próprio futuro. Um deles, um novo deputado Conservador, lê um breve obituário de si próprio, mencionando ter feito um brilhante discurso introdutório que o

---

<sup>13</sup> N. do T.: O *Sunday Dispatch* foi um jornal britânico publicado entre 27 de setembro 1801 e 1961.

transformara numa figura nacional de um dia para o outro. E assim acontece. O discurso é excepcional, elogiado e admirado por todos os lados; mas depois disso, privado da autoconfiança que o conhecimento do futuro lhe havia dado, falha totalmente e cai no esquecimento, aguardando o final. Estremeci ligeiramente e levei as mãos às minhas pérolas da sorte.

Mas o meu Projeto de Lei – com o significativo aditamento de que os membros do público em geral deviam ter os mesmos direitos que a imprensa a assistir às reuniões de município, e com as comissões (excetuando as comissões de todo o município) não abrangidas pelas suas disposições estatutárias - passou a Lei, como previsto; e, apesar dos meus sete dias de estrelato se terem de certa forma desvanecido, eu havia aprendido muito e ganhado uma boa dose de confiança.

## AS PESSOAS DA ESQUERDA DA DIREITA

A vida nas bancadas de trás era sempre animada – mas tão intensa que numa ocasião, para consternação dos meus colegas do sexo masculino, desmaiei na Sala de Jantar dos Deputados. Passava o máximo de tempo que podia no Parlamento e nas comissões da bancada parlamentar. Também frequentava regularmente o clube gastronómico dos novos deputados Conservadores, local onde costumavam discursar as grandes figuras do partido – Harold Macmillan, Rab Butler, Iain Macleod e Enoch Powell – e jovens jornalistas brilhantes do Partido Conservador, como Peter Utley.

O caminho natural para a promoção e o sucesso estava agora no centro da política e na esquerda do Partido Conservador. Acima de tudo, o promissor político

Conservador devia evitar ser *reacionário*. Do ponto de vista social e profissional, nada era mais prejudicial do que deter esse rótulo. À política conservadora faltava entusiasmo. Apesar de serem em grande medida consideradas como prejudiciais, as evoluções sociais e económicas dos anos sessenta pertencem principalmente ao período de Governo Trabalhista pós- 1964. Os primeiros anos da década foram também anos de deriva e cinismo, pelos quais os Conservadores devem, em larga medida, ser responsabilizados.

De facto, no início da década de sessenta, os Conservadores atravessavam uma das suas fases esporádicas de complacência. A vitória esmagadora de Macmillan em 1959 e o aumento contínuo da prosperidade combinaram-se para convencer até mesmo os comentaristas independentes de que os Conservadores eram agora o partido da *modernização* e que o Partido Trabalhista, com a sua imagem “boina de lã”, corria o risco de ser relegado para oposição permanente. Rab Butler disse-nos uma noite no Clube Gastronómico dos Novos Deputados que, se o Partido usasse bem os seus trunfos, ficaríamos no poder durante os próximos vinte e cinco anos. Nestas circunstâncias era baixo o incentivo para sérias inovações na política ou para uma reflexão filosófica. A principal discussão dentro do Partido Conservador dizia respeito à retirada de África (*Scramble from Africa*) de Iain Macleod, com a velha direita queixando-se de que a Grã-Bretanha estava a fugir à sua responsabilidade para com os colonizadores brancos e para com as maiorias africanas de agricultores tribais, dando poder aos políticos africanos urbanos sem raízes, que a breve trecho se tornariam ditadores. O tempo fez com que estes receios parecessem premonitórios; no início dos anos sessenta pareciam um nostálgico desejo ardente de um Império que quase tinha passado à história. Uma minoria fervorosa de deputados Conservadores abraçou estas

críticas, mas a maior parte de nós considerou que Iain Macleod estava a aplicar a *modernização* conservadora à política colonial, e assim apoiamo-lo.

Estranho é que, olhando agora para trás, os Conservadores nos anos sessenta, embora de um modo obsessivo e cada vez mais preocupados com a perda de contacto com as tendências e modas contemporâneas, começavam a perder contacto com os instintos e as aspirações das pessoas comuns de mentalidade conservadora. Isto verificava-se em questões tão diversas como sindicatos e imigração, lei e ordem e ajuda ao Terceiro Mundo. Mas era também particularmente importante o que tocava à gestão da economia.

Não era tanto a inflação, que foi nula no inverno de 1959-60 e só atingiu 5% no verão de 1961, mas principalmente a balança de pagamentos, que era vista como o principal fator de constrangimento económico ao crescimento. E os meios adotados para lidar com os problemas nesta altura – controles de crédito, subidas das taxas de juros, a procura do crédito internacional para sustentar a libra, aumentos dos impostos e, cada vez mais, políticas de rendimentos padrão – tornaram-se todos muito comuns ao longo dos quinze anos seguintes.

A reformulação que produziu primeiro o “*Selsdon Man*<sup>14</sup>” e, mais tarde, o Thatcherismo, mal se notava. Enoch Powell nesta altura fazia avançar o seu programa de construção hospitalar em dez anos – um dos maiores programas de despesa pública presidido por Macmillan. Somente um grupo de deputados da bancada de trás – incluindo o recém-chegado John Biffen – estava preparado para discutir o caso contra a política de rendimentos e a favor do controle monetário de inflação. De facto, uma

---

<sup>14</sup> N. do T.: Harold Wilson cunhou o termo, derivado do nome do Hotel Selsdon Park, local onde o governo - sombra do partido Conservador finalizou o seu programa de direita para as eleições gerais de 1970. In Margaret Thatcher - *The Downing Street Years*, p. 13, em nota de rodapé.

preocupação desmedida, não com relação ao desemprego, mas com relação à inflação, foi vista pelos centros de poder como o reflexo dos interesses de setores da sociedade britânica em declínio, tais como os reformados com pensões fixas, mais do que os novos e excitantes “jovens gestores” saídos da imaginação do Gabinete Central Conservador – pelo menos até que os reformados com pensões fixas nos causassem uma série de derrotas em eleições intercalares como as de Orpington e de Middlesbrough West, no coração da área Conservadora. Estes, juntamente com a série de escândalos a partir de 1962, marcaram o fim do complacente período do Conservadorismo Macmilliano. À nossa frente estavam anos de derrota, oposição e, por fim, sérias reconsiderações à medida que os Conservadores instintivamente punham de lado o paternalismo e entravam num novo estilo de política conservadora.

Apesar de nenhum problema sério ter alguma vez ameaçado as minhas relações com o Governo e com a então vigente ortodoxia no Partido Conservador enquanto estive nas bancadas de trás, estava consciente de que, pese embora todos os elogios que havia recebido, eu não era um daqueles jovens Conservadores que esperavam subir sem deixar marca. Eu tinha as minhas próprias convicções. Estava preocupada com a direção por que parecíamos enveredar. Seria incorreto sugerir algo mais radical do que isso. Mas para alguém que acreditava em finanças sólidas, no potencial criativo do livre empreendimento e na disciplina social, havia muito com que nos preocuparmos.

Quanto mais informação eu obtinha, menos a nossa gestão da economia me impressionava. Ouvi atentamente os discursos do deputado Conservador da bancada de trás, Nigel Birch, bastante críticos quanto ao fracasso do Governo no controle da despesa pública. O argumento do Governo era o de que os aumentos eram possíveis

desde que a economia continuasse a crescer. Mas tal, por sua vez, atirava-nos para políticas de injeção de excessiva exigência, para a seguir retroceder abruptamente quando isso criava pressões na balança de pagamentos ou na libra esterlina. Foi precisamente isto que aconteceu no verão de 1961 quando o Ministro das Finanças Selwyn Lloyd introduziu um Orçamento Geral do Estado deflacionário e a nossa primeira política de rendimentos, o “congelamento salarial”(pay pause). Outra consequência foi a manutenção da taxa de impostos mais alta do que o necessário. Os Ministros das Finanças, preocupados com os aumentos no imposto básico sobre os rendimentos, deram particular importância à verificação da evasão e fraudes fiscais, aumentando repetidamente para tal os poderes do fisco. Enquanto advogada na área de direito fiscal e não gostando de dar mais poder à burocracia, o assunto preocupou-me fortemente e ajudou-me a escrever um relatório crítico junto da *Inns of Court Conservative Society*. Senti ainda mais intensamente que as tendências liberais em voga na política penal deviam ser invertidas drasticamente. Então defendi e votei a favor de uma nova cláusula que alguns de nós queriam acrescentar ao Projeto de Lei de Justiça Criminal daquele ano, a qual introduziria castigos corporais para jovens infratores violentos. No clima de opinião vigente, esta era uma linha de pensamento que eu sabia me exporia ao ridículo junto dos comentaristas pretensiosos e compassivos. Mas nem os meus eleitores viam as coisas daquela maneira, nem um número significativo de nós à direita. Embora a derrota da cláusula fosse inteiramente previsível, 69 conservadores da bancada de trás votaram contra o Governo e a favor da mesma. Foi a maior revolução no Partido depois que chegamos ao poder em 1951 e os Líderes da bancada não ficaram nada satisfeitos. Foi também a única ocasião, durante todo o tempo em que estive na Câmara dos Comuns, em que votei contra a linha do Partido.

O verão de 1961 foi um período mais interessante do que o habitual em política. Eu mantinha o meu grande interesse nos negócios estrangeiros, dominados pela relação progressivamente tensa entre Kennedy e Khrushchev, pela construção do Muro de Berlim pelos soviéticos (sobre a qual a Câmara voltaria a debater) e, mais próximo geograficamente, no início das negociações referentes à adesão da Grã-Bretanha ao Mercado Comum. Especulava-se também sobre uma remodelação. Apesar da minha reputação ligeiramente manchada, eu tinha alguma razão para pensar que podia beneficiar dela. A minha popularidade junto da opinião pública permanecia num nível moderado, e não era só pelo discurso que havia feito sobre punição corporal. Dei uma conferência de imprensa com Eirine White, a deputada trabalhista por East Flint, sobre a falta de disposições para as necessidades das crianças em idade pré-escolar a viver em edifícios muito altos, um tema de preocupação crescente nesta altura em que tantos destes monstros mal projetados eram construídos. Mas a principal razão pela qual eu esperava poder beneficiar da remodelação era muito simples. Pat Hornsby-Smith tinha decidido demitir-se para seguir os seus interesses empresariais e pensava-se ser politicamente desejável manter o número de mulheres no Governo. Tive mesmo mais do que um indício daquele que poderia ser o meu próximo cargo. Soube-se que havia dois lugares vagos – um na Aviação e o outro na Segurança Social. Por mais que o desejasse, eu não os via, naqueles tempos, a entregar a Aviação a uma mulher jovem.

Assim sendo, não tentei disfarçar o meu contentamento quando o telefone tocou e fui convocada para ir falar com o Primeiro-Ministro. Harold Macmillan encontrava-se confortavelmente instalado na *Admiralty House*, enquanto o número 10 da Downing Street sofria obras de remodelação. Eu já havia formado a minha opinião sobre ele, não só pelos seus discursos na Câmara e à Comissão 1922, mas também pelo que havia dito no Clube Gastronómico dos Novos Membros – em cuja ocasião recomendou vivamente

os romances *Sybil* e *Coningsby* de Disraeli como leitura política. Mas o estilo de Disraeli era demasiado ornamentado para o meu gosto, embora eu possa perceber porque é que ele agradou a Harold Macmillan. Percebo agora que Macmillan era uma pessoa mais complexa e sensível do que parecia; mas a aparência de facto importava. Quer chegando a um acordo e consolidando uma amizade com o Presidente Kennedy, quer fazendo um delicioso comentário mordaz a um Khrushchev, extravagante, Harold Macmillan era um magnífico representante da Grã-Bretanha no estrangeiro.

Na política interna, assim como na externa, Macmillan orgulhava-se de ter um sentido da história. Nas suas tentativas de estabelecer a harmonia entre as duas superpotências, como na sua fervorosa convicção de que o destino da Grã-Bretanha estava na Europa, estava muito afetado pela experiência das duas guerras mundiais. De facto, como nos costumava lembrar, ele era um dos poucos sobreviventes da Primeira Grande Guerra a trabalhar na Câmara dos Comuns. Na sua preferência por uma expansão económica em detrimento de uma solidez financeira e a sua crença desde há muito nas virtudes do planeamento, ele reagia contra a deflação e o desemprego dos anos 30 que presenciara enquanto deputado por Stockton-on-Tees. Diz-se que enquanto Ministro das Finanças, os funcionários do Tesouro registavam a frequência com que ele mencionava *Stockton* todas as semanas. Mas a história normalmente ensina-nos o que queremos aprender. Era possível ter uma visão muito diferente das causas de guerra e das conquistas históricas do capitalismo. A perspectiva das coisas a partir de Grantham era diferente da de Stockton.



ENTRADA PARA O GOVERNO...

Escolhi a minha melhor peça de roupa, desta vez de cor azul safira, para ir falar com o Primeiro-Ministro. A entrevista foi curta. Harold Macmillan cumprimentou-me cordialmente e ofereceu-me a esperada nomeação. Aceitei com entusiasmo. Queria começar o quanto antes e perguntei-lhe sobre o modo como deveria organizar as coisas com o departamento. Respondeu, de forma que lhe era característica: ‘Ah, sim, ligue ao Secretário-Geral e apareça amanhã de manhã pelas onze horas, dê uma vista de olhos e vá-se embora. Se fosse a si, não me demoraria muito.’

Assim, na manhã seguinte – muito antes das onze – cheguei à bonita casa de estilo georgiano em John Adam Street, mesmo à saída da Rua Strand, onde nessa altura se encontrava a sede do Ministério da Segurança Social. Num gesto que muito apreciei – e que eu própria, enquanto ministra, sempre imitei – John Boyd-Carpenter, o meu ministro, ali estava na porta de entrada à minha espera para me acompanhar lá acima ao meu novo gabinete. John era uma pessoa de quem era fácil gostar e de admirar pela sua generosidade, pela sua noção de detalhe e pela capacidade para expor claramente um caso complexo. Era um excelente orador e argumentador. Em suma, um bom modelo a ser seguido por uma secretária de estado em início de carreira. Após a sua promoção para Secretário Principal do Tesouro em 1962, o meu novo ministro foi Niall Macpherson, que, por sua vez, deu lugar a Richard Wood. Tive muita sorte com todos eles. O trabalho de Secretário de Estado só tem o interesse e a utilidade que os ministros mais experientes lhe conseguem atribuir. Eu sentia que eles me davam todas as oportunidades. Este primeiro dia em John Adam Street foi mais ou menos preenchido

com um turbilhão de caras novas e assuntos desconhecidos. Não havia tempo para fazer mais do que orientar-me e obter informação.

Na sexta-feira (dia do meu aniversário), deram-me um lugar proeminente na plataforma da Conferência do Partido Conservador em Brighton. As máquinas fotográficas começaram a disparar quando apareci na Conferência saindo, tal como foi comentado, de um carro cor azul real e envergando um vestido e um chapéu de cor azul real. A minha nomeação e a minha aparência contrastavam com o clima geral que reinava na Conferência a qual, tal como a limitada remodelação que trouxera Iain Macleod para a presidência do Partido, foi amplamente vista como uma viragem do Partido à esquerda.

De volta ao Ministério, não me desagradou nada substituir a labuta pelo glamour. Os assuntos tratados pelo na altura denominado Ministério da Segurança Social, hoje Departamento da Segurança Social, são tecnicamente mais complicados do que os que respeitam a qualquer outro ramo do governo, com a possível exceção do Tesouro no que diz respeito aos impostos. Não era só uma questão de evitar ser surpreendida na Câmara dos Comuns. Se quiséssemos dar uma contribuição séria para a política de desenvolvimento, tínhamos de dominar os princípios importantes e os pormenores. Foi isso que me propus fazer.

O primeiro passo foi reler o relatório original de Beveridge, em que a filosofia do sistema de pensões e subsídios do pós-guerra estava claramente estabelecida. Eu estava já bastante familiarizada com os seus aspetos principais e aprovava-os totalmente. No centro estava o conceito de um ‘plano de segurança social’ abrangente, destinado a cobrir a perda de rendimentos causada por desemprego, doença e aposentação. Isto seria feito através de um único sistema de prestações a nível de subsistência financiado pelas

contribuições individuais de montante fixo. A par deste, haveria um sistema de Assistência Nacional, financiado pela tributação geral, para ajudar todos quantos não tinham condições próprias de sustento através das prestações da Segurança Social, quer por não terem podido contribuir, quer por terem ficado sem as prestações. A Assistência Social era avaliada pelos recursos económicos e tinha sido concebida em grande parte como um sistema de transição, cujo âmbito se reduziria à medida que as pensões ou as poupanças individuais aumentassem.

É fácil *a posteriori* ridicularizar muitos dos pressupostos e previsões de Beveridge. Ele subestimou seriamente o custo das suas propostas, embora isso tenha acontecido em parte porque o Governo Trabalhista do pós-guerra apresentou de imediato pensões de velhice completas, sem observar o período de vinte anos de faseamento gradual que Beveridge tinha previsto. Havia também outros problemas. A relação, que em qualquer caso individual deveria ser sempre indireta, entre contribuições, por um lado, e subsídios, por outro, tornou-se cada vez mais obscura à medida que as pensões e a proporção de idosos aumentavam. Longe de serem reduzidas, a Assistência Social e os seus sucessores, a Prestação Suplementar e o Apoio ao Rendimento, aumentaram, transformando-se numa carga pesadíssima para o contribuinte. As anomalias entre os dois sistemas teoricamente complementares, mas na prática frequentemente contraditórios, transformaram-se numa eterna dor de cabeça.

Apesar disso, Beveridge tinha procurado evitar os verdadeiros problemas que os governantes posteriores mais ou menos ignoraram e que agora voltavam a atormentar-nos, em particular os efeitos debilitantes da dependência da assistência social e a perda de iniciativa privada e voluntária. Sejam quais forem os efeitos práticos, a retórica do Relatório de Beveridge contém o que mais tarde viria a ser considerado como uma circunscrição do thatcherismo:

...O Estado deve oferecer segurança pelo trabalho e pelo montante de contribuições. Ao organizar a segurança, o Estado não pode estrangular incentivos, oportunidades, responsabilidades; ao estabelecer um mínimo nacional, deve incentivar a ação voluntária individual para a obtenção de mais do que aquele mínimo para si e para a sua família. [Parágrafo 9].

... Os beneficiários não devem pensar que esse rendimento pela inatividade, mesmo que involuntária, provém de um saco sem fundo. [Parágrafo 22]

... O progresso material depende do progresso tecnológico, que depende do investimento e, em última instância, de poupanças...É importante que parte dos recursos adicionais atribuídos a assalariados e a outros de fracos recursos sejam por eles poupados e não gastos logo em seguida. [Parágrafo 376]

Muito do nosso tempo no Ministério era passado a fazer face às consequências geradas pelas dificuldades e a procurar soluções para elas, dificuldades que surgiam da lacuna entre a concepção original de Beveridge e o modo no qual o sistema – e, com ele, as expectativas dos cidadãos – se havia desenvolvido. Assim, por exemplo, naqueles dias antes de a inflação disparar e da atualização anual dos subsídios para lhe fazer face, houve reações de desagrado quando as pensões da Segurança Social foram aumentadas e a Assistência Social, que completava o rendimento até um certo nível, não o foi. Cada vez mais, as pessoas também esperavam poder reformar-se com mais do que uma pensão de reforma ao nível da subsistência, mas os níveis de contribuições ou financiamento da tributação geral que tal exigiria pareciam proibitivos. Era isto que estava subjacente à ideia de John Boyd-Carpenter, do esquema de ‘pensões escalonadas’, através do qual o pagamento de impostos mais altos poderia garantir uma

pensão um pouco mais elevada, e foram criadas medidas para encorajar os regimes privados de pensões. Outra fonte constante de dificuldade para a qual não encontramos nenhuma resposta (exequível) foi o ‘regulamento rendimentos’ pelo qual os pensionistas que trabalhavam perderiam, a partir de um certo nível de rendimento, parte ou todos os seus pagamentos de pensão. Tal como explicarei adiante, foi o impacto desta medida sobre as viúvas reformadas que me causou maior dificuldade e consternação.

Três outros problemas que iriam preocupar os governos durante os anos vindouros, haviam também começado a afigurar-se. Havia a questão de como assegurar níveis de rendimentos aceitáveis para os pensionistas idosos que não haviam contribuído o suficiente, de modo a poderem reclamar uma reforma integral da Segurança Social. Havia a procura contínua de uma maior ‘seletividade’ (como se diz na gíria) nas prestações da Segurança Social, de um modo geral – ou seja, a de concentrá-las nos mais necessitados, e não no vasto leque habitual de beneficiários das prestações. (De facto, como os nossos debates correntes sobre ‘o destino das prestações’ – na gíria atual – demonstram, isto revelou-se um exercício amplamente infrutífero.). Por último, havia a questão do ‘estigma’ associado à Assistência Social e à avaliação de recursos. Tal como frequentemente assinali, isto tinha duas faces a considerar. Por um lado, é certo, pessoas que de facto viviam na pobreza deviam ser encorajadas a aceitar a ajuda oferecida pelo estado. Por outro, o amor-próprio daquelas pessoas a quem eu me referia como ‘as orgulhosas’, que não iriam aceitar ajudas de ninguém, era moralmente admirável e, como agora se tornou evidente, a comprovação da dependência cuja remoção poderia em último caso resultar em consequências sociais devastadoras.

Para além do Relatório de Beveridge e de outra informação geral do departamento, foi a investigação de casos – ou seja, a investigação de certos problemas

particulares mencionados em cartas – o que mais me ensinou sobre o sistema da Segurança Social. Eu não estava disposta a comprometer-me com uma resposta se sentisse não haver compreendido os antecedentes de forma adequada. Consequentemente, para meu benefício, uma torrente de funcionários entrou e saiu do meu modesto gabinete para me oferecer os seus conhecimentos ímpares, sobre cada um dos assuntos. Adotei uma abordagem semelhante em relação às questões parlamentares, que seriam repartidas por entre os ministros. Não me bastava saber a resposta ou a linha a seguir. Queria saber porquê. O fim de semana que antecedeu a minha primeira comparência na câmara parlamentar (*Despatch Box*) para responder a perguntas foi, penso eu, quase tão angustiante para o meu Chefe de Gabinete como para mim, já que passei o tempo todo ao telefone com ele para obter esclarecimentos.

Salvo em alguns debates acalorados com os funcionários públicos afetos ao Projeto de Lei do meu representante, foi no Ministério que, do ponto de vista profissional, contactei pela primeira vez com a administração pública. Na prática o Secretário Permanente do departamento tem muito mais poder do que um secretário de estado. Desde o início que havia ficado claro que ele só tinha que prestar contas ao chefe do departamento ministerial. Os dois Secretários Permanentes durante o tempo em que lá estive, Eric Bowyer e Clifford Jarrett, eram ótimos representantes da administração pública – inteligentes, conscienciosos e absolutamente íntegros. Mas os verdadeiros especialistas encontravam-se mais abaixo na hierarquia. Descobri rapidamente que a fonte infalível de informação sobre pensões era John Walley, um Vice-Secretário. De um modo geral, fiquei bem impressionada com a qualidade dos funcionários que conheci.

Tendo trabalhado como secretária de estado para três ministros distintos no mesmo departamento, eu fiquei interessada em saber se as propostas apresentadas aos

ministros por funcionários públicos divergiam, mesmo quando se tratava do mesmo assunto. E assim queixei-me quando Niall Macpherson e Richard Wood receberam documentação sobre políticas propondo abordagens que eu sabia não terem sido submetidas ao seu predecessor, John Boyd-Carpenter. Lembro-me de ter dito depois: “Não foi isso que propuseram ao ministro anterior”. Retorquiram dizendo que sabiam que ele nunca o aceitaria. Decidi naquele momento que, quando fosse eu a chefiar um departamento, insistiria numa avaliação absolutamente sem reservas de todas as opções, oriundas de quaisquer funcionários públicos que a mim se reportassem. A discussão deve ser um dos primeiros princípios a seguir.

Aprendi também outra lição. Havia muita pressão para suprimir a regra dos rendimentos das mães viúvas. Eu concordava plenamente com essa medida. Na verdade, este era um dos assuntos sobre o qual, na condição de nova deputada, eu tinha anunciado publicamente a minha posição. Achava que se uma mulher tivesse perdido o marido e tivesse filhos para sustentar decidisse tentar ganhar um pouco mais arranjando uma ocupação, ela não deveria perder a pensão por isso. Talvez por ser mulher, eu tivesse uma ideia mais clara dos problemas que as viúvas enfrentavam. Talvez por me ter vindo à lembrança a visão penosa de uma mãe que ficara viúva há pouco tempo e, tendo de viver com o seu baixo rendimento, comprava fruta pisada na mercearia do meu pai, em Grantham. Mas era-me quase impossível defender a linha do Governo do ataque da Oposição. Levantei a questão junto de funcionários e do meu ministro. Numa ocasião, cheguei mesmo a levá-la junto a Alec Douglas-Home enquanto Primeiro-Ministro, quando veio falar a um grupo de secretários de estado. Mas embora se mostrasse solidário, nunca obtive qualquer resultado prático.

Os funcionários no departamento sempre argumentavam que a supressão da regra dos rendimentos, inclusive para este grupo mais necessitado, teria ‘repercussões’ noutra qualquer. E, claro está, tinham razão. E como fiquei a odiar a palavra ‘repercussões’!

Os Ministros faziam mal em levar esses argumentos à letra e em não os considerar politicamente. Não me surpreendeu o facto de uma das primeiras ações do novo Governo Trabalhista em 1964 ter por objetivo fazer a mudança pela qual eu me vinha batendo, e disso obter o crédito também. Para mim, a moral da história era clara: a lógica burocrática não substitui o julgamento ministerial. Esquecer-se disso enquanto político, e as ‘repercussões’ políticas cair-lhe-ão em cima.

Os meus dias no Ministério eram cheios. Embora partilhasse um carro ministerial com o meu colega, o secretário de estado encarregado das pensões de guerra, de manhã geralmente era eu quem conduzia de Farnborough para Londres. O dia no Ministério podia começar com a reunião dos dois secretários de estado com John Boyd-Carpenter para a discussão das questões políticas mais amplas, ou da situação política em curso. Em seguida, tinha inúmeras cartas para assinar ou sobre as quais procurava aconselhar-me. Podia acontecer eu ter uma reunião sobre determinadas áreas de responsabilidade que o meu ministro me havia dado, tal como estabelecer acordos recíprocos sobre pensões com outros países. Costumava ter reuniões com funcionários para a preparação de artigos sobre planeamento em Segurança Social – tarefa tão necessária quanto difícil. À tarde uma delegação dos grupos de pressão, que mesmo naqueles tempos abundavam na área dos serviços sociais, aparecia com o objetivo de me apresentar o seu caso para correção de uma ou outra alegada anomalia ou para aumento de alguma prestação. Às vezes visitava os gabinetes regionais da Segurança Social, falando com o pessoal sobre os problemas que enfrentavam e ouvindo sugestões. Jantava geralmente no Parlamento



ou então com amigos da política – um convite para jantar com Ernest Marples, o político vivaz e original que granjeou fama como Ministro dos Transportes, e com a sua mulher, era sempre sinónimo de comida excelente e de vinho de primeira qualidade, como também de companhia jovial. Quando havia uma votação, eu geralmente estava na Câmara para votar às 10h00, antes de conduzir de volta a casa, levando no carro duas ou três pastas (*Red Boxes*<sup>15</sup>) cheias de rascunhos de cartas e artigos sobre política para ler madrugada adentro.

Eu mantinha o gosto pela Câmara dos Comuns, desenvolvido durante os meus dois anos nas bancadas de trás. Não tínhamos maus adversários nas bancadas trabalhistas. Dick Crossman era uma das mentes mais brilhantes na política, ainda que também das mais rebeldes; e Douglas Houghton era um mestre no seu domínio. Eu gostava dos dois, mas continuava determinada a vencer qualquer discussão. Agradava-me a batalha de factos e de números quando as nossas políticas eram questionadas nas sessões de Perguntas e Respostas (*Question Time*) e quando eu falava em debates – embora às vezes eu devesse ser mais prudente. Uma vez, junto à câmara parlamentar (*Despatch Box*), entregaram-me uma nota da administração pública com novas estatísticas sobre um ponto levantado no debate. *Agora*, disse de forma triunfante, *tenho os quentes últimos números vermelhos*. A Câmara desfez-se em gargalhadas e levei um momento até me dar conta do duplo sentido das minhas palavras.

Quis a sorte que no meu Ministério tivéssemos de responder a perguntas na segunda-feira imediatamente após a célebre remodelação ministerial em julho de 1962, a qual ficou conhecida como *A Noite das Facas Longas* ( “*The Night of the Long*

---

<sup>15</sup> N. do T.: Sing. Expressão informal utilizada para designar a caixa ministerial usada por ministros do governo britânico. Assemelha-se a uma pasta e nela são colocados e transportados papéis e documentos oficiais departamentais.

*Knives*”). John Boyd-Carpenter saiu para tornar-se o Secretário Principal do Tesouro e Niall Macpherson ainda não o tinha substituído na Segurança Social. Como a maioria das questões na Ordem de Trabalhos estava relacionada com o âmbito das atividades que me haviam sido cometidas no departamento, e não com as Pensões de Guerra, eu teria de responder no lugar do secretário de estado mais antigo, durante cerca de uma hora. Isso traduziu-se em mais um fim de semana angustiante para mim e para os funcionários que eu tinha de importunar. O Partido Trabalhista andava num grande alvoroço e Iain Macleod era o único ministro na Câmara. Mas superei a situação, dizendo, quando indagada sobre políticas futuras, que eu levaria a questão ao meu ministro – ‘assim que eu tivesse um’.

### ... E NOVAMENTE FORA DO GOVERNO

Mas iria o Governo conseguir? Tal como eu viria a constatar anos mais tarde, todas as remodelações ministeriais continham perigos imprevisíveis. Mas nenhuma das dificuldades que alguma vez enfrentei – mesmo em 1989 – se comparou aos sérios prejuízos causados ao Governo por aquela que ficou conhecida como *A Noite das Facas Longas*, na qual um terço do Governo, incluindo o Lorde Chanceler e o Ministro das Finanças foram afastados, e uma nova geração, incluindo Reggie Maudling, Keith Joseph e Edward Boyle, viu-se na linha da frente da política. Uma das lições que aprendi com este caso é que devemos tentar trazer para o Governo pessoas mais jovens em cada remodelação, de forma a evitar um impasse. De qualquer modo, as mudanças foram muito mal geridas por Macmillan, cujo prestígio, de facto, nunca recuperou.

Estávamos já com problemas por uma série de razões óbvias – e por algumas menos óbvias. A inflação havia começado a aumentar de forma acentuada. A política de rendimentos do governo na forma de ‘congelamento de salários’ e a seguir na de guia orientador (*guiding light*) – de acordo com a qual, pressupondo um aumento de 4% no crescimento económico, os aumentos salariais situar-se-iam entre os 3% e os 3,5% - havia sido aplicada como uma tentativa de a conter. Conflitos industriais, especialmente as greves na engenharia e na construção naval, levaram à perda, em 1962, de mais dias, devido a greves, do que em qualquer outro ano desde a Greve Geral de 1926. Em vez de atacar a raiz do problema, que residia no poder sindical, o Governo moveu-se na direção dos acordos corporativistas com o trabalho organizado, criando o Conselho para o Desenvolvimento Económico Nacional (*National Economic Development Council* (NEDC)) – a ser em breve complementado por uma Comissão Nacional para os Rendimentos (*National Incomes Commission* (NIC)), aceitando assim uma análise fundamentalmente coletivista do que corria mal na Grã-Bretanha.

Acima de tudo, havia crescido no país um sentimento bem perceptível de que os Conservadores tinham estado demasiado tempo no poder e haviam perdido o seu caminho. A altura mais perigosa para um governo havia chegado, aquela em que a maioria das pessoas sente, talvez apenas vagamente, que é ‘altura de mudar’. Mais tarde, no outono de 1962, o governo deparou-se com turbulências de outro tipo. O caso do espião Vassall, a viagem de avião de Philby para a União Soviética confirmando as suspeitas de que ele havia sido um agente duplo da KGB desde o início de 1930 e, no verão de 1963, o escândalo do caso Profumo – tudo isto serviu para envolver o Governo em rumores de sordidez e incompetência. Estes podiam ter sido superados por um governo estável. Mas o significado destes constrangimentos era ainda maior devido ao mal-estar geral.

A Europa era uma das principais razões desse mal-estar. Em outubro de 1961 Harold Macmillan confiara a Ted Heath as difíceis negociações para a adesão da Grã-Bretanha à Comunidade Económica Europeia. Muito especialmente devido à tenacidade e à dedicação de Ted, a maior parte dos problemas, tais como o que fazer com a agricultura da Grã-Bretanha e com as ligações comerciais à *Commonwealth*, pareciam de rápida resolução. Depois, em janeiro de 1963 o General de Gaulle vetou a nossa entrada. Nesta altura na Grã-Bretanha não se nutriam paixões populares pela Europa. Havia um senso comum, que eu partilhava, de que no passado tínhamos subestimado a vantagem potencial da Grã-Bretanha em aceder ao Mercado Comum, que nem a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), nem as nossas relações com a *Commonwealth* e com os Estados Unidos nos ofereciam o futuro comercial de que necessitávamos, e que era a altura certa para nos juntarmos à CEE. Eu era membro ativo da União Europeia das Mulheres – uma organização fundada na Áustria em 1953 para promover a integração Europeia – e fazia parte da sua ‘Câmara Jurisdicional’ (*Judicial Panel*), que discutia temas relacionados com o direito e a família. Mas eu via a CEE essencialmente como um enquadramento comercial – um Mercado Comum – e nunca partilhei nem levei muito a sério a retórica idealista com a qual a ‘Europa’ estava a ser apresentada em alguns quadrantes. De facto, é agora claro para mim que o General de Gaulle era muito mais perspicaz do que nós nesta altura em que, para o nosso grande desgosto e quase condenação universal, observou:

Com efeito, a Inglaterra, é insular, é marítima, está ligada através das suas trocas, dos seus mercados, das suas linhas de fornecimento aos países mais diversos e frequentemente mais recônditos; ela persegue atividades essencialmente industriais e comerciais, e apenas uma ou outra de natureza agrícola... Em suma, a natureza, a

estrutura e a situação que são próprias de Inglaterra diferem profundamente das dos Continentais...

Mas disse também:

Se as negociações de Bruxelas não vingassem em breve, nada evitaria a conclusão de um acordo de associação entre o Mercado Comum e a Grã-Bretanha, com o propósito de salvaguardar trocas, e nada evitaria a continuação das relações estreitas entre a Inglaterra e a França, nem a prossecução e o desenvolvimento da sua cooperação direta nas mais diversas áreas...

É evidente que se era isso que o General de Gaulle estava de facto a oferecer, teria sido melhor refletir sobre os interesses britânicos e não sobre as condições da associação da Grã-Bretanha que acabariam por ser acordadas dez anos mais tarde. Perdemos talvez o melhor comboio europeu que jamais havíamos tido. Na altura, contudo, havia sido investido tanto capital político por Harold Macmillan no empreendimento Europeu, que o seu indigno colapso privou a nossa política externa do seu então principal objetivo e ajudou a demonstrar que o Governo havia perdido o seu sentido de orientação.

O Partido Trabalhista sofrera uma tragédia quando o ainda jovem Hugh Gaitskell faleceu em janeiro de 1963. Harold Wilson foi eleito para Líder. Ainda que lhe faltasse o respeito que Gaitskell havia ganhado, Wilson constituía uma ameaça nova e mortal para o Governo; era um orador parlamentar formidável com uma inteligência aguçada. Sabia como agradar à imprensa para obter o efeito desejado. Podia criar o tipo de

expressão ambígua para manter os Trabalhistas unidos (como por exemplo, ‘aumento planeado de rendimentos’ em vez de ‘política de rendimentos’), e sabia irritar Harold Macmillan de um modo que Hugh Gaitskell nunca fizera. Enquanto mais do que Wilson, Gaitskell era um Homem de Estado, Wilson era um político infinitamente mais talentoso.

Como resultado de todos esses fatores, o prestígio dos Conservadores nas sondagens caiu de forma alarmante à medida que o curso sombrio de 1963 se desenrolava. Em julho os Trabalhistas tinham uma vantagem de cerca de 20% sobre nós. No início de outubro, na Conferência do Partido Trabalhista, o discurso brilhante mas superficial de Harold Wilson sobre a efervecência de revolução científica atraiu a imaginação do país, ou pelo menos, da dos comentadores. E poucos dias depois – uma bomba – uma declaração de resignação de Harold Macmillan acamado no hospital foi lida por Alec Douglas-Home na Conferência do Partido em Blackpool, a qual foi imediatamente transformada num tipo de combate de gladiadores pelos candidatos à liderança.

Isto fez da Conferência dos Conservadores de Blackpool a mais emocionante que alguém alguma vez testemunhara. Havia um clima de enorme excitação à medida que os adversários – primeiro Rab Butler e Quintin Hogg – e os seus apoiantes manobravam no sentido de conseguirem vantagem. Como secretária de estado, eu estava fora do anel mais exterior do círculo mágico. Mas senti que a vitória seria de Rab, se ele quisesse. Era um Homem de Estado com vasta experiência e com alguma visão que seis anos antes havia perdido a liderança por um triz. Quintin Hogg, que mais tarde se tornou *Lord Hailsham*, tinha mais talento e grande poder de oratória, mas, naquela época, tinha também a reputação de ser inconstante nas suas opiniões. Em suma, Rab não conseguiu agarrar a oportunidade que ali tinha, fazendo um discurso pobre no comício final;

enquanto Quintin agarrou e saiu com uma oportunidade que antes nunca existira. Assim, naquele sábado, quando os políticos iam a caminho de Londres de comboio, o combate não estava ainda decidido.

Mas a verdadeira batalha pela liderança Conservadora – se é que se pode aplicar uma metáfora militar aos processos sutis pelos quais os líderes Conservadores ‘surgiam’ – tinha lugar noutra sítio. O mais sutil de todos os processos foi a maneira pela qual Harrold Macmillan deu a conhecer a sua preferência por Hog em relação a Butler, evitando assim qualquer tipo de popularidade para este último e preparando o terreno para a ‘emergência’ de Alec Douglas-Home. Iain Macleod escreveria de forma arrasadora na revista *Spectator* sobre a modo como o círculo mágico do Partido ignorava Butler e a pedido de Macmillan, o tinha engendrado. Eu admirava Iain Macleod, tal como admirava Enoch Powell, os quais subsequentemente recusaram trabalhar no novo Conselho do Primeiro-Ministro. Mas não concordei com as suas críticas quer do processo, quer da escolha. Eu achava naquela altura que havia algo a dizer para evitar as divisões públicas no Partido, as quais iriam acarretar eleições abertas. Geralmente, não acredito na mudança de costumes e convenções simplesmente porque os críticos assim o exigem. A forma como é escolhido o Líder de um Partido parecia-me muito menos importante do que sair vencedora a pessoa certa – e eu achava que a pessoa certa tinha vencido.

Na segunda-feira a seguir à conferência, recebi um telefonema do gabinete dos Líderes da bancada pedindo a minha opinião sobre a liderança. Primeiro, disse-lhes que apoiaria Rab e não Quintin, simplesmente porque ele era o mais qualificado dos dois. A seguir pediram a minha opinião sobre Alec. Isto deu origem a uma possibilidade que eu não havia contemplado. *Será constitucionalmente possível?* perguntei. Certa de que era, não hesitei. Respondi: *Então, sou fortemente a favor de Alec.*

A minha única reserva, a qual expressei na altura, foi que havia algo dúbio em relação à assunção do resultado de uma eleição – Alec teria de renunciar ao título de *Lord* e enfrentar eleições intercalares – ao pedir ao monarca que escolhesse um primeiro-ministro. Mas eu disse também que remetia aquele assunto à consideração de outros mais bem qualificados. Pensando melhor, eu teria de acrescentar uma outra qualificação. Os acontecimentos mostraram de facto que o círculo mágico já não oferecia a legitimidade aos homens que surgiam. Era uma desvantagem para Alec como primeiro-ministro. Quando foi anunciado um novo sistema também eu tivera considerado essa necessidade.

A minha admiração por Alec Douglas-Home não era resultado de uma conversa recente. Quando ele se tornou Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros (*Foreign Secretary*) em junho de 1960 eu havia expressado as minhas dúvidas a Bettie Harvie-Anderson (deputada pelo círculo eleitoral de Renfrewshire East). Pensei que haveria certamente um candidato adequado para o lugar entre os ministros na Câmara dos Comuns. Além disso, lembrei-me, Anthony Eden tinha ostensivamente recusado entregar o cargo de Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros (*Foreign Secretaryship*) a *Lord Salisbury* nesta conjuntura. Mas Betty disse-me que Alec era excepcional e que merecia o cargo. Decidi então ler o primeiro discurso do novo Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros no relatório oficial dos debates parlamentares (*Hansard*). Era uma pesquisa genial sobre as relações Este-Oeste, que enfatizava a necessidade de dissuasão e de negociação com os soviéticos, e salientava a importância das nossas relações com os Estados Unidos. Alec, agora e depois, conseguiu, da forma mais surpreendente, combinar habilidade em diplomacia com clareza de visão. Ele não exibia nenhuma daquelas tendências, tão características dos aspirantes ao cargo de Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros, para com os



processos de negociação como um fim em si mesmos. Além disso tinha charme, brilho e visão para o detalhe do negociador perfeito.

Além do mais, Alec Douglas-Home era manifestamente um homem bom – e a bondade não deve ser subestimada como uma qualidade daqueles que são considerados para posições de poder. Ele era também, elegantemente, “índiferente a classes”. Sentíamos-nos sempre tratados não como categorias, mas como pessoas. E ele de facto ouvia – tal como vim a descobrir quando me associei a ele na questão controversa da pensão das mães viúvas.

Mas a imprensa era cruel, implacável e estava quase unanimemente contra ele. Era fácil caricaturá-lo como um aristocrata desfasado, um retrocesso ao pior tipo de Conservadorismo reacionário. O snobismo invertido na minha maneira de ver era ainda mais desagradável do que um arrogante genuíno. Por volta de 1964 a sociedade britânica tinha entrado numa fase doentia de conformismo liberal passando como expressão individual. Só ideias e pessoas progressistas mereciam o respeito de uma classe de imprensa cada vez mais consciente e autoconfiante. E como eles riram, quando Alec disse, em jeito de autodepreciação, que usava paus de fósforos para resolver conceitos de economia. Que contraste com os modelos de economia, com os quais a mente tecnicamente brilhante de Harold Wilson era familiar. Ninguém parou para perguntar se as fraquezas da economia britânica eram fundamentalmente simples e só superficialmente complexas. Na verdade, se os políticos tivessem sido obrigados a usar uma linguagem mais honesta e ilustrações simples para se certificarem de que as suas políticas eram compreendidas pelos cidadãos, bem podíamos ter evitado o deslizamento da Grã-Bretanha para um relativo declínio.

Por tudo isso – apesar da crítica dos meios de comunicação social, apesar do fim caótico do Governo de Marcmillan, apesar da correta mas desastrosa abolição programada do congelamento dos preços de venda a retalho que retirava assim o apoio de pequenos comerciantes aos Conservadores – estivemos muito perto de ganhar as eleições gerais de 1964. Esta recuperação não se deveu a uma melhoria económica, porque a inflação e o défice da balança de pagamentos aumentaram. Nem ao nosso *manifesto* de 1964, com a grande ênfase dada ao corporativismo como saída dos problemas económicos do país – território no qual os socialistas eram mais convincentes. Em parte, foi porque quanto mais de perto se olhava para o programa do Partido Trabalhista e para o seu Líder, menos substanciais eles pareciam. Mas o crédito pela nossa política de recuperação devia ir principalmente para Alec. É irónico que ele já tivesse sido considerado como bode expiatório da derrota que muitos julgavam inevitável.

Tinha havido alguma especulação da imprensa de que eu podia não conseguir segurar Finchley. Os Liberais, nunca reticentes em aproveitar as oportunidades, começaram por prenunciar outras eleições intercalares, idênticas às decorridas em 1955 pelo círculo eleitoral de Orpington<sup>16</sup>. Haviam assegurado uma margem apertada no velho município de Finchley, embora em Maio de 1964 tivessem tido um resultado bem pior nas eleições para o novo município de Barnet. O escândalo do *Golf Club* continuava a fazer-se ouvir. O novo e enérgico candidato dos Liberais, John Pardoe,

---

<sup>16</sup>N. do T.: As eleições intercalares de Orpington decorreram a 20 de janeiro de 1955 para eleger um representante do círculo eleitoral de Orpington (condado de Kent) na Câmara dos Comuns. Seguiu-se à morte do então titular Deputado Conservador Sir Waldron Smithers, e o lugar foi assegurado pelos Conservadores. As eleições intercalares de Orpington de 1955 ficaram famosas pelo facto de, nelas, Donald Sumner, o então Presidente titular da Associação Conservadora do município de Orpington, ter derrotado Margaret Thatcher, ao ser eleito deputado da Câmara dos Comuns por aquele círculo eleitoral. O partido Liberal fez saber que não iria contestar as eleições intercalares.

batia-se principalmente por assuntos locais, enquanto eu me batia pelos nacionais – acima de tudo, como assegurar prosperidade sem inflação. O Partido pediu-me que falasse num número de círculos eleitorais de Londres e da sua periferia. Respondi aos ataques sobre a ação do Governo relativamente a pensões e prestações numa reunião barulhenta e hostil de mulheres em Bethnal Green. Escrevi um artigo no jornal *Evening Standard* sobre ‘boa gestão doméstica’ como teste para políticas sólidas.

Mas o Gabinete Central dos Conservadores entendeu que a maior parte dos meus esforços deviam ser canalizados para Finchley. Era a minha agenda habitual de campanha – angariação diária, resposta a cartas e um programa cheio de visitas e reuniões públicas, nas quais me parecia que não só os números aumentavam, mas também o meu apoio. Fico sempre ansiosa em dia de eleições; mas em 1964 as minhas preocupações, apesar das previsões da minha derrota no início da campanha, eram muito maiores em relação ao Partido a uma escala nacional do que em relação a mim em Finchley.

Os resultados assim o confirmaram. Obtive a maioria sobre John Pardoe, com a vantagem de quase 9000 votos. Mas eu não regressaria ao Ministério em John Adam Street, pois os Trabalhistas tinham assegurado uma maioria absoluta de quatro lugares. Treze anos de Governo Conservador tinham chegado ao fim, e um período de fundamental reconsideração da filosofia Conservadora estava prestes a começar. Infelizmente, não seria a última vez.

## CAPÍTULO V

### Um Mundo de Sombras

*Oposição 1964-1970*

#### MUDANDO DE MÚSICA

O Partido Conservador nunca demorava a mudar o tom da sua música. Foi o que se verificou na sequência da nossa derrota eleitoral de 1964 por uma margem muito pequena. Qualquer pessoa que refletisse seriamente sobre o futuro do Conservadorismo, teria começado por confirmar se a tendência habitual para continuar a lutar em terreno socialista com armas corporativistas não tinha algo a ver com a situação difícil em que o Partido se encontrava. Então, e só então – depois de uma derrota mais ou menos inevitável na segunda eleição, pois havia um sentimento geral no país de que os Trabalhistas necessitavam de uma maioria mais alargada para dar continuidade ao seu programa – seria a altura de considerar uma mudança de líder. Eu esperava, e ingenuamente até acreditava que o Partido iria militar sob a liderança de Alec Douglas-Home. Soube mais tarde que os apoiantes de Ted Heath e outros, ansiosos por afastar Alec tinham agido nos bastidores; mas nunca me aventurei a entrar na Sala de Fumo e, por isso, quando me apercebi destas maquinações já era tarde demais. Fiquei espantada e preocupada quando Alec disse à Comissão 1922 que tencionava desistir para dar lugar a outrem; fiquei ainda mais preocupada com a sua evidente infelicidade. Eu continuava a perguntar às pessoas: *Por que é que ele não informou os seus apoiantes? Poderíamos tê-lo ajudado.*

Reggie Maudling e Ted Heath eram normalmente aceites como os dois únicos sérios candidatos na disputa pela liderança, a qual pela primeira vez seria decidida numa votação de deputados. Iain Macleod era considerado como estando demasiado à esquerda, e para muitos, como *Lord Salisbury* sarcasticamente o definiu, o sabichão. Enoch Powell, que avançou com a sua candidatura, não tinha uma grande base de apoio nesta altura. Dos dois candidatos a sério, pensava-se que Reggie Maudling tinha maior probabilidade de ganhar. Embora o seu desempenho como Ministro das Finanças tenha enfrentado sérias críticas de certa forma justificadas, a sua experiência, a sua brilhante capacidade intelectual e o domínio da Câmara eram indiscutíveis. A sua principal fraqueza, que se evidenciou anos mais tarde, era uma certa preguiça – algo que é uma tentação frequente para aqueles que são conscientes de, naturalmente e sem esforço, serem mais inteligentes dos que os que estão à sua volta.

Ted era muito diferente. Também ele tinha uma mente muito bem organizada. Era metódico, enérgico e, pelo menos na questão que lhe interessava acima de todas as outras – a Europa – determinado. Como ministro-sombra das Finanças, teve a oportunidade de demonstrar as suas capacidades no ataque ao Projeto de Lei das Finanças de 1965, que naquela altura teve lugar no hemiciclo da Câmara. Ted era visto com estando à direita de Reggie, mas os dois eram essencialmente centristas em termos de Partido. Algo de positivo poderia ser feito a partir das diferentes abordagens que adotavam relativamente à Europa, considerando Reggie a EFTA mais favoravelmente e estando Ted convencido de que a adesão à CEE era essencial. Mas as suas atitudes para com políticas específicas em quase nada afetavam a questão de qual deles apoiar.

À partida eu não tinha uma opinião formada sobre o assunto. Conhecia-os a ambos – Reggie Maudling como um vizinho deputado por Barnet e Ted Heath há mais tempo, quando fomos candidatos pelos círculos eleitorais de Kent. Nesta altura eu

conhecia melhor Reggie. Gostava da sua combinação de charme despreocupado e perspicácia. As minhas relações com Ted, embora não houvesse nenhuma daquela hostilidade amarga que se viria a desenvolver anos mais tarde, nunca se transformariam em relações de amizade. Apesar de o nosso contexto de base não ser distinto, não tendo nenhum de nós gozado das vantagens educacionais e sociais do político Conservador tradicional, éramos tipos totalmente diferentes de pessoa. Ted, havia lutado na guerra com distinção, enquanto que eu fui aluna em Somerville. Ele tinha feito parte daquela geração profundamente afetada pelo surgimento do Nazismo e do fascismo e pela questão do apaziguamento nos anos trinta. Também eu o fui, naturalmente; mas de forma um pouco diferente. Ted, em minha opinião, tinha aceitado uma boa parte da interpretação moderna do que havia corrido mal no mundo entre as duas guerras. Para ele, imagino, assim como para muitos outros que viriam a ser advogados apaixonados de tudo o que é europeu, o génio do mal daqueles tempos era o nacionalismo. Em consequência, a Grã-Bretanha tinha agora o dever de ajudar a criar uma estrutura à escala europeia que suplantasse o Estado-nação, de providenciar um enfoque alternativo para as fidelizações e assim evitar a guerra. Para mim, tais visões grandiosas eram pouco apelativas. Vi que a causa principal do conflito era o apaziguamento dos ditadores – algo a que o próprio Ted se tinha oposto corajosamente em Oxford – e vi o principal vencedor do conflito, cuja saúde era ela própria a melhor garantia de paz, como sendo o espírito e a unidade do mundo anglófono. O carácter de Ted parecia-me admirável em vários aspetos. Mas ele não era encantador – nem, para ser franca, era essa a sua intenção. Sentia-se provavelmente mais à vontade a falar com homens do que com mulheres. Mas não só as mulheres achavam difícil entender-se com ele. Apesar de o conhecer há muitos anos, tinha a sensação de que afinal não o conhecia bem. E talvez nunca viesse a conhecê-lo. Nesta altura eu não tinha consciência de qualquer

hostilidade, a não ser de uma certa falta de calor humano. Nem nessa altura nem mais tarde, vi a amabilidade como um atributo particularmente indispensável ou importante na liderança. Ainda assim, levando tudo em consideração, eu pensava em votar em Reggie Maudling.

Foi Keith Joseph que me persuadiu a mudar de opinião. Nesta altura Keith era já um amigo e não só um colega mais experiente que eu apreciava. Trabalhamos juntos na política de pensões em 1964-65, embora ele tivesse muito mais experiência. Como todos os outros que vieram a conhecê-lo, fiquei profundamente impressionada com a qualidade do seu pensamento e a profundidade da sua paixão. Keith tinha entrado para a política pela mesma razão que muitos da esquerda o tinham feito – queria melhorar a situação das pessoas comuns, particularmente as carenciadas, com vidas deficitárias e pouco satisfatórias. Muitas anedotas se contaram – e as melhores eram contadas pelo próprio Keith – sobre o modo como ele mudava de opinião e voltava atrás nas suas políticas, em assuntos que iam desde a habitação, passando pela saúde, até benefícios sociais. Mas o fio condutor comum era a sua incessante procura da resposta certa para os problemas práticos do sofrimento humano. Por isso levei-o muito a sério quando me telefonou, sabendo que eu tencionava na altura votar em Reggie, a dizer que eu pensasse melhor. Keith compreendia as fraquezas de Reggie, e como colega de há longa data no Governo e no Governo-sombra ele tinha-se apercebido delas de perto. Mas era sobre os pontos fortes de Ted que ele queria falar. Resumiu-os: *Ted está determinado a endireitar a Grã-Bretanha*. E, claro, também Keith e eu o estávamos.

Isso foi decisivo para mim. Para desilusão e surpresa de Reggie Maudling e do seu assessor parlamentar (*PPS*)<sup>17</sup>, Neil Marten, eu disse-lhes que Ted Heath ia ter o meu voto. Um conjunto de outras pessoas pensava como eu. Ted obteve uma clara maioria na primeira volta, e Reggie retirou-se, tornando desnecessária uma segunda volta.

Não me desagradou receber do novo Líder uma outra pasta, trocando o meu papel de porta-voz do gabinete-sombra para as pensões, pelo de porta-voz da Habitação e do Território sob a liderança do meu antigo chefe, John Boyd-Carpenter. Considerei sempre o meu conhecimento do sistema da Segurança Social como um dos mais importantes aspetos do que acabou por ser a minha formação para o exercício do cargo de Primeira-Ministra. Mas estando agora na Oposição, não era fácil ser contra o grande aumento das pensões e das prestações que o Governo Trabalhista estava a fazer: só mais tarde todas as implicações financeiras deste gasto descontrolado se tornaram evidentes. Por isso, foi um alívio para mim ser transferida para a Habitação e Território, onde podia atacar com determinação uma das medidas socialistas mais ideológicas – a formação da Comissão Territorial, um meio de alcançar a obsessão socialista de nacionalizar os frutos do desenvolvimento. Foi também neste papel que me familiarizei com as complexidades e anomalias do sistema de taxas, cuja sina parecia destinada a entrelaçar-se inextricavelmente com a minha<sup>18</sup>. Uma das minhas primeiras tarefas foi a de elaborar e explicar a uma incrédula Conferência do Partido Conservador a forma como pretendíamos reformar as taxas nacionais através da combinação da transferência de algumas despesas para o governo central, e da introdução de devoluções fiscais. Foi o meu primeiro discurso numa Conferência. Pelo menos, os que o ouviram deverão ter apreciado o facto de eu dominar os problemas. Mas seria de mais dizer que propus para qualquer delas soluções muito satisfatórias. Não passou de um *succès d'estime*.

---

<sup>17</sup> N. do T.: Parliamentary Private Secretary

<sup>18</sup> N. do T.: Ver pp. 247-9 do original e pp. 642-67 de *The Downing Street Years*.



## CONTRA AS FINANÇAS

Tal como comumente esperado, Harold Wilson convocou eleições antecipadas no fim de março de 1966. O resultado – uma derrota dos Conservadores e uma maioria de noventa e sete por cento para os Trabalhistas – era também esperado. Fizemos uma campanha pouco estimulante com base num *manifesto* pobre intitulado Ação em vez de Palavras (*Action not Words*), que resumiu com precisão o impacto de Ted na política. Isto foi amplamente visto como um complemento na vitória de Wilson em 1964, pelo que Ted não foi culpado. Concentrei todos os meus esforços em Finchley e não me desagradou manter uma boa maioria de 9.464 votos, desta vez sobre o Partido Trabalhista, que havia relegado os Liberais para o terceiro lugar. Mas foi um tempo deprimente. O Denis conhecia-me muito bem e comprou-me um anel de brilhantes para me levantar o ânimo.

Senti-me mais estimulada quando Ted Heath me nomeou porta-voz das Finanças para os Impostos sob a liderança do Ministro-Sombra, Iain Macleod. A imprensa havia especulado sobre a possibilidade de eu ser promovida para o Governo-sombra. Mas eu não estava a contar com isso. Sei agora, depois de ler as memórias de Jim Prior\*<sup>19</sup>, que cheguei mesmo a ser considerada para esse posto, mas que Ted, foi contra tal, porque se eles me apanhassem lá dentro ‘nunca mais [me] tiravam de lá para fora’.

De qualquer modo, eu estava mais bem colocada para causar impacto como porta-voz das Finanças fora do conselho-sombra do que noutra cargo qualquer dentro dele. Como advogada na área de Direito Fiscal eu estava já bem preparada para o meu novo

---

<sup>19</sup> \* *A Balance of Power* (1986), p. 42.

cargo. Embora não tivesse uma formação teórica formal sobre economia, sentia-me naturalmente à vontade com os conceitos. Sempre tive fortes convicções sobre o modo como o dinheiro público deveria ser gerido. Tal como descobri enquanto secretária de estado responsável pelas pensões, eu tinha a sorte de ter o tipo de raciocínio necessário para dominar o pormenor técnico e compreender facilmente dados numéricos muito complexos. Nenhum desses atributos, contudo, significava que eu pudesse descansar. Discutir Projetos de Lei das finanças a partir da Oposição, necessariamente sem a assistência técnica disponível da administração pública e confiando na ajuda de alguns entendidos do exterior e de colegas da Câmara, é imensamente exigente.

Felizmente, o planeamento doméstico familiar permitia-me cumprir o meu horário parlamentar rigoroso. Por esta altura, o Mark e a Carol estavam no internato. O Denis ainda desenvolvia atividade laboral intensa, se bem que em 1965 tivesse vendido a empresa da família à Castrol, que por sua vez foi logo comprada pela Burmah Oil. Pensamos que alugar um apartamento em Westminster Gardens, perto da Câmara dos Comuns, nos facilitaria agora bastante a vida. Vendemos também a nossa Casa em Farnborough e compramos *'The Mount'*, uma imitação das casas Tudor com um grande jardim, em Lamberhurst, perto de Tunbridge Wells. Um dos meus pouquíssimos passatempos é a decoração de interiores, e nesta altura passava a maior parte do meu tempo livre pintando e colocando papel de parede nos quartos – em cada um dos oito. Mas fui derrotada pelo amplo vestíbulo e pela escadaria e acabei por contratar pessoal especializado. Uma das razões pelas quais compramos a casa era ter um espaço ao ar livre para quando as crianças voltassem do internato, nas férias. Mas nesta idade elas preferiam ficar em Londres com os amigos. E assim *'The Mount'* não era tão usada como eu gostaria. O meu programa de arranjos e remodelação não foi desperdiçado, contudo: vendemo-la em 1972 e com o que recebemos compramos a casa em Flood

Street (Chelsea), a qual viria a ser a minha casa até me mudar em 1979 para o apartamento acima do número 10 de Downing Street.

Não só me sentia bem adaptada ao meu novo trabalho, como também era uma altura fascinante para o começar. A incoerência e irresponsabilidade da administração económica socialista tinham-se revelado. As projeções otimistas do Plano Nacional de George Brown, publicadas em setembro de 1965, eram uma cruz para o Partido Trabalhista, já que as previsões de crescimento económico não se concretizaram. As promessas pré-eleitorais do Partido Trabalhista de ‘não aumento significativo dos impostos’ foram quebradas com o anúncio no Orçamento de maio de 1966 da introdução de um novo Imposto Seletivo sobre o Trabalho na prática, um imposto sobre os salários, com duras consequências na indústria de serviços: era parte fundamental da minha agenda opor-me a ele. A confiança do Governo Trabalhista no seu alegado relacionamento especial com os sindicatos, para assegurar a contenção voluntária dos rendimentos como um meio de controlar a inflação, tinha já perdido credibilidade com o falhanço da Declaração de Intenções (*Declaration of Intent*) conjunta – Governo e Congresso dos Sindicatos (TUC) – proclamada pela primeira vez, com grande fanfarra, em dezembro de 1964. Em julho de 1966 a aproximação ‘voluntária’ foi ‘descartada’. Foi anunciado um congelamento dos salários pelo período de seis meses, seguido de outros seis meses de ‘severa contenção’. Os preços seriam congelados por um ano e foi feita uma petição para que fossem aplicados limites aos dividendos pelo mesmo período de tempo. A Companhia Nacional de Preços e Rendimentos, instituída pelo Partido Trabalhista, tinha o poder de requerer notificações com um mês de antecedência de quaisquer aumentos de preços e salários, e o poder de atrasar por um período de até três meses os aumentos decretados por portaria. O Governo teria o poder de instruir o não aumento especificado de preços e de ordenados. Lutar contra esta política em geral e,

sob a liderança de Iain Macleod, contra as ‘Ordens de Paralisação’ que foram levadas à Câmara dos Comuns, era o outro aspeto importante da minha missão.

Preparando-me para o meu primeiro grande discurso na Câmara dos Comuns na minha nova função, obtive na biblioteca da Câmara dos Comuns todos os discursos sobre Orçamento e Projetos de Lei das Finanças desde a guerra, e li-os todos. Fiquei assim apta a demonstrar a Jim Callaghan, na altura Ministro das Finanças, e a Jack Diamond, o seu Secretário-Geral, que este foi o único Orçamento que falhara em fazer a mais pequena concessão na área dos serviços sociais. Depois entreguei-me de alma e coração ao Imposto Seletivo sobre o Trabalho. Estava cheio de absurdos, que evidenciei com prazer. A tentativa em distinguir manufatura de indústrias de serviços, empurrando a carga fiscal para as segundas e devolvendo o dinheiro em forma de subsídios para a primeira foi um procedimento que se revelou ineficiente e cheio de anomalias. Tal como declarei na Câmara, *quaisquer que sejam os descontos nos salários, eles serão fruto de uma péssima gestão... só queria que Gilbert e Sullivan<sup>20</sup> estivessem vivos para que pudéssemos ter uma ópera inspirada neste assunto.*

O nosso lado da Câmara gostou da minha atitude. Fui bem acolhida pela imprensa, tendo o *Daily Telegraph* referido que *foi precisa uma mulher... para esfregar competência na cara dos ministros das Finanças, e a seguir humilhá-los*. O próprio Iain Macleod escreveu umas linhas a meu favor num outro jornal.

Iain Macleod voltou a fazê-lo após o meu discurso naquele outono, na Conferência do Partido em Blackpool, o meu primeiro êxito em termos de Conferência. Esforcei-me ao máximo – embora as minhas nove horas de trabalho se assemelhassem

---

<sup>20</sup> N. do T.: *Gilbert and Sullivan* refere-se à parceria, durante a Era Vitoriana, do libretista W. S. Gilbert (1836–1911) e do compositor Arthur Sullivan (1842–1900). Os dois colaboraram em 14 óperas cómicas entre 1871 e 1896, sendo *H.M.S. Pinafore*, *The Pirates of Penzance* e *The Mikado* as mais conhecidas.

a inatividade, quando comparadas ao tempo que levava a redigir discursos para Conferências enquanto Líder do Partido. Naquele outono, contudo, falei com a ajuda de algumas notas, o que nos permite maior espontaneidade e flexibilidade para, aqui e ali, inserirmos uma piada, ou improvisarmos. Embora o debate ao qual eu respondia dissesse respeito aos impostos, os aplausos vieram em resposta ao que eu disse sobre o modo pelo qual o governo estava a minar o Estado de Direito pelos poderes arbitrários que adquirira através das políticas de rendimentos e de impostos. Com mais do que um toque de hipérbole, admita-se, eu disse: *Tudo isto é fundamentalmente errado para a Grã-Bretanha. É um passo não só em direção ao socialismo, como também ao comunismo.* Alguns dos jornalistas mais reticentes duvidaram. Mas não o novo jornal *Sun*, de centro-esquerda, que referia: *Uma Loira Fervorosa Denuncia o Caminho para a Ruína.*

Eu tinha razão ao ver uma ligação entre a aproximação socialista à despesa pública e impostos por um lado, e a política de rendimentos, por outro. Eram ambos aspetos do mesmo programa coletivista que, levado às suas últimas consequências, colocaria em perigo as liberdades económica e política. Mas o que eu e a maioria dos meus colegas desta vez não fizemos foi pensar bem em todas as implicações para as nossas próprias políticas. Embora quiséssemos impostos mais simples e mais baixos sobre pessoas e empresas, estávamos ainda inclinados a assumir – e não só para apresentação pública, mas porque realmente o pensávamos – que um crescimento económico mais rápido permitir-nos-ia cortar impostos, à medida que a despesa pública, medida como uma parte do PIB, caía. Tivemos algumas propostas para reduzir a despesa pública em projetos e desperdícios socialistas. Mas pensamos que podíamos criar um ambiente favorável para o empreendedorismo e assim estabelecer o que foi chamado de um ‘círculo virtuoso’ no qual um crescimento maior permitia maiores

receitas de impostos com taxas de impostos mais baixos, que por sua vez estimulavam um maior crescimento. Em consequência, não levamos tão a sério os cortes reais nos gastos públicos como devíamos. De facto, ao longo de todo este período – fosse em 1956, 1966 ou sobretudo em 1976 – os cortes reais na despesa pública só foram feitos pelos governos de cada um destes partidos em circunstâncias de crise na libra esterlina, crise financeira, ou da chegada do Fundo Monetário Internacional. Esta abordagem só mudou finalmente quando na corrida para as eleições de 1979 a Oposição Conservadora realmente planeou cortes na despesa pública porque acreditávamos neles.

O nosso erro nos anos sessenta, o de nos considerarmos como um governo alternativo quando na verdade nos encontrávamos dependentes da política de rendimentos, foi grave.

Tal como Iain Macleod e eu demonstramos através da nossa vigorosa oposição à política de rendimentos estatutária do Partido Trabalhista, tínhamos a perfeita noção daquilo com que não concordávamos, mas não sabíamos muito bem o que defendíamos. Havia uma boa razão para isso, porque o próprio Governo-sombra estava muito dividido. Ted Heath, fiel à abordagem pragmática de resolução de problemas, facto de que se orgulhava, nunca foi capaz de dar a orientação exigida para esta questão. O único membro do Governo-sombra que provavelmente se opunha em princípio a todos os tipos de política de rendimentos, voluntária ou involuntária, era Enoch Powell, e ele não conseguira persuadir os seus colegas na altura em que eu entrei para o Governo-sombra, em 1967.

Mas Enoch tinha razão. Tinha dado os dois saltos intelectuais em política económica, que Keith Joseph e eu só viríamos a dar alguns anos mais tarde. Primeiro, ele havia compreendido que não eram os sindicatos que causavam a inflação através do

aumento dos salários, mas sim o governo que assim o fez quando aumentou a oferta de moeda na economia. Em consequência, as políticas de rendimentos – muito para além dos seus outros efeitos redutores dos incentivos, impondo distorções e conduzindo a greves que colocaram o Estado em confronto com organizações de trabalhadores – eram de suprema irrelevância para a política anti-inflação. Com efeito, o Governo estava a criar um problema de que por sua vez responsabilizava outros. O único aspeto da questão que Enoch, naquela altura e mais tarde, falhou em compreender, foi o da importância da ligação *indireta* entre o poder sindical e a inflação. Tal residia no facto de que sindicatos poderosos podiam aumentar os ordenados reais bem acima dos níveis de mercado, mas isso por sua vez deixava os seus próprios membros sem trabalho e causava da mesma forma o desemprego aos trabalhadores sindicalistas e aos não sindicalistas. Os governos, extremamente sensíveis aos índices de desemprego, reagiam, baixando as taxas de juro e aumentando a oferta de moeda. Isto aumentava a procura e os postos de trabalho por algum tempo, mas também aumentava a inflação. Todos estes efeitos levavam os sindicatos a aumentar os ordenados outra vez. E todo o processo recomeçaria uma vez mais, a partir de um nível mais alto de inflação. Mas isto só podia ser evitado com uma política monetária mais rígida e com a redução do poder dos sindicatos – a primeira para deter a inflação, a segunda para evitar a criação de desemprego por parte dos sindicatos. Num determinado ponto teríamos de resolver a lei sindical. Dito isso, a visão de Enoch relativamente à causa da inflação era de suma importância.

Em segundo lugar, ele tinha visto que a política económica de consenso criava outro erro perigoso. Dizia respeito à ‘restrição’ alegadamente exercida pela conta corrente da balança de pagamentos. Políticas industriais corporativistas e intervencionistas foram consideradas necessárias para aumentar as exportações e reduzir

as importações. Mas a verdadeira ‘restrição’ assumida, e não questionada, foi a imposta por uma taxa de câmbio indexada. Se a libra esterlina fosse autorizada a oscilar livremente, tal como defendia Enoch, a alegada restrição da balança de pagamentos desaparecia. E também isso acontecia com alguma da pressão para outros tipos de intervencionismo. Tal como ele referiu num panfleto determinante do Instituto de Assuntos Económicos em 1967: *O controle dos preços internacionais das divisas, como todas as outras supressões de preços de mercado, conduz a outros controles, que tornam ridícula a liberdade do indivíduo para o comércio, para viajar ou para investir.*\*<sup>21</sup>

É verdade que, renunciando às taxas de câmbio indexadas, se perde a âncora do dólar (ou do ouro). Também é verdade que um país que persiste em ter um grande défice comercial no comércio pode bem ter uma economia fraca a necessitar de uma reestruturação radical. (Embora nem sempre possa ser assim: um défice numa conta corrente pode evidenciar grandes entradas de capital privado numa economia que, *em virtude de reformas*, tem uma taxa alta de retorno no investimento.)

No entanto, nenhuma destas qualificações diminui a importância fundamental da contribuição de Enoch Powell. Demonstrando que era a política monetária do governo e não os salários a causar inflação, e que taxas de câmbio oscilando livremente libertar-se-iam da ‘restrição’ alegadamente exercida pela conta corrente da balança de pagamentos, Enoch permitiu uma revisão radical da política económica do Partido Conservador. Permitiu-nos romper com a mentalidade que parecia condenar a Grã-Bretanha a uma economia e sociedade cada vez mais planeadas.

---

\*<sup>21</sup> *Exchange Rates and Liquidity* (Taxa de Câmbio e Liquidez).



Em outubro de 1967 Ted promoveu-me a porta-voz da bancada das Finanças para os Combustíveis e Energia e membro do Governo-sombra. É possível que as minhas atuações na Câmara dos Comuns e talvez a recomendação de Iain Macleod tenham superado qualquer relutância por parte de Ted. A minha primeira tarefa foi a de ler todas as provas fornecidas para o inquérito sobre as causas do terrível desastre de Aberfan no ano anterior, no qual 116 crianças e 28 adultos perderam a vida num amontoado de agulhões de minério que deslizou em direção àquela aldeia mineira do País de Gales. Muitos dos pais das vítimas estavam na galeria para assistir ao debate, e eu estava solidária para com eles. A empresa pública *National Coal Board* fora seriamente criticada e como resultado alguém, pensei eu, deveria demitir-se, embora me tenha contido em declarar essa conclusão de forma clara no meu primeiro discurso para a Câmara como porta-voz do Governo-sombra. O que foi revelado no relatório fez-me tomar consciência da facilidade, numa grande organização, em admitir que uma outra pessoa agiu em conformidade e que irá assumir a responsabilidade. É um problema que, tal como tragédias posteriores vieram a demonstrar, o mundo industrial tem ainda de resolver.

Fora da Câmara, o meu principal interesse era tentar encontrar um enquadramento para a privatização da produção de energia elétrica. Foi com esse fim que visitei centrais elétricas e que solicitei aconselhamento, junto dos contactos que tinha no âmbito empresarial. Mas isso veio a revelar-se um empreendimento infrutífero, e eu não tinha proposto o que considerava como respostas aceitáveis na altura em que mudei novamente de pasta – para a dos Transportes – em outubro de 1968. A pasta dos Transportes não era das mais interessantes, porque o Parlamento tinha acabado de aprovar um importante Projeto de Lei nos Transportes reorganizando os caminhos de ferro, nacionalizando as companhias de transporte terrestre, criando uma nova

Autoridade Nacional para os Transportes – com efeito, implementando a maior parte do programa de transportes do Governo numa só medida. No breve período durante o qual fui responsável pelos Transportes defendi o nosso caso contra a nacionalização dos portos. Mas, em geral, os Transportes revelaram ser uma missão de possibilidades limitadas.

## TED E ENOCH

Como membro do Governo-sombra, estive presente nos seus debates semanais, normalmente às quartas-feiras, no gabinete de Ted na Câmara. A discussão não era geralmente nada estimulante. Começávamos pela agenda semanal dos assuntos parlamentares e acordando sobre quem iria falar e em que linha. Podia haver uma comunicação de um colega, que a apresentava. Mas, sem dúvida porque sabíamos que havia grandes divisões entre nós, particularmente acerca de política económica, as questões de princípio normalmente não eram debatidas. Ted era um presidente competente. Nos assuntos que realmente lhe interessavam, como a Europa e a legislação sindical, ele liderava a discussão. Mas geralmente permitia ao porta-voz conduzir qualquer assunto que estivesse a ser considerado.

Pela minha parte, não dei nenhum contributo particularmente importante ao Governo-sombra. Nem isso me foi pedido. Para Ted e talvez para outros, eu estava lá principalmente como a mulher estatutária cuja principal tarefa era explicar o que as ‘mulheres’ – Kiri Te Kanawa, Barbara Cartland, Esther Rantzen, Stella Rimington e todo o resto do nosso género feminino uniforme e indiferenciado – pensavam e queriam saber acerca de assuntos problemáticos. Claro está que eu tinha uma grande afeição por

Alec Douglas-Home, naquele tempo Secretário de Estado-sombra para os Assuntos Estrangeiros, e relacionava-me muito com a maioria dos meus colegas, mas à volta da mesa eu só tinha três amigos verdadeiros – Keith Joseph, Peter Thomas e Edward Boyle. E Edward nesta altura estava exatamente na ala oposta à minha, no Partido.

O ambiente nas nossas reuniões ficou certamente bastante prejudicado pelo facto de que as figuras mais experientes tinham agora relações um tanto tensas uns com os outros. Ted adaptava-se ao papel de líder do partido com determinação, mas sem qualquer garantia real ou fácil. Reggie Maudling, vice-líder, nunca havia recuperado da sua inesperada derrota na corrida pela liderança. Iain Macleod era politicamente o mais perspicaz de todos nós, apercebendo-se em particular de como seria interpretada pela imprensa qualquer atitude que tomássemos. Mas apesar de magnífico orador, ele era na verdade uma personalidade de natureza bastante reservada. Estava também a cimentar a simpatia que sentia pelo seu velho amigo Enoch Powell, o qual se preocupava cada vez mais com a imigração, um assunto que também muito interessava a Iain. Enoch era indubitavelmente o nosso melhor intelectual – classicista, historiador, economista e estudioso da Bíblia. De uma forma muito diferente da de Iain, era muito bom orador, capaz de comandar a Câmara dos Comuns ou mesmo qualquer auditório, com a sua lógica implacável e paixão controlada. Mas com respeito ao Governo-sombra, nesta etapa ele tinha-se fechado sobre si próprio. Não era apreciado, e era muito provavelmente temido por Ted Heath. Tinha lutado e perdido a sua batalha contra a quimera da política de rendimentos. Como porta-voz da Defesa, tinha a difícil tarefa de atacar a política trabalhista de retirada das tropas britânicas do leste do Canal de Suez quando ele era o próprio a acreditar na inevitabilidade dessa retirada. Acima de tudo, enquanto deputado por West Midlands, testemunhando o efeito da imigração em larga

escala no seu círculo eleitoral, estava frustrado por o Partido ter falhado em adotar uma posição firme acerca da questão.

A primeira medida moderna de controle de imigração tinha sido introduzida por Rab Butler em 1961. Até então, os cidadãos da *Commonwealth* nunca tinham sido sujeitos ao controle destinado à admissão de imigrantes de outros países. A Lei de Imigração da *Commonwealth* de 1962, com a cerrada oposição dos Trabalhistas e dos Liberais, introduziu uma quota anual de *vouchers* para postos de trabalho para limitar a sua entrada, sistema esse subsequentemente ajustado pelo Governo Trabalhista em 1965. Durante 1967, as políticas discriminatórias do governo queniano contra os asiáticos no Quênia resultaram numa grande afluência de imigrantes na Grã-Bretanha. Isto provocou uma maior tomada de consciência em relação à escala e ao impacto da imigração no passado, e aos receios acerca da dimensão que, se não contida, ela poderia vir a atingir. Havia particular preocupação com os detentores de passaporte britânico que não estivessem ligados por nascimento ou descendência ao Reino Unido. Em fevereiro de 1968 Jim Callaghan anunciou a legislação respetiva. O assunto estava também intimamente relacionado com a introdução de legislação sobre relações raciais, que se veio a transformar na Lei de Relações Raciais de 1968, com o objetivo de reprimir a discriminação com base na cor da pele. Esta lei teve a oposição de muitos da direita, que viam nela o perigo de fazer dos imigrantes uma comunidade legalmente privilegiada a qual não obteria qualquer estímulo para a integração completa na sociedade britânica.

Na segunda-feira 26 de fevereiro de 1968, o Governo-sombra debateu o Projeto de Lei de imigração da *Commonwealth* para nele introduzir novos controles. Na semana anterior havia sido emitida uma declaração estabelecendo os princípios a partir dos quais julgaríamos a medida. Ted Heath disse que era agora da responsabilidade do

Governo-sombra decidir se o Projeto de Lei se enquadrava naqueles termos. De facto, contemplava algumas das coisas que advogávamos. Mas não assegurava nem o registo de dependentes, nem o pedido de recurso daqueles a quem era recusada a entrada, ou a ajuda financeira para repatriamento voluntário. Decidimos apoiar o Projeto de Lei, mas também fazer emendas onde fosse possível e apropriado. Iain Macleod, no entanto, disse que votaria contra o Projeto de Lei, tal como havia prometido.

Na quarta-feira 10 de abril, o Governo-sombra discutiu o outro lado da política do governo, o Projeto de Lei sobre as Relações Raciais. Ted, mais uma vez, abriu o debate. Disse que apesar de parecer que o Projeto de Lei continha muitas falhas, considerava necessários alguns instrumentos jurídicos para ajudar a melhorar as perspetivas dos imigrantes de cor na Grã-Bretanha. Quintin Hogg, Secretário de Estado-sombra da Administração Interna, apresentou detalhadamente os seus pontos de vista. Ele considerava que a legislação era necessária, mas também que deveríamos introduzir emendas. Contudo, comentou que os nossos deputados usaram de grande hostilidade para com o dito Projeto de Lei. Reggie Maudling concordou com Quintin nos dois pontos. Na discussão que se seguiu, e na qual não participei, o que estava em causa era se, com as falhas do Projeto de Lei, votar contra ele na altura da sua Segunda Leitura seria erradamente interpretado como uma atitude racista. Do ponto de vista do Governo-sombra, a melhor maneira de assegurar relações raciais satisfatórias era assegurarmos de que o número de futuros imigrantes não seria demasiado grande e de que a legislação do território seria ratificada. No final, acordou-se a redação de uma emenda bem fundamentada e apoiada por ambos os partidos. Keith Joseph, Edward Boyle e Robert Carr na ala liberal, manifestaram reserva nas suas posições até verem os termos da emenda. Todos a apoiaram na Segunda Leitura, apesar de um número de abstenções por parte de deputados da bancada de trás.

No domingo 21 de abril de 1968 – dois dias antes do debate – quando acordei, vi nas primeiras páginas dos jornais reportagens sobre um discurso acerca de imigração que Enoch Powell havia feito na tarde anterior em Birmingham. O conteúdo era forte, e algumas partes tinham mesmo um tom sinistro. Mas simpatizei fortemente com a essência das suas argumentações sobre a escala da migração da Nova *Commonwealth* para a Grã-Bretanha. Também eu achei que isto ameaçava a ordem pública e o modo de vida de algumas comunidades, elas próprias já começando a ser desmoralizadas por políticas internas insensíveis, pela dependência da Segurança Social e pelo início da 'sociedade permissiva'. Eu estava também convencida de que, independentemente da forma como algumas citações selecionadas pudessem ser entendidas, Enoch não era racista.

Por volta das onze horas tocou o telefone. Era Ted Heath. Disse: *Estou a telefonar para todos os membros do Governo-sombra. Cheguei à conclusão de que Enoch tem que sair.* Era mais uma afirmação do que uma pergunta. Mas eu retorqui que era melhor deixar as coisas acalmarem por agora, para não potenciar a crise. Ted não concordou. *De forma alguma.* – disse. – *É lógico que ele tem de sair e a maior parte das pessoas pensa da mesma maneira.* De facto, compreendi mais tarde que vários membros do Governo-sombra se teriam demitido se Enoch não tivesse saído.

Todavia, por várias razões, tratava-se de uma tragédia. A curto prazo evitou que ganhássemos crédito para a nossa política de controle de imigração de um modo mais estrito. Foi uma questão que atravessou grupos políticos e sociais, tal como ficou demonstrado quando os estivadores londrinos marcharam em apoio a Enoch. Além disso, em termos práticos havia muito pouco por onde escolher entre as políticas de Ted e de Enoch sobre essa questão. Apesar de ser verdade que, como resultado do discurso, a linha oficial da política conservadora para a imigração tornou-se mais específica,

essencialmente o que queríamos eram limites estritos na continuidade da imigração proveniente dos países da Nova *Commonwealth* e estávamos preparados para oferecer ajuda financeira a todos quantos quisessem retornar ao seu país de origem.

Mas as consequências a longo prazo da saída de Enoch nesta questão, e sob estas circunstâncias, estenderam-se muito para além da política da imigração. Ele era livre de desenvolver uma abordagem filosófica a uma série de políticas, livre dos compromissos de responsabilidade coletiva. Isto abarcava os assuntos económicos e externos e abrangia o que viria a ser apelidado de ‘monetarismo’, liberalização, desnacionalização, um fim à política regional, e culminou na sua oposição à adesão da Grã-Bretanha ao Mercado Comum. O facto de Enoch apregoar tal trouxe vantagens e desvantagens para os que eram da direita no Governo-sombra, e mais tarde no Governo. Por um lado, ele deslocou a base da discussão política para a direita, o que facilitou o avanço de doutrinas sólidas sem se ser acusado de assumir uma posição extrema. Por outro lado, tão grandes eram as hostilidades entre o feudo de Ted e o de Enoch, que uma tentativa de pôr em causa qualquer política avançada pela liderança era passível de ser tachada de deslealdade. Além disso, só o facto de Enoch ter avançado com todas as suas posições como parte de um todo coerente tornou mais difícil expressar concordância para com uma ou duas delas. Por exemplo, os argumentos contra as políticas de preços e de rendimentos, intervenção e corporativismo poderiam ter sido mais bem recebidos se não estivessem associados ao ponto de vista de Enoch sobre a imigração ou a Europa.

Nesta altura, como sempre acontece, outros Conservadores moviam-se independentemente na mesma direção, com a notável exceção da Europa, e Ted deu-me a oportunidade de traçar este caminho com antecedência. A Conferência anual do Centro Político da ala conservadora destina-se a providenciar alguma substância intelectual aos participantes da reunião do Partido Conservador. A escolha do orador é

geralmente reservada ao Líder do Partido. Foi sem dúvida um pesquisador de opinião ou um conselheiro do partido quem sugeriu poder ser uma boa ideia eu falar sobre um assunto apelativo para as ‘mulheres’. Felizmente, eu tinha liberdade para escolher o tema e decidi-me por algo que pudesse interessar a ambos os sexos: o meu tema era: “O Que Vai Mal na Política?”

Não há melhor maneira de clarificar as nossas próprias ideias do que tentar explicá-las claramente a alguém. Nesta época, estava ciente das grandes questões a serem discutidas em política. Digam o que disserem dos anos sessenta, eles foram intelectualmente animados, mesmo que grande parte das ideias motivadoras de mudança proviessem da esquerda. Levei para Lamberhurst<sup>22</sup> braçadas de livros sobre filosofia, política e história, propostas de lei, publicações e discursos da *Hansard Society*<sup>23</sup>. Não tinha quem me guiasse ou ajudasse, mergulhando neles, por isso, por mim mesma. Tal como o proverbial icebergue, a maior parte do trabalho foi subjacente ao documento que finalmente escrevi.

Comecei por listar as razões que davam azo a tanta desilusão com a política. Algumas delas consistiam, na verdade, no crescimento de um espírito crítico através dos efeitos de educação e dos meios de comunicação social. Mas outras eram culpa dos próprios políticos. Os programas políticos estavam a ser dominados por uma série de promessas, cujo impacto era ainda maior por causa do crescimento do Estado-providência. Isto levou-me àquilo que considerei como a principal causa do crescente alheamento público relativamente aos partidos políticos – intervenção excessiva do governo. A competição entre os partidos para oferecer os mais altos níveis de

---

<sup>22</sup> N. do T.: M.T. alugou um apartamento em Lamberhurst no condado de Kent, onde se refugiava, de 1975 a 1987, sempre que queria fugir ao bulício e stress de Westminster.

<sup>23</sup> N. do T.: A *Hansard Society* é a principal organização independente, apartidária e sem fins lucrativos, de investigação política e educativa do Reino Unido.



crescimento económico de sempre e a crença em que o próprio governo podia cumprir essas promessas tinham dado aos socialistas a oportunidade de aumentar o controle e a intervenção do estado. Isto por sua vez fez com que os cidadãos se sentissem coartados no seu direito em ter uma palavra a dizer relativamente às suas próprias vidas e à das suas famílias. A Esquerda reclamou que a resposta era a criação de estruturas que permitissem maior ‘participação’ democrática nas decisões políticas. Mas o verdadeiro problema era o de que a própria política se estava a intrometer em demasiadas decisões que estavam propriamente fora do seu âmbito. Em paralelo, a expansão do governo tinha desenvolvido uma obsessão política pelo tamanho – a ideia de que grandes unidades potenciavam a eficiência. Na verdade, o contrário era, sim, verdadeiro. Pequenas unidades – pequenas empresas, famílias, e em última instância, indivíduos – deviam ser mais uma vez o foco de atenção.

Para além destas reflexões gerais, a minha conferência proferida no Centro Político da ala conservadora continha também uma secção sobre política de preços e de rendimentos. Embora eu tivesse aderido à linha do Governo-sombra, ou seja, a de condenar uma política compulsória, ao mesmo tempo evitando a questão da política voluntária, incluí o seguinte trecho:

Damos agora tanta importância ao controle de rendimentos que acabamos por considerar muito pouco o papel essencial da governação que é o de *controlar a oferta de moeda* e o de gerir a procura [ênfatisando]. Uma maior atenção a este papel e uma menor para com o controle externo detalhado teria sido mais relevante para a economia. Significaria, é claro, que o governo tinha de exercer ele próprio alguma disciplina nos gastos a qual tanto anseia impor aos outros. Significaria que a despesa no vasto setor público não teria de ser maior do que o montante a ser financiado a partir dos impostos, acrescido de poupança efetiva.

Olhando para trás, parece-me claro que isto resumia o grau de entendimento a que chegara sobre esses assuntos – e até onde era ainda preciso ir. Acabei por constatar que a oferta de moeda era fulcral para qualquer política de controle de inflação. Mas também não achei que isso tornasse qualquer tipo de política de rendimentos irrelevante, nem que a própria política monetária era o caminho no qual a procura deveria ser gerida.

Em parte como resultado, penso, da atenção que recebi na minha conferência do Centro Político da ala conservadora, pediram-me que contribuísse com dois artigos sobre filosofia de política geral para o *Daily Telegraph* no início do ano seguinte. Desenvolvi neles alguns dos mesmos temas. Em particular, defendi o choque ideológico de partidos políticos opostos como essencial ao funcionamento efetivo da democracia. A busca de ‘consenso’, portanto, era fundamentalmente subversiva da escolha popular. Era errado falar em ‘retirar da política os assuntos mais importantes’ ou insinuar que diferentes abordagens a um assunto envolviam ‘fazer política’. Apliquei este argumento especificamente à questão da nacionalização *versus* livre iniciativa. Mas podia ter feito o mesmo numa série de outros assuntos, em particular na educação, a qual seria em breve a minha principal preocupação política e onde o prosseguimento inflexível por parte dos socialistas de uma política educativa inclusiva ameaçava não só as escolas britânicas mas o progresso social a longo prazo. O apelo fraudulento ao consenso era um tema ao qual eu voltaria várias vezes, enquanto Líder da Oposição e enquanto Primeira-Ministra.

## VIAGENS AO FUTURO

Por esta altura (1968) o consenso de centro-esquerda sobre política económica estava a ser desafiado e continuaria a sê-lo. Mas o mesmo não acontecia com o novo consenso liberal sobre assuntos morais e sociais. Isto para dizer que pessoas com cargos influentes no governo, os meios de comunicação social e as universidades conseguiram impor perspectivas liberais metropolitanas numa sociedade ainda grandemente conservadora em questões de moral. Nos anos sessenta assistiu-se na Grã-Bretanha ao nascimento do que se tornaria numa quase completa separação entre os valores cristãos tradicionais e a autoridade do estado. Alguns políticos consideravam isto como um programa coerente. Mas para a grande maioria, incluindo eu-própria, competia fazer reformas para lidar com problemas específicos, nalguns casos disposições cruéis ou injustas.

Nessas circunstâncias, votei em 1966 no Projeto de Lei de Leo Abse, o qual propunha a não criminalização do comportamento homossexual consentido e em privado, entre adultos com mais de vinte e um anos. No mesmo ano votei no Projeto de Lei de David Steel para a legalização do aborto em circunstâncias de risco substancial para a criança, isto é, de deficiências físicas ou mentais tornando-as incapacitadas, ou ‘em casos em que a capacidade da mulher como mãe fosse sujeita a uma forte tensão’. Eu sentia-me fortemente influenciada, em vários aspetos, pela minha própria experiência do sofrimento alheio. Enquanto advogada, por exemplo, tinha-me comovido com a humilhação infligida no banco dos réus a um homem com um considerável prestígio local, quando apanhado em atividade homossexual.

Por outro lado, alguns aspetos da agenda liberal, mesmo naquele tempo, pareciam-me ter ido longe de mais. A reforma da lei do divórcio era um desses casos. Em visitas que fiz no meu círculo eleitoral, havia falado com mulheres sujeitas a uma vida de miséria por maridos violentos, e para as quais o casamento se tinha tornado numa prisão da qual, em minha opinião, elas deviam ser liberadas. Nestas circunstâncias o divórcio podia ser a única solução. Mas se o divórcio fosse muito facilitado, tal poderia abalar os casamentos que simplesmente atravessavam uma fase má. Quando as pessoas sabem que podem fugir de ânimo leve às suas responsabilidades, provavelmente não levam tão a sério as obrigações do seu compromisso inicial. Preocupava-me a esposa empenhada em fazer com que o casamento durasse e que era depois abandonada. Também me preocupava muito com o que seria da família do primeiro casamento quando o homem (ou mulher) escolhesse formar uma nova família. Por isso, em 1968 eu fiz parte de uma minoria que votou contra um Projeto de Lei que em muito facilitava o divórcio. O divórcio seria possível nos casos em que tivesse havido uma ‘crise insuperável’, definida em termos gerais, no casamento. Também apoiei duas emendas, a primeira das quais tornava viável uma forma especial de casamento indissolúvel (exceto através da separação judicial). A segunda procurava assegurar que em qualquer conflito de interesses entre a legítima esposa e os filhos do primeiro casamento e a companheira e os seus filhos, a primeira tivesse prioridade.

Em 1965, votei também contra o Projeto de Lei de Sydney Silverman, sobre a abolição da pena de morte por assassinato. Tal como as outras medidas acima referidas esta foi promulgada pelo Parlamento, mas sujeita a uma emenda por parte do Partido Conservador, de modo a que a Lei expirasse no fim de julho de 1970, a não ser que o contrário fosse determinado pelo Parlamento. De igual forma, votei contra a moção em dezembro de 1969 para a vigência permanente da Lei.

Tal como havia mostrado no meu discurso anterior sobre o castigo corporal, enquanto deputada da bancada de trás, eu acreditava que o estado tinha não só o direito, mas o dever de impedir e punir crimes violentos protegendo assim os cidadãos que cumprem a lei. Ainda que usado com moderação, o poder de privar um indivíduo de liberdade, e em certas circunstâncias da própria vida, é inseparável da soberania de estado. Nunca tive a mínima dúvida de que em quase todos os casos, a dissuasão através dos tribunais teria influência no potencial assassino. E o efeito dissuasor da pena de morte é pelo menos tão grande naqueles que andam armados noutras atividades criminais, como no roubo. Em minha opinião, a maior dificuldade na questão estava na possibilidade da condenação e execução de um homem inocente, o que certamente terá acontecido num pequeno número de casos. Esses casos trágicos, no entanto, devem ser confrontados com as vítimas de assassinos condenados que foram soltos depois de a sua sentença ter servido unicamente para condená-los por assassinato uma segunda vez – que certamente eram em maior número. Apesar de todas as incertezas e complexidades, por exemplo de prova legal, considero que a potencial vítima do assassino merece a mais alta proteção, que só a existência da pena de morte oferece. A noção de certos assassinatos particularmente abjetos, como os ‘homicídios em primeiro grau’ (conforme a Lei de 1957) – um conceito que agora novamente determina mudanças no sistema relativo a penas de prisão perpétua – parece-me o modelo correto. Votei sistematicamente no Parlamento pelo retorno da pena de morte para tais assassinos.

No que respeita à reforma sobre o aborto, a homossexualidade e o divórcio, vê-se facilmente que não se obteve o que se pretendia. Para a maior parte de nós no Parlamento – e para mim, certamente – o pensamento subjacente a estas mudanças era o de que elas lidavam com anomalias ou injustiças que ocorriam numa minoria de casos, ou que esclareciam as incertezas na própria lei. Ou então pretendiam ver reconhecido na

lei o que, em qualquer caso, estava de facto a acontecer. Em vez disso, poder-se-ia alegar que essas reformas haviam preparado o caminho em direção a uma sociedade mais cruel, egoísta e irresponsável. A reforma da lei do aborto foi inicialmente pensada para evitar que mulheres jovens fossem forçadas a fazer abortos clandestinos. Não foi para fazer do aborto simplesmente mais uma possibilidade de ‘escolha’. Mesmo assim, apesar da disponibilidade universal na contraceção artificial, o número de abortos continuava a crescer. Os ativistas homossexuais deixaram de buscar o direito à privacidade para exigir a aprovação social do estilo de vida *gay*, o mesmo *status* que a família heterossexual e inclusivamente o direito legal de exploração da incerteza sexual de adolescentes. A reforma da lei do divórcio contribuiu – apesar de não ter sido de forma alguma a única causa – para um grande aumento na interrupção de casamentos, o que fez com que tantas crianças crescessem sem o cuidado continuado e a orientação em simultâneo do pai e da mãe.

Consciente do estado das coisas, teria eu votado de outra forma nalgumas destas medidas? Vejo agora que as consideramos de uma forma demasiado limitada. Como advogada, e também como política profundamente crente no Estado de Direito, senti que as principais considerações eram que a lei devia ser imposta e a sua aplicação ajustada àqueles que a transgredissem. Mas as leis também têm um significado simbólico: são indicadores do rumo que a sociedade está a tomar – e o rumo que os legisladores dessa sociedade consideram que ela deve tomar. Além do mais, tendo em conta o conjunto de todas as reformas ‘liberais’ dos anos sessenta, elas somam mais do que as suas partes individuais. Vieram a revelar-se como providenciando um enquadramento radicalmente novo dentro do qual se esperava que a geração mais jovem se viesse a comportar.

Na verdade, este foi um período de interesse obsessivo e ingénuo pela ‘juventude’. Os pais preocupavam-se tanto com o ‘conflito de gerações’, que mesmo os adolescentes começaram a levá-lo a sério. Surgiu toda uma ‘cultura juvenil’ de misticismo oriental mal compreendido, de roupas bizarras e de abuso de drogas alucinogénicas. Chelsea pareceu-me um lugar muito diferente quando em 1970 nos mudamos novamente para Londres. Eu tinha sentimentos contraditórios em relação ao que se estava a passar. Havia vivacidade e talento, mas era também um mundo de faz-de-conta. A Grã-Bretanha sentia um orgulho doentio pela nossa contribuição para aquelas tendências. A Carnaby Street no bairro do Soho, os Beatles, a minissaia e a maxissaia eram os novos símbolos do chamado ‘*Swinging Britain*’ (desenvolvimento económico dos anos sessenta). E eles obtiveram de facto boas receitas de exportação. Harold Wilson estava empenhado em retirar deles o máximo crédito político. O problema é que eles ocultavam as verdadeiras fraquezas económicas que mesmo uma talentosa indústria da moda e empreendedoras editoras discográficas não poderiam compensar. Tal como Desmond Donnelly declarou, *O meu grande medo é que a Grã-Bretanha se afunde às gargalhadas no oceano*.<sup>\*24</sup>

Apesar de a Grã-Bretanha ter dado um brilho particular a essas tendências, a próspera sociedade consumidora que serviam encontrava-se sobretudo nos Estados Unidos. Eu tinha visitado os Estados Unidos pela primeira vez em 1967, num dos programas sobre ‘liderança’ desenvolvidos pelo governo americano para levar para os Estados Unidos jovens líderes emergentes na política e nos negócios. Durante seis semanas percorri os Estados Unidos. Em boa verdade, a excitação que senti jamais esmoreceu. Fui sempre acolhida em todas as paragens por pessoas generosas, abertas e

---

<sup>24</sup> N. do T.: Desmond Donnelly foi deputado Trabalhista durante quase vinte anos. Este Líder parlamentar demitiu-se em 1968, em protesto à retirada do leste de Suez, e morreu Conservador.

afetuosas, que me receberam nas suas casas e nas suas vidas, e que me mostraram as suas cidades e municípios com manifesto orgulho. O ponto alto foi a minha visita ao Centro Espacial da NASA, em Houston. Vi o programa de treino dos astronautas, que dois anos mais tarde viria a ajudar a colocar o homem na lua. Como exemplo vivo da ‘fuga de cérebros’ da qual a excessivamente legislada e taxada Grã-Bretanha sofria, encontrei alguém do meu círculo eleitoral de Finchley que tinha ido para a NASA fazer uso real das suas capacidades. Não vi nada de errado nisso e estava até satisfeita pelo facto de um cientista britânico dar um contributo tão importante. Mas não havia forma de a Grã-Bretanha poder vir a competir, mesmo em áreas mais modestas da tecnologia, sem que antes aprendêssemos as lições de uma economia empresarial.

Dois anos mais tarde fiz uma visita de uma semana à União Soviética. Eu já me tinha insurgido contra o obstinado desprezo pelos direitos humanos tão característico da URSS no caso da detenção do meu eleitor, o professor universitário Gerald Brooke, por alegadas ‘atividades criminais subversivas’ (ou seja, a introdução clandestina de panfletos antissoviéticos). Levantei o caso repetidamente junto do governo e na Câmara dos Comuns. O senhor Brooke tinha-se transformado num peão no jogo que os soviéticos tentavam fazer para que os seus espiões, os Krogers, lhes fossem entregues. (Finalmente, fez-se uma troca em 1969). Algo positivo que resultou do meu trabalho em nome de Gerald Brooke foi o contacto que estabeleci com o Grupo Parlamentar Anglo-Soviético. Para minha grande surpresa, enquanto o fiz, encontrei deputados que partilhavam os mesmos fortes instintos anticomunistas, mas que ao contrário de mim eram verdadeiros especialistas nesse campo. Nomeadamente, Cyril Osborne começou por ensinar-me a avaliar e a rebater as táticas soviéticas. Foi ele quem, antes de eu ir para a União Soviética, me aconselhou, em primeiro lugar, a que eu não permitisse que os soviéticos pagassem o meu bilhete, e, em segundo lugar, que eu insistisse em visitar



algumas igrejas. Segui o seu conselho. Disse-me também que o único modo de merecer algum respeito por parte deles era deixar bem claro que não éramos manipuláveis. O que foi ao encontro do meu próprio pensamento.

Viajei para Moscovo com o afável Paul Channon e a sua mulher. Tínhamos uma agenda cheia que incluía não só as visitas a Moscovo como também a Leningrado (outrora, e agora novamente, São Petersburgo) e Stalingrado (Volgogrado). Mas apesar da mudança de nomes, a propaganda continuava a mesma. Era um fluir incessante e infindável de estatísticas provando a superioridade industrial e social da União Soviética em relação ao Ocidente. Pelo menos para o visitante, a inimaginável falta de humor era um convite aberto à sátira. No exterior de uma galeria de arte que visitei estava uma escultura de um ferreiro batendo numa espada com um martelo. *Aquilo representa o comunismo* - observou o meu guia, com orgulho. *Na verdade, não representa.* – respondi. – *Vem do Velho Testamento: “E converterão as suas espadas em enxadas e as suas lanças em foices”.* Colapso de um esteta corpulento. Para alguma coisa servia a Escola Dominical da Igreja Metodista. Mas, pensei, era pelo menos uma obra de arte melhor do que os habituais Stakhanovites musculados, com maxilares angulosos no exterior das fábricas.

Numa outra ocasião, fui questionada sobre a possibilidade de se vir a prescindir da NATO, o símbolo de hostilidade da Guerra Fria, uma vez que o objetivo de todos os povos era viver em paz e harmonia. *É claro que não.* – respondi. *A NATO tem mantido a paz e devemos mantê-la forte.* Fizeram-me uma observação semelhante em Stalingrado, onde os políticos locais se queixavam de que Coventry tinha rompido as suas relações com eles desde a invasão da Checoslováquia pela União Soviética no ano anterior. Eu também não me ia desculpar por isso. Com efeito, à medida que as sanções iam sendo aplicadas, percebia-se que não eram de molde a semear o terror no Kremlin.

Ainda assim, por detrás da propaganda oficial, das ruas cinzentas, das lojas vazias e dos edifícios de habitação mal conservados dos trabalhadores, a humanidade russa revelava-se a cada instante. Não havia dúvidas sobre a genuinidade das lágrimas derramadas pelas pessoas mais idosas de Leningrado e de Stalingrado quando me contavam sobre o seu terrível sofrimento na Guerra. Os jovens da Universidade de Moscovo com quem falei, apesar de extremamente cautelosos com o que diziam, pois que plenamente conscientes de estarem sob o escrutínio da KGB, estavam claramente fascinados por saber tudo o que podiam sobre o Ocidente. E até mesmo a burocracia pode ser humana. Quando visitei o gestor do sistema de transporte de passageiros de Moscovo ele explicou-me detalhadamente como as decisões sobre o novo desenvolvimento tinham de seguir de comissão para comissão naquilo que parecia – como cheguei a dizer – uma cadeia interminável de não-tomadas-de-decisão. Atraí a atenção de um jovem adulto, porventura o seu assistente, que estava em pé por detrás dele, e que não pôde evitar um sorriso aberto.

A outra impressão duradoura com que fiquei da Rússia, e que seria reforçada pelas minhas subseqüentes visitas àquele país, foi a do contraste entre a requintada realização cultural, certamente originada na antiga Rússia, e conservada de forma excelente pelos comunistas, por um lado, e a dureza da vida dos cidadãos comuns, por outro. Leningrado albergava a extraordinária coleção *Hermitage* e o *Ballet Kirov*, os quais visitei. E foi em Leningrado, da janela do meu quarto de hotel, que às seis e meia de uma manhã escura e fria, vi todas aquelas mães trabalhadoras atravessando a praça com os seus filhos dependurados nelas, para os deixarem o dia todo na creche estatal, onde os iam buscar cerca de doze horas mais tarde. No aeroporto de Moscovo, enquanto esperava pelo meu voo atrasado, de regresso a casa, comprei um fabuloso serviço de chá de porcelana de cor verde-coral, o orgulho da minha coleção. Cada vez que olho para

ele penso também no trabalho árduo e sem perspectivas de melhoria infligido pelo sistema que o tinha gerado. Era impossível ter uma demonstração mais pungente de que o comunismo era o regime que servia a elite privilegiada, e o capitalismo o credo para o cidadão comum.

### *SELSDON WOMAN*

Regressada a Londres, fui transferida para a pasta da Educação no Governo-sombra. Edward Boyle abandonava a política para tornar-se vice-reitor da Universidade de *Leeds*. Havia então muita oposição popular nas conferências do Partido, em relação ao que era tido como o seu ponto fraco na defesa das *grammar schools*<sup>25</sup>. Apesar da divergência nos nossos pontos de vista, eu lamentava vê-lo partir. Ele era o meu amigo mais antigo na política e eu sabia que iria sentir a falta da sua agudeza intelectual, sensibilidade e integridade. Mas para mim esta transferência foi claramente uma promoção, embora, tal como vim a saber, eu fosse de facto o candidato de reserva, a seguir a Keith Joseph, que foi a primeira escolha para suceder a Edward: fiquei com o lugar porque Reggie Maudling recusou-se a assumir a pasta de Keith, a de ministro-sombra para o Comércio e a Indústria.

Estava deslumbrada com o meu novo papel. Sabia ter ascendido àquela posição em resultado da genuína (ou quase genuína) boa educação, e queria que outros tivessem a mesma oportunidade. As políticas socialistas de educação, equiparando por baixo e negando às crianças dotadas a oportunidade de sobressair, eram o maior obstáculo.

---

<sup>25</sup> N. do T.: Sing. Um dos três tipos de escola secundária do sistema educativo tripartido, resultante da Lei de Ensino de Richard Butler de 1944, sendo os outros dois tipos a *secondary modern school* e a *technical school*.

Estava também fascinada pelo âmbito científico – a pasta naqueles tempos tinha por objetivo fazer sombra ao Departamento de Educação e da Ciência. Além disso, eu suspeitava que as mulheres, ou pelo menos as mães, tinham um instintivo interesse na educação dos seus filhos.

A educação era agora um dos principais campos de batalha da política. Desde a sua eleição em 1964, os Trabalhistas comprometiam-se cada vez mais a tornar inclusivo todo o sistema do ensino secundário, e tinham introduzido uma série de medidas para fazer com que as autoridades locais para a educação<sup>26</sup> submetessem planos para tal mudança. (O processo culminou em legislação, introduzida alguns meses depois de eu ter assumido a pasta de ministro-sombra para a Educação. As dificuldades que Edward tinha enfrentado ao formular e explicar a nossa resposta, tornaram-se imediatamente claras para mim.

O Governo-sombra e o Partido Conservador estavam profundamente divididos quanto ao princípio de seleção no ensino secundário e, em particular, quanto ao exame – o *11-Plus*<sup>27</sup> – através do qual os miúdos de onze anos eram selecionados. Simplificando bastante, era possível distinguir quatro atitudes diferentes entre os Conservadores. Primeiro, havia os que não tinham qualquer interesse no ensino estatal, porque eles próprios e os seus filhos haviam frequentado e frequentavam escolas privadas. Este grupo era importante, passível de ser influenciado pelos argumentos de oportunidade política. Segundo, havia os que, eles próprios ou os seus filhos, não tinham conseguido entrar para a *grammar school* e tinham ficado desapontados com a educação recebida na

---

<sup>26</sup> N. do T.: No original: LEAs (local education authorities).

<sup>27</sup> N. do T.: Só os alunos que superassem esse exame eram colocados na *grammar school*, a qual seguia a linha académica, preparando e direcionando os alunos para o ensino superior. Os alunos que não o ultrapassavam iam ou para a *secondary modern school*, para a qual, tendo uma dimensão prática, o programa era elaborado de acordo com as aptidões, interesses e necessidades dos alunos, ou para a *technical school*, direcionada para a indústria e o comércio, preparando os alunos para enfrentarem o mundo laboral. O exame *11-plus* fazia parte do sistema de ensino tripartido na escola secundária, que resultou da Lei de Educação de 1944, do conservador Richard Butler.

*secondary modern school*. Terceiro, havia os Conservadores que, por serem eles próprios professores ou estarem em contacto com o mundo do ensino, tinham absorvido uma grande dose das doutrinas igualitárias em voga. Finalmente, havia pessoas como eu que haviam frequentado *grammar schools* conceituadas, e se opunham totalmente à sua destruição não se coibindo em defender o exame *11-Plus*.

Eu estava consciente da existência de uma diversidade de opiniões relativamente semelhantes no Governo-sombra. De forma geral, os ministros não queriam fazer do ensino uma questão importante nas eleições que se aproximavam. E esta não era necessariamente uma ideia insensata. As próprias votações internas do partido e os inquéritos de opinião realizados mostraram que o *11-Plus* era largamente impopular e que as pessoas estavam pelo menos preparadas para dizer que apoiavam as escolas inclusivas. Se eles teriam sentido o mesmo, caso indagados sobre a reorganização de certas escolas locais a partir da linha da educação inclusiva, e se de qualquer modo compreendiam o que significava a passagem de todas as escolas a inclusivas eram certamente matérias distintas. Havia, por exemplo, uma grande diferença entre a expressão plena do conceito de educação inclusiva, que era essencialmente de engenharia social e só em segundo plano educacional, sob o qual os alunos não eram agrupados de forma alguma consoante com as suas aptidões e – por outro lado – uma escola na qual a entrada estava aberta a todos, mas que agrupava os alunos de acordo com as suas aptidões. Como eu viria a salientar no debate da Segunda Leitura do Projeto de Lei da Educação dos Trabalhistas em fevereiro de 1970, era de facto absurdo que os socialistas atacassem o princípio da seleção já que, de qualquer modo, continuaria a fazer parte do sistema, a partir dos onze anos de idade. Eu poderia ter acrescentado que, deixando de seleccionar de acordo com o critério da aptidão, teríamos de fazê-lo de acordo com outro critério, inevitavelmente menos satisfatório. Na prática,

isso seria uma mais-valia, porque as famílias com poder aquisitivo mudar-se-iam e comprariam casas em zonas de classe média onde houvesse uma escola bem gerida para os seus filhos. Alguns deputados trabalhistas e muitos dos seus apoiantes compreendiam tudo isto muito bem e sentiram-se traídos por Harold Wilson ter abandonado o seu compromisso pessoal de conservar as *grammar schools*. Quando obtive uma surpreendente vitória no debate da Comissão, deitando abaixo a cláusula I do Projeto de Lei, foi porque dois deputados trabalhistas se abstiveram.

Mas na altura em que assumi a pasta da Educação, o grupo da política do partido tinha já apresentado o seu relatório e a própria política ficou em grande parte estabelecida. Tinha dois aspetos principais. Havíamos decidido concentrar-nos em melhorar as escolas primárias. E para acalmar tanto quanto possível o debate sobre o *11-Plus*, e em lugar da política trabalhista de transformação das *secondary schools* em inclusivas por imposição, reforçamos a ideia da autonomia das autoridades locais de ensino, propondo a manutenção das *grammar schools* ou a introdução de escolas inclusivas.

Os argumentos fortes para este programa eram que o melhoramento no ensino das crianças mais novas era vital se a tendência crescente da iliteracia e da inumeracia se viesse a verificar e, em segundo lugar, que na prática a melhor maneira de manter as *grammar schools* era lutar contra a centralização. Havia, no entanto, argumentos do outro lado. Não fazia sentido gastar grandes quantias de dinheiro em creches e escolas primárias e nos respetivos professores, enquanto as atitudes e os métodos de ensino estivessem errados. Nem nós a longo prazo seríamos capazes de defender as *grammar schools* – ou, neste caso, escolas privadas, *grammar schools* subvencionadas, ou mesmo escolas inclusivas com o sistema de agrupamento – se não lutássemos por razões de princípio.

Dentro dos limites permitidos pela política acordada e pelas realidades políticas, fui o mais longe que consegui. Para algumas pessoas, longe de mais, como vim a saber quando, logo depois da minha nomeação, fui a convidada dos correspondentes para a educação no Hotel *Cumberland* em Londres. Apresentei o caso não só para as *grammar schools* mas também para as *secondary modern*. As crianças inaptas a brilhar na via académica podiam de facto adquirir responsabilidades e respeito numa *secondary modern school*, o que nunca fariam em condições de competição e contacto diretos e contínuos com os academicamente mais dotados. Eu estava perfeitamente preparada para ver o *11-Plus* substituído ou modificado, testando mais tarde na carreira de uma criança, se fosse isso que as pessoas queriam. Eu sabia ser perfeitamente possível que aqueles com dificuldades de aprendizagem numa *secondary modern* fossem transferidos para a *grammar school* local para que as suas aptidões pudessem ser devidamente desenvolvidas. Estava convencida de que havia demasiadas *secondary modern schools* a proporcionar uma educação medíocre – mas isto era algo a ser remediado com o aumento da qualidade do seu ensino, e não com a diminuição da qualidade de ensino das *grammar schools*. Só dois dos presentes no almoço do Hotel *Cumberland* pareciam concordar. No geral, deparei-me com um misto de hostilidade e total incompreensão. Não era só por me julgarem equivocada. As pessoas não imaginavam que eu realmente acreditava em tais coisas. Isso abriu-me os olhos para a dominância do pensamento socialista entre os que estavam incumbidos de informar o público sobre o ensino.

Havia ainda alguns assuntos relativamente menos importantes na política de ensino do Partido Conservador a serem decididos. Lutei muito para obter o compromisso incondicional de aumentar a idade escolar obrigatória para os dezasseis anos, incluído no *manifesto*, e fui bem-sucedida na resolução de algumas dúvidas vindas da equipa das Finanças. Deparei-me também com uma forte oposição de Ted Heath

quando, nas nossas conversas no *Selsdon Park* no início dos anos setenta, defendi que o *manifesto* deveria subscrever a proposta da nova Universidade independente de Buckingham. Apesar do apoio de Keith Joseph e de outros, perdi esta batalha mas foi-me pelo menos permitido fazer referência à universidade num discurso. Nunca percebi bem a razão pela qual Ted fora tão contrário a ela.

O fim de semana político em *Selsdon Park* em finais de janeiro e inícios de fevereiro foi um sucesso, mas não pelas razões geralmente dadas. A ideia de que o *Selsdon Park* foi o cenário de debate que resultou numa viragem radical à direita na política do partido é falsa. As principais linhas da política tinham já sido acordadas e incorporadas na versão final do *manifesto*, ao qual dedicamos o nosso tempo, analisando-o em detalhe. A nossa linha sobre imigração tinha também sido cuidadosamente explicada. As nossas propostas para a reforma sindical tinham sido publicadas no panfleto *Fair Deal at Work*. Na política de rendimentos, estava em vias de ocorrer ainda que de forma um tanto confusa uma mudança à direita. O Partido Trabalhista tinha efetivamente abandonado a sua própria política. Não havia necessidade, por isso, de entrar no tema polémico de se alguma espécie de política de rendimentos ‘voluntários’ podia ser seguida. Mas era claro que Reggie Maudling não estava satisfeito com o facto de não termos tido propostas para tratar do que era ainda percebido como ‘inflação salarial’. De facto, o *manifesto*, numa confusão judiciosa, evitava tanto uma abordagem monetarista, como uma keynesiana e dizia simplesmente: *As principais causas do aumento dos preços são as políticas danosas do Partido Trabalhista de altos impostos e desvalorizações. O controle obrigatório dos ordenados, do Partido Trabalhista, foi um erro e não o repetiremos.*

Isso por sua vez conduziu-nos mais tarde a algumas dificuldades. Durante a campanha eleitoral a declaração falaciosa de que os altos impostos eram os causadores



da inflação inspiraram uma nota informativa do Gabinete Central. Esta nota permitiu ao Partido Trabalhista reivindicar subsequentemente que nós havíamos dito que cortaríamos os preços de uma penada, por via de cortes nos impostos.

Graças à cobertura da imprensa a *Selsdon Park*, parecíamos um governo alternativo sério, empenhado na reflexão a longo prazo sobre as políticas para o futuro da Grã-Bretanha. Fomos também ajudados pelo ataque de Harold Wilson ao ‘*Selsdon Man*’. Deu-nos um ar de ala direita populista com os pés bem assentes na terra, o que contradizia a imagem um tanto distante passada por Ted. Acima de tudo, tanto *Selsdon Park* como o *manifesto* Conservador, *A Better Tomorrow*, contrastavam favoravelmente com a retorsão, inconsistência e altercação que nesta altura caracterizava o Governo de Wilson, especialmente desde o abandono da proposta de lei *In Place of Strife* <sup>\*28</sup> sob a pressão dos sindicatos.

Contudo, entre a data da nossa partida de *Selsdon Park* e a abertura da campanha das eleições gerais em maio, houve uma inversão de posição nas sondagens sobre os dois partidos. Em *Selsdon* estávamos na liderança e pensávamos que íamos ganhar. Em maio, de repente, havíamos perdido terreno e surgimos vários pontos atrás. Influenciado pela mudança súbita nas sondagens, Harold Wilson convocou as eleições para 10 de junho – um erro de que nunca me esqueci quando me tornei Primeira-Ministra. Mas na altura a maior parte de nós – eu, inclusivamente – pensava que íamos perder. O pessimismo acentuava-se. Durante a campanha, um dia entrei nos gabinetes do Departamento de Investigação do Partido Conservador em *Old Queen Street* para

---

<sup>28\*</sup> *In Place of Strife* foi o título – visto *a posteriori*, ironicamente escolhido – para as propostas de lei Trabalhistas de 1969, que consistiam numa série de reformas sindicais. As propostas tiveram de ser abandonadas devido à oposição interna no Conselho- de- Ministros e no Partido Trabalhista, liderado por Jim Callaghan.

obter material informativo e fiquei surpreendida com o ar deprimido que todos pareciam ter.

Era difícil saber por que razão se tinha dado esta reviravolta (ou até que ponto ela correspondia à realidade). Com a perspectiva de uma eleição geral há sempre uma tendência para apoiantes desiludidos retomarem a filiação ao partido. Mas também é verdade – e é algo pelo qual pagaríamos com gosto se estivéssemos no Governo – que não tínhamos a intenção de ganhar a batalha de ideias contra o socialismo durante os nossos anos na Oposição. E de facto, embora não o soubéssemos, a nossa reconsideração das políticas não fora tão fundamental como o devia ter sido.

A própria campanha foi amplamente colhida por ataques dos Trabalhistas às nossas políticas. Pela nossa parte, como qualquer Oposição, mas com mais motivos e oportunidades do que a maioria, sublinhamos a longa lista de promessas não cumpridas dos Trabalhistas – ‘crescimento industrial firme e duradouro’, ‘nenhuma medida de avanço e recuo’, ‘não aumento dos impostos’, ‘não aumento do desemprego’, ‘a libra no seu bolso não desvalorizada’, ‘milagre económico’ e muitas mais. Foi este o tema que persegui nos meus discursos de campanha. Mas usei também um discurso num jantar organizado pela Associação Nacional de Diretores Escolares em Scarborough para destacar as nossas políticas educacionais.

É difícil saber exatamente o que mudou a maré, se é que havia de facto uma maré contra nós a ultrapassar. Paradoxalmente, talvez, as personalidades conservadoras que mais contribuíram foram aqueles dois inimigos ferozes: Ted Heath e Enoch Powell. Ninguém descreveria Ted como um grande comunicador, nomeadamente porque ele deu na maior parte das vezes muito pouca atenção à comunicação. Mas à medida que os dias passavam ele mostrava-se um homem correto, íntegro e com uma visão – não

obstante um tanto tecnocrata – do que queria para a Grã-Bretanha. Para usar as palavras que Keith me havia dirigido há cinco anos, parecia que ele tinha ‘a paixão de endireitar a Grã-Bretanha’. Isto foi enfatizado na forte introdução de Ted para o *manifesto* no qual ele atacava ‘o estilo barato e trivial de governação dos Trabalhistas’ e o ‘governo através de artimanha’ e prometia ‘um novo estilo de governação’. A emissão final da eleição do partido mostrou-o também como um patriota honesto que se preocupava profundamente com o seu país e que queria servi-lo. Embora esse facto não o viesse a salvar caso perdêssemos, ele tinha feito uma boa campanha.

Enoch Powell também. Tinha-se especulado muito se ele subscreveria a liderança Conservadora e o programa. As atitudes para com Enoch permaneceram profundamente polarizadas. Quando ele em março veio falar à minha Associação, fomos sujeitos a uma forte crítica e decidi emitir uma declaração para o efeito de que *aqueles que usam a grande tradição de liberdade de discurso deste país não deveriam procurar negar a outros essa mesma liberdade, especialmente àqueles que, como o Sr. Powell, passaram os seus dias de guerra prestando um notável serviço nas Forças.*

Na campanha de junho Enoch fez três discursos muito bons sobre o falhanço económico do Governo Trabalhista, lei e ordem, e Europa, pedindo às pessoas que votassem no partido Conservador. Além do mais, um implacável ataque pessoal de Tony Benn contra Enoch, ligando-o ao fascismo, provavelmente reuniu muitos votantes, que de outra forma lhe seriam indiferentes, para o seu padrão. Há algumas provas estatísticas de que a intervenção de Enoch ajudou a inclinar a balança a seu favor em West Midlands, numa eleição renhida.

Quando o meu próprio resultado foi anunciado, para uma tremenda ovação no *Hendon College of Technology*, a minha maioria parecia ter aumentado para mais de

11.000 votos sobre os Trabalhistas. Depois, fui à festa do jornal *Daily Telegraph* no hotel *Savoy*, onde logo ficou claro que as sondagens não correspondiam à realidade e que estávamos a caminho de uma maioria absoluta.

Passei a sexta-feira no meu círculo eleitoral prestando esclarecimentos e redigindo as habituais cartas de agradecimento. Pensei que provavelmente Ted teria pelo menos uma mulher no seu Conselho, e que uma vez que se tinha habituado a mim no Governo-sombra, eu seria a felizarda. Nessa mesma lógica, eu provavelmente obteria a pasta da Educação.

No sábado de manhã chegou o telefonema do Secretário Particular do número 10 de *Downing Street*. Ted queria encontrar-se comigo. Quando entrei na Sala do Conselho comecei por felicitá-lo pela vitória. Mas não ocupamos muito tempo com galanteios. Como sempre, ele era brusco e formal, e ofereceu-me a pasta de Secretária de Estado para a Educação, que aceitei.

Voltei para o apartamento de *Westminster Gardens* com o Denis e dirigimo-nos de carro para Lamberhurst. Lamentavelmente o meu pai já não estava vivo para partilhar aquele momento. Pouco antes da sua morte, em fevereiro, eu tinha ido a Grantham, visitá-lo. Tendo sempre sofrido dos pulmões, tinha então desenvolvido um enfisema e tinha oxigénio ao lado da cama. Cissy, a minha madrasta, com quem ele se casara havia vários anos, e com quem tinha sido muito feliz, estava constantemente à sua cabeceira. Enquanto lá estive, amigos da igreja, dos negócios, da política local, do clube de Rotários e do clube de bowling passavam por lá constantemente ‘só para ver como estava o Alf’. Quem me dera também eu ter tantos e bons amigos no final da minha vida.

Eu soube que o meu pai tinha estado a ouvir-me como membro de um painel num programa de rádio pouco antes de falecer. Ele nunca soube que eu viria a pertencer ao Conselho e tenho a certeza de que nunca imaginou que eu por fim me tornaria Primeira-Ministra. Ele teria ficado muito contente com isso porque a política fazia parte da sua vida e eu era sua filha. Mas ele também não considerava o poder político o mais importante nem mesmo a coisa mais efetiva na vida. Pesquisando os meus papéis para reunir o material para este primeiro volume, dei com algumas anotações soltas dos sermões do meu pai, enfiadas na parte de trás do meu caderno de exercícios de química do *sixth-form*<sup>29</sup>.

Homens, nações, raças ou qualquer geração em particular não podem ser salvos por decretos, poder, legislação. Preocupamo-nos com tudo isto, e a nossa fé enfraquece e vacila. Mas todas estas coisas são tão velhas como a raça humana – Jesus foi confrontado com todas elas há 2000 anos... Foi por isso que Jesus teve de vir.

O meu pai seguiu estas convicções até ao fim da vida.

---

<sup>29</sup> N. do T.: No Reino Unido, os dois últimos anos do ensino secundário, correspondentes, em Portugal, ao denominado ensino secundário.

## CAPÍTULO VI

### Pragas de Professor

*O Departamento de Educação 1970-1974*

#### PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Na segunda-feira, 22 de junho de 1970, cheguei ao Departamento de Educação e Ciência<sup>30</sup> (*DES*) sito nas suas esplêndidas velhas instalações em *Curzon Street* (lamentavelmente, em 1973 mudamo-nos para um novo e horrendo edifício de escritórios em Waterloo). Fui recebida pelo Secretário Permanente, Bill (mais tarde *Sir William*) Pile e pelo Secretário Permanente, *Sir Herbert Andrew* que estava de partida. Receberam-me calorosamente e levaram-me ao meu impressionante gabinete. Foi muito fácil experimentar de novo o ambiente cálido proporcionado pelo respeito devido pelos funcionários públicos ao ‘ministro’, mas eu estava perfeitamente consciente do trabalho duro que teria pela frente. No geral, estava satisfeita com a equipa ministerial que me havia sido atribuída: um era amistoso, um era hostil e o outro era neutro. O meu velho amigo *Lord Eccles*, enquanto Tesoureiro-Mor, era responsável pelas Artes. Bill Van Straubensee, amigo íntimo de Ted, era o responsável pela Educação Superior. *Lord Belstead* respondia pelo departamento na Câmara dos *Lords*. Estava particularmente satisfeita pelo facto de o antigo ministro da educação David Eccles estar disponível, embora instalado num outro edifício, para me aconselhar em privado com base no seu conhecimento do departamento.

---

<sup>30</sup> N. do T.: do original, *Department of Education and Science*.

As minhas dificuldades com o departamento, contudo, não se prendiam essencialmente com personalidades. E nem provinham, depois do primeiro choque cultural, da oposição entre o meu próprio estilo executivo de tomada de decisões e o estilo mais consultivo ao qual eles estavam habituados. De facto, quando saí, estava consciente de ter ganhado um respeito algo reticente porque eu conhecia o meu modo de pensar e esperava que as minhas decisões fossem levadas a cabo pronta e eficientemente. O verdadeiro problema residia – no sentido mais lato – na política.

Não sei e não procurei saber em quem votaram os funcionários públicos mais antigos que me rodeavam. Mas o espírito do *DES* era piamente socialista. No essencial, estas eram pessoas que retinham uma crença quase reflexa na capacidade de os planeadores centrais e de os teóricos sociais para criarem um mundo melhor. Não havia nisto nenhum cinismo. Anos mais tarde, muita gente no Partido Trabalhista havia começado a ter dúvidas, e os pedagogos mantiveram um sentido de missão. A igualdade em educação não era só o bem primordial, sem ter em conta os efeitos práticos de políticas igualitárias em certas escolas; era também um degrau de acesso à igualdade na sociedade, que era ela própria um bem inquestionável. Logo ficou claro para mim que, de um modo geral, eu não estava entre amigos.

O contra-argumento seria presumivelmente o de que, uma vez que eu procurava desafiar a sabedoria convencional em educação, eu não me podia queixar quando encontrava oposição. Há, no entanto, duas considerações a serem levadas em conta contra tal. Em primeiro lugar, os funcionários públicos devem aos ministros aconselhamento honesto e acurado baseado em factos, e não em informação tendenciosa assente em pressupostos que o Governo (e o eleitorado) havia rejeitado. Em segundo lugar, é muito prejudicial, mesmo que julgado pelos critérios limitados de uma administração boa e imparcial, um departamento tornar-se tão intimamente relacionado

com o seu público-alvo como o *DES* o fazia com os sindicatos do ensino, em particular com o Sindicato Nacional de Professores<sup>31</sup> (SNP) Foi isso que rapidamente constatei quando, no sábado dia 12 de setembro de 1970, fui chamada à última hora, por causa do caso Leila Khalid<sup>32</sup>, para apresentar o discurso de Ted Heath num jantar em Guildhall, em celebração do centenário do SNP. Presente, estava um grande número de antigos funcionários públicos do *DES* e para mim ficou imediatamente claro que eles e os líderes do SNP eram muito próximos. Houve aquelas piadas entre eles, alusões veladas, e o que agora se chama de ‘linguagem corporal’ que significa não só cortesia comum, mas principalmente intercompreensão.

As minhas dificuldades com a administração pública foram agravadas pelo facto de que tínhamos sido eleitos em 1970 com um conjunto de políticas de educação que eram talvez menos claras do que pareciam. Durante a campanha eu insistira em sete pontos:

- Uma mudança na ênfase em relação às escolas primárias;
- A expansão de creches (o que se encaixava no tema de Keith Joseph de detenção do ‘ciclo de privação’);
- No ensino secundário, o direito das autoridades de ensino locais de decidir o que era melhor para as suas zonas, ao mesmo tempo que alertando contra a realização de ‘mudanças irrevogáveis para qualquer escola boa, a não ser que...a alternativa fosse melhor’;
- O aumento da idade da escolaridade obrigatória, para os dezasseis anos;

---

<sup>31</sup> N. do T.: do original, *National Union of Teachers (NUT)*

<sup>32</sup> N. do T.: Ver p. 198 do original.



- O encorajamento e a manutenção das escolas privadas\*<sup>33</sup> ;
- A expansão do ensino superior e da formação permanente;
- A realização de um inquérito sobre a formação de professores.

Mas essas promessas não refletiam uma filosofia clara. Como já tive oportunidade de indicar, diversas pessoas e grupos dentro do Partido Conservador defendiam abordagens muito diferentes para a educação, em particular no ensino secundário e nas *grammar schools*. Por um lado, havia alguns Conservadores comprometidos com o sistema de educação inclusiva, que quase não se distinguiam dos socialistas moderados. Por outro, os autores dos denominados Livros Pretos sobre a educação, tinham, para seu mérito, começado a explicitar uma abordagem radicalmente diferente baseada na disciplina, escolha e modelos (incluindo a manutenção das *grammar schools* existentes com padrões elevados). Os seus argumentos eram fortemente fundamentados em críticas documentadas do sistema em vigor. Fomos apanhados entre estes dois pontos de vista opostos. E apesar das nossas discussões sobre estratégias coerentes e tomada de decisão deliberada, este governo não se sentia inclinado a resolver contradições fundamentais. Eu estava plenamente consciente de que em qualquer caso de disputa com a administração pública, eu poderia não contar com o apoio de todos os meus colegas do Governo.

---

<sup>33</sup> N. do T.: As *Direct Grant Schools*, que incluíam algumas das escolas secundárias mais famosas e mais bem-sucedidas na Grã-Bretanha e para cuja entrada havia uma grande competição, foram fundadas automaticamente pela *DES* e estavam fora do controle local.

GRAMATICALMENTE INCORRETO

Naquele primeiro dia no departamento, levei comigo uma lista de cerca de quinze pontos de ação que eu havia anotado durante o fim de semana em Lamberhurst, num velho caderno de exercícios. Depois de os esmiuçar, arranquei as páginas e entreguei-as a Bill Pile. O ponto de ação mais imediato era a retirada da Circular 10/65 de Tony Crossland, em cujo âmbito as autoridades locais deviam entregar planos para a reorganização do ensino secundário à luz do sistema inclusivo, e da Circular 10/66, emitida no ano seguinte, que retirava o financiamento destinado às autoridades locais educativas que se recusassem a mudá-lo para inclusivo.

O departamento deve ter tomado conhecimento de que isto constava do nosso *manifesto* - eles sempre examinam as políticas dos partidos da Oposição durante uma campanha eleitoral. Mas aparentemente pensaram que a política podia ser diluída, ou pelo menos a sua implementação adiada. Pela minha parte, sabia que a promessa de deixar de pressionar as autoridades locais para tornarem o ensino inclusivo era de grande importância para os nossos apoiantes, que qualquer atraso seria interpretado como sinal de fraqueza e que era importante agir rapidamente para acabar com a incerteza. Em consequência, mesmo antes de ter entregado os meus quinze pontos a Bill Pile, eu dissera à imprensa que iria suspender as Circulares trabalhistas de imediato. Cheguei mesmo a referir que isto aconteceria antes do Discurso da Rainha<sup>34</sup>. O alarme que isto provocou parece ter chegado ao N° 10, pois lembraram-me de que deveria obter a concordância do Governo para com essa política, embora isto fosse, é claro, apenas uma formalidade.

---

<sup>34</sup> N. do T.: Do original, *The Queen's Speech*. É realizado na Câmara dos Lordes na presença dos Membros das duas Câmaras. Embora seja proferido pela Rainha, o seu conteúdo é da responsabilidade do Governo, que o aprova em Conselho de Ministros. Versa sobre as linhas orientadoras das políticas do governo e sobre as propostas de legislação para a nova sessão parlamentar.

Mais grave era eu não me ter apercebido de que a suspensão de uma Circular exigia a emissão de uma outra. Era uma questão técnica, mas ela foi explorada pelos que discordavam da medida, dentro e fora do departamento. Os meus funcionários não se coibiram de considerar que uma Circular devia conter bastante material expondo os pontos de vista do departamento acerca do seu formato preferido para o ensino secundário no país como um todo. Isto podia levar uma eternidade e de qualquer modo eu não via as coisas daquela maneira. A essência da nossa política era a de encorajar a variedade e a escolha, e não a de ‘planear’ o sistema. Além do mais, na medida em que se tornava necessário estabelecer a partir do centro os critérios pelos quais as propostas de reorganização das autoridades locais seriam avaliadas, isto podia agora ser feito em termos gerais, com a possibilidade de qualquer outra elaboração vir a ser feita posteriormente. Era imensamente difícil convencê-los de que eu estava a falar a sério. Por fim, fui bem-sucedida ao elaborar um primeiro projeto: decidiram rapidamente que a cooperação era a melhor prova de valentia. E no final, uma Circular muito curta – referida como Circular 10/70 – foi emitida na terça-feira dia 30 de junho, a tempo do Debate sobre Educação no Discurso da Rainha, de quarta-feira, dia 8 de julho.

Passei então a ser alvo de um duro ataque por parte do sistema de ensino porque eu não me tinha envolvido no ‘processo de consulta normal’, antes da emissão daquela Circular. Mas não senti necessidade de me desculpar por isso. Tal como declarei no meu discurso na Câmara, tínhamos afinal de contas *acabado de concluir a maior consulta de todas*: umas eleições gerais. Mas isto tinha pouco peso para quem tinha passado os últimos vinte e cinco anos convencido de que sabia mais. Ted Short, o porta-voz do Partido Trabalhista para a Educação, ele próprio um antigo professor, foi mesmo mais longe sugerindo que, em protesto, os professores deviam recusar-se a corrigir as provas do *11-Plus*. Uma delegação do SNP veio ter comigo queixando-se do que eu tinha feito.

É significativo que a maior parte das críticas apresentadas se centrassem principalmente no facto de eu me *ter furtado à responsabilidade de dar forma à educação*. Se, de facto, tivesse sido essa a minha responsabilidade, penso que o SNP não teria gostado da forma que eu lhe teria dado.

Na verdade, a política que eu agora levava a cabo era mais matizada do que as caricaturas de que era alvo – embora muito pudesse ter sido dito em defesa das posições caricaturadas. A Circular 10/70 suspendia as Circulares relevantes do Governo Trabalhista e referia então: *A Secretaria de Estado concorda que as considerações sobre o ensino em geral, as necessidades locais e os pedidos em particular e o uso sensato dos recursos são os princípios determinantes do modelo local*. Também deixava claro que a presunção era basicamente contra a agitação: *a Secretaria de Estado não pretende causar mais mudanças, sem uma boa razão para tal, onde um determinado modelo de organização resulta bem e inspira o apoio geral*.

Por estranho que pareça, embora as autoridades educativas locais estivessem acostumadas a enviar planos gerais de reorganização para todas as escolas sob o seu controle, nenhuma delas, nem os comentários feitos acerca delas pela Secretaria de Estado tinham qualquer base legal. A lei só foi enquadrada com a publicação dos avisos na secção 13 da Lei da Educação de 1944. Esta exigia a publicação pelas autoridades educativas locais – e notificação ao departamento – da sua intenção de fechar ou de abrir uma escola, de alterar significativamente o seu carácter, ou de modificar a faixa etária dos seus alunos. A nível local, dava aos pais envolvidos, aos membros de conselho escolar e aos residentes, dois meses para protestar. A nível nacional, deu-me, como Secretária de Estado, a oportunidade de intervir. Estabelecia: *Quaisquer propostas apresentadas ao Secretário de Estado ao abrigo desta secção, podem vir a*

*ser por ele aprovadas depois de se proceder às modificações delas resultantes, havendo alguma, que lhe pareçam necessárias.*

O uso destes poderes para proteger as escolas particularmente boas da reorganização radical era não só uma saída da política Trabalhista, como também um afastamento consciente da linha seguida por Edward Boyle, que descrevera a secção 13 como ‘poderes de reserva’. Mas enquanto advogada, e acreditando que as decisões sobre mudança e fecho de escolas deviam ter em conta a opinião local, achei melhor basear a minha política nos poderes da secção 13 e não na sua exortação através de Circulares. Isto pode parecer arbitrário, mas, de facto, eu estava plenamente consciente de que as minhas ações estavam sujeitas ao escrutínio judicial e que o terreno sobre o qual eu podia intervir era limitado. E na altura em que discursi no debate, encontrava-me em posição de explicar mais claramente como esta abordagem seria implementada.

A minha política tinha mais uma vantagem, embora não fosse politicamente prudente expô-la. Numa altura em que até mesmo as autoridades de educação Conservadoras tinham sido apanhadas pelo vírus da seleção escolar, ela oferecia a melhor oportunidade para salvar boas *grammar schools* locais. A desvantagem administrativa era a de que o exame rigoroso de grandes números de propostas individuais significava atrasos na resposta por parte do departamento. Inevitavelmente, fui criticada por alegadamente estar a empatar com o intuito de adiar o encerramento de mais *grammar schools*. Mas nisto as críticas eram injustas. Empenhei-me em acelerar as respostas. É que estávamos submersos em cartas.

Outro ponto com que lidei naquele primeiro debate dos Comuns como Secretária da Educação foi o argumento, constantemente avançado pelos proponentes da política escolar inclusiva a ser tomada por atacado, de que era impossível ter um sistema ‘misto’

com escolas inclusivas e *grammar schools* em simultâneo. Embora esta fosse, na verdade, apenas uma versão mais sofisticada do argumento de que os pedagogos que defendiam a igualdade é que sabiam, ela era superficialmente persuasiva. Afinal, era teoricamente impossível dividir um dado grupo de crianças entre *grammar schools* e *secondary modern* e a seguir juntá-las todas numa escola inclusiva. Das duas, uma: ou seleccionávamos os alunos, ou não os misturávamos. Mas este argumento teórico ignorava o facto de que, tendo em conta uma área suficientemente extensa de ‘demarcação escolar’ era possível haver escolas seletivas e escolas com um leque alargado de competências a funcionar ao mesmo tempo. Tal como observei quando respondi a Ted Short no debate:

Certamente que, no caso de uma pequena área rural, considero impossível a existência simultânea de uma escola não-seletiva e de uma *grammar school*, mas nalgumas das grandes zonas urbanas é possível, porque as áreas de demarcação da *grammar school* e da escola subvencionada são bastante diferentes da área de demarcação da escola inclusiva. [Deputados Honoráveis: ‘Impossível.’] De nada serve aos Honoráveis Senhores à nossa frente dizer que é impossível, porque é o que se passa atualmente. Algumas das melhores escolas inclusivas estão localizadas em áreas onde existem escolas seletivas muito boas.

Apesar de todo o alvoroço político causado por esta mudança de política, os seus efeitos práticos eram limitados. Durante todo o meu tempo como Secretária de Estado da Educação analisamos cerca de 3.600 propostas de reorganização – eram em grande maioria propostas de uma política escolar inclusiva – das quais rejeitei apenas 325, cerca de 9%. No verão de 1970 parecia possível que muitas mais autoridades

pudessem decidir contrariar ou pôr fim aos seus planos. Por exemplo, a autoridade de ensino de Birmingham, que era Conservadora, foi uma das primeiras a acolher a Circular 10/70. Uma luta cerrada tinha sido levada a cabo para salvar as trinta e seis *grammar schools* da cidade. Mas em 1972 o Partido Trabalhista assumiu o controle e apresentou os seus próprios planos para a política da não-seleção escolar. Rejeitei 60 das 112 propostas do concelho em junho de 1973, salvando dezoito das *grammar schools* da cidade.

Da mesma forma, o Concelho de Richmond em Surrey tinha-se recusado a apresentar um esquema no âmbito da Circular 10/65 do Governo Trabalhista, mas em setembro de 1970 votou na sua grande maioria pelo fim da seleção escolar. Não tive outra escolha senão a de dar a minha aprovação à mudança no ano seguinte.

Talvez que as decisões mais difíceis que tive de tomar estivessem relacionadas com Barnet, que incluía o meu próprio círculo eleitoral. O município de Barnet, controlado pelos Conservadores, decidiu-se pela não-seleção escolar em outubro de 1970, tendo consultado os pais, dos quais 79% defendiam, em princípio, o fim da seleção. (De facto, outras sondagens nacionais revelaram um grau significativo de indecisão sobre o assunto, e uma maioria de pessoas partidárias da educação inclusiva e da manutenção das *grammar schools*.) Havia uma feroz oposição ao plano de Barnet e, em janeiro de 1971, recebi 5.400 cartas de protesto. No mês seguinte aprovei um plano que acabou com duas *grammar schools*, mas salvei um terço porque a junção proposta conduziria a uma escola inconvenientemente dividida em duas zonas distintas. Em abril salvei mais uma *grammar school* e em junho parei mais dois planos, salvando assim uma boa *secondary modern* e uma outra *grammar school*. O Partido Conservador estava localmente dividido e fui censurada pelo concelho local. A maior parte das escolas secundárias do município tornaram-se de facto inclusivas naquele mês de setembro. A

autoridade local continuou a reformular os seus planos. O *Christ's College* e as *Grammar Schools* de *Woodhouse* eram o principal pomo de discórdia. Quando me tornei Líder da Oposição em 1975 eram ainda *grammar schools*; só se tornaram parte de um sistema inclusivo (no caso de *Woodhouse*, incluía os dois últimos anos facultativos da escola secundária - o *sixth-form*) em 1978, depois de a Lei da Educação de 1976 dos Trabalhistas ter abolido a secção 13 e tentado impor um sistema não seletivo, a partir do centro, à Inglaterra e ao País de Gales.

Olhando para trás, verificamos que os anos sessenta e setenta se caracterizaram por uma preocupação quase obsessiva com as estruturas educativas. Não é que as estruturas – quer a nível de administração, quer a nível de escolas – não tenham importância. Mas os pedagogos manifestam uma autoconfiança, a qual os acontecimentos em nada justificam, quando defendem haver um sistema que em qualquer circunstância e para todos os indivíduos é melhor do que um outro. Durante o meu tempo no *DES* deparei-me com esta atitude, principalmente ao lidar com planos de reorganização da escola secundária, no preconceito contra as *grammar schools*: queriam mesmo eliminar a divisão nas escolas, através das competências a proporcionar nas mesmas. Tentei convencer o Corpo de Inspectores das Escolas de Sua Majestade (*HMI* <sup>35</sup>) de que o que quer que as suas teorias pudessem sugerir, deviam pelo menos reconhecer que havia um grande número de professores excelentes em *grammar schools* a fazer um trabalho formidável, e que estavam a deixar de se entusiasmar pelo tom de tantos relatórios do *HMI*.

A ideia de que a conceção e implementação de uma estrutura utópica e monolítica podiam ser concretizadas sem traumas foi também explorada vezes sem conta à medida que eu ouvia a experiência individual dos pais. Pessoas a viver em zonas

---

<sup>35</sup> N. do T.: *Her Majesty's Inspectorate of Schools*



residenciais dominadas pelo crime, com uma ‘escola comunitária’ inclusiva, para onde a zona de demarcação escolar sob a jurisdição da autoridade local lhes exigia que enviassem os seus filhos, queriam desesperadamente sair de lá. Os poucos que tinham a sorte de ter uma escola subvencionada na vizinhança podiam fazê-lo. Mas algumas autoridades educativas socialistas locais recusavam aceitar vagas que lhes eram atribuídas nas escolas subvencionadas porque se opunham às escolas independentes por razões de doutrina. Tive de intervir de modo a assegurar o preenchimento daquelas vagas. Mas de qualquer modo só um número limitado de pais e filhos puderam escapar das más condições desta forma. Partia-me o coração ter de dizer às mães que eu pouco ou nada podia fazer sob o sistema em vigor.

Só mais tarde – primeiro com o Plano de Vagas Assistidas\*<sup>36</sup> e depois com as escolas mantidas através de subsídios – pude, como Primeira-Ministra, fazer algo de substancial para ajudar. Não que esta situação, que se mantém nos dias de hoje, seja inteiramente satisfatória. Temos de facilitar o arranque de novas escolas de modo a alargar a escolha dos pais. E o argumento para *vouchers* no ensino tornou-se a cada dia mais forte. Iam finalmente estabelecer uma ponte entre os setores público e independente.

Há uma outra consideração que só acabei por apreciar nos últimos anos. Ao defender as *grammar schools*, os Conservadores estavam acertadamente a defender a existência de uma instituição que fornecia uma boa educação a crianças de todas as origens. Mas estávamos também a defender um princípio – nomeadamente, o de que o estado devia seleccionar os alunos pelo simples critério de aptidão e direcioná-los para um de dois tipos de escola somente – que é bem mais coerente com o socialismo e o

---

\*<sup>36</sup> O Plano de Vagas Assistidas disponibiliza verbas públicas às crianças dotadas e de origem humilde, para que possam ocupar vagas em escolas privadas. As *grammar schools* subvencionadas são escolas públicas que optaram por sair do controle das autoridades educativas locais.

coletivismo do que com a ordem social espontânea associada ao liberalismo e ao conservadorismo. A seleção estatal por aptidão é, afinal, uma forma de planeamento de recursos humanos. E variedade e excelência em educação são seguramente bem mais justificadas e politicamente muito mais defensáveis, quando a sua justificação é a escolha dos pais e não a seleção, pelo estado, de acordo com a aptidão dos alunos.

Seja como for, no final de 1970 começava a ficar claro que a educação não-seletiva não seria abandonada.

## CIÊNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Cheguei ao Departamento de Educação com um forte interesse pessoal pela ciência, e as responsabilidades do *DES* pela ciência eram somente minhas. Naquela altura, foi colocada à disposição de cientistas um montante global para cinco centros de pesquisa – abrangendo a ciência e a engenharia, a medicina, a agricultura, o ambiente e as ciências sociais. Mas a discussão da política de ciência foi logo dominada pelo Relatório do Grupo de Investigação Independente<sup>37</sup> (ou ‘*think tank*<sup>38</sup>’), que formava a base do Livro Branco de julho de 1972 intitulado ‘Um Enquadramento para a Investigação e Desenvolvimento por parte do Governo<sup>39</sup>’ (*A Framework for Government Research and Development*). A sua recomendação central nesta altura era a de que, a partir de então, se atribísse uma proporção desse dinheiro ao respetivo departamento do Governo, de modo a ser ele a decidir sobre os projetos a serem financiados pelo seu próprio conselho – o chamado princípio do ‘contratante-cliente’. Apesar de eu não me ter oposto ao princípio, preocupava-me a possibilidade de ele vir a reduzir a quantia de dinheiro

---

<sup>37</sup> N. do T.: do original, *Central Police Review Staff Report*.

<sup>38</sup> N. do T.: Um grupo ou uma instituição criados para a investigação intensiva e a resolução de problemas, em particular nas áreas da tecnologia, da estratégia política ou social, ou de armamento.

<sup>39</sup> N. do T.: do original, *A Framework for Government Research and Development*.

*imediatamente* à disposição dos conselhos de investigação – a não ser que houvesse um aumento no orçamento total da ciência.

Tudo isto pode parecer pouco relevante. E de facto era, em termos de política global de ciência. Isso era parte do problema. As discussões sobre as relações a estabelecer entre departamentos e conselhos de investigação eram irrelevantes face à ampla e crucialmente importante questão do papel estratégico do Governo em investigação científica. Na opinião de Ted, a investigação pura não era trabalho para a investigação e desenvolvimento financiado pelo governo, apesar de reconhecer a existência de alguma investigação pura ou básica em qualquer estabelecimento de investigação. A minha opinião era exatamente contrária. Só anos mais tarde, enquanto Primeira-Ministra, é que fui capaz de formular a minha própria resposta ao problema: o governo deveria concentrar-se em financiar ciência fundamental e deixar a sua aplicação e desenvolvimento para o setor privado. Mas já então estava extremamente preocupada com qualquer política que acabasse com o financiamento da ciência pura.

Num dado momento, encontrei-me diretamente envolvida no apoio a um projeto de grandes dimensões e custos sobre as fronteiras da ciência. Foi quando decidi participar nos planos europeus para a construção de um acelerador de prótons gigante, também conhecido como “*atom smasher*”, para percebermos a estrutura original da matéria, um projeto do qual o anterior Governo Trabalhista se tinha retirado em 1968. Como parte da contenção inicial da despesa por parte do Governo, também nós nos tínhamos retirado deste projeto, que algumas pessoas consideravam demasiado dispendioso, dada a sua natureza teórica. Mas assustava-me ter a exata noção de que se a Grã-Bretanha não tivesse avançado com alguma investigação nuclear mesmo nos falidos anos trinta, a Grã-Bretanha e a América não teriam desenvolvido a bomba atômica que primeiro assegurou a vitória na Segunda Guerra Mundial e mais tarde

protegeu a Europa ocidental de Estaline. Foi uma lição vital. Assim, em Setembro de 1970 fui com *Sir* Brian Flowers, presidente do Conselho de Investigação para a Ciência e a Engenharia, ao Centro Europeu para a Investigação Nuclear (*CERN*<sup>40</sup>), perto de Genebra, para ver com os meus próprios olhos o que estava previsto, e aprender mais sobre a ciência e as suas potencialidades. Voltei convencida de que se pudéssemos assegurar um controle financeiro adequado valeria a pena apoiar o projeto das doze nações, e consegui para tal convencer os meus colegas.

Mas de um modo geral eu não considerava a abordagem do Governo à ciência nem radical, nem suficientemente imaginativa. Desconfio que muitos cientistas – e não apenas os que tinham interesses profissionais a defender – pensavam o mesmo. Na terça-feira, dia 26 de Junho de 1973, Ted deu um jantar no N°10 para os vencedores britânicos do Prémio Nobel da ciência – entre os quais a minha antiga orientadora de Oxford, Dorothy Hodgkin. Naturalmente, também eu participei no jantar. Por várias razões, foi um acontecimento esclarecedor. Ted centrou a discussão no contexto da entrada da Grã-Bretanha para a Comunidade Europeia, acontecimento que, em sua opinião, os historiadores viriam a concluir ter sido o maior feito da sua administração. Referiu-se à ciência como algo a ser aplicado, de modo a que a indústria britânica obtivesse vantagem no acesso ao mercado europeu. Esta ideia teve algum apoio, mas houve também algumas críticas que representavam o meu próprio ponto de vista: essencialmente, o governo devia financiar a ciência pura, em vez de reunir cientistas europeus em grandes projetos de modo a tornar as economias europeias tecnologicamente mais competitivas. A ciência era já internacional; a expansão da Comunidade Europeia não faria uma grande diferença; e a ciência internacional dependia do número de pessoas a trabalhar separadamente em diferentes países. Quanto

---

<sup>40</sup> N. do T.: *European Centre for Nuclear Research*.

menos eles fossem oficialmente organizados, certamente melhor seriam os resultados. Uma exceção de senso comum a esta regra seria a de que quando o investimento requerido fosse muito elevado, nenhuma nação se poderia dar a esse luxo – daí o meu apoio ao *CERN*.

Por isso era algo cética em relação à política para a ciência que eu, como Primeira-Ministra, tinha de implementar. Mas a medida nunca teve grande significado. A ciência é menos recetiva a direções políticas do que os políticos gostam de pensar. De facto, em muitas maneiras a história da ciência assemelha-se mais à história da arte imaginativa do que à história da economia. Os grandes avanços científicos não foram provenientes de planos “práticos” para investigação e desenvolvimento, mas de mentes criativamente científicas – o tipo de mentes que estavam à volta da mesa de jantar naquela noite comigo e com Ted – pessoas que atravessando as fronteiras do conhecimento desvendam os segredos do universo. Os políticos são relutantes em aceitar isto; querem um rápido ajuste tecnológico e uma rápida amortização. Os cientistas acertadamente têm uma perspetiva a longo prazo. Quando Gladstone reuniu com Michael Faraday perguntou-lhe se o seu trabalho na eletricidade teria alguma utilidade. *Sim*, observou Faraday de forma premonitória. *O senhor um dia irá tributá-lo.*

A minha segunda área de frustração era a da formação de professores. Como já mencionei, o *manifesto* tinha-nos comprometido com a abertura de um inquérito para o efeito. Este era um dos pontos em que insistia na lista que entreguei a Bill Pile no meu primeiro dia no departamento. Eu tinha já fortes convicções sobre o assunto. Parecia-me que o grande aumento do número de professores se tinha dado, em certa medida, à custa da qualidade. Apesar das contínuas dificuldades em encontrar estudantes da área do ensino querendo enveredar pela matemática e pelas ciências, as queixas de ‘faltas de professores’ não tinham razão de ser. A verdadeira falta estava no número de *bons*

professores. Mudar a estrutura salarial da profissão ajudaria a premiar e a encorajar professores experientes e há muito tempo na profissão, embora o SNP fosse muito cauteloso quanto ao aumento das diferenças estabelecidas. Mas a chave estava na formação de professores.

Eu queria uma investigação séria para saber se os professores estagiários estavam a aprender as matérias certas, na forma e no nível apropriados. Para isso nomeei *Lord James de Rusholme*, um antigo Diretor da *Manchester Grammar School*, uma das grandes escolas do país, como presidente de uma investigação sobre formação de professores. Insisti que aqueles que trabalhassem com ele deveriam fazê-lo a tempo inteiro e que o seu relatório estivesse pronto no prazo de um ano, tendo sido devidamente publicado em 1972. O relatório foi profissionalmente executado e fazia um número de sugestões sensatas. Realçava a formação contínua como eu queria na formação em exercício, de forma a que os professores soubessem realmente como lidar com uma sala de aula cheia de crianças. Em segundo lugar, propunha um novo Diploma depois de dois anos no Ensino Superior – pelo qual eu me tinha também batido – no qual futuros professores iriam estudar lado a lado com outros que tencionavam ingressar na indústria ou em profissões liberais. Mas o facto de o relatório se limitar à estrutura, e não ao conteúdo do programa de formação de professores, limitava o seu valor. Com efeito, não obtive êxito nos esforços que desenvolvi para a discussão dos programas das instituições de formação de professores, no âmbito do inquérito planeado. O envolvimento dos políticos em tais assuntos era ainda considerado tabu. Quinze anos mais tarde a situação não havia melhorado substancialmente. Como Primeira-Ministra, eu continuava a pensar na maneira de aumentar a qualidade na profissão dos docentes.

Mesmo assim, embora eu criticasse bastante a perspectiva de muitos professores sindicalistas (que eram nalguns casos mais sindicalistas que professores), a impressão

final com que fiquei dos meus anos no *DES* foi de sinceridade e de compromisso da maioria dos professores. Às vezes, alguns professores das escolas mais difíceis que lidavam com crianças ‘problemáticas’ (as quais normalmente tinham pais ‘problemáticos’) vinham ao departamento para me dar conta da sua experiência. Noutras ocasiões, eu ia falar-lhes às suas escolas e ver um pouco daquilo com que eles tinham de lidar nas suas salas de aula.

O professor não pode ser em momento algum um substituto da família: mesmo assim, um bom professor não pode ignorar o que acontece à criança quando ela vai para casa, quem sabe se para ser maltratada. Numa determinada ocasião, alguém apresentou-me o seguinte dilema:

Às 4 horas da tarde de uma sexta-feira, quando as outras crianças já voltaram para casa, uma criança agarra-se a si e suplica para não se ir embora. Tem a certeza – mas não pode provar – de que algo de grave se passa. Talvez se trate de violência ou negligência, ou somente de uma profunda tristeza por um ou outro motivo. Leva a criança para casa e diz, aos pais que ela não está bem; referindo, claro, que ela não se queixou nem a incomodou, mas perguntando delicadamente se algo de errado se passa? Não sabe se a criança vai apanhar dos pais assim que se vai embora. Alertam-se as autoridades? Isso pode ter consequências ainda mais traumáticas. Ou não se faz nada e espera-se que seja apenas um problema temporário, que se resolverá por si só? Assim sendo, senhora Thatcher, o que é que a senhora faria?

Não existe uma única resposta adequada para esta pergunta. E apesar das nossas angústias com respeito a esses casos, não encontramos ainda uma solução correta para todas as circunstâncias. Precisamos de professores, de assistentes sociais e de polícias treinados para reconhecer os sinais de abuso, não esquecendo ao mesmo tempo a realidade de senso comum de que a maioria dos pais ama os seus filhos. Dos três, os professores são de longe os mais importantes porque têm um conhecimento personalizado das crianças e estão com elas quase todos os dias. Se tiverem de desempenhar esta importante e delicada tarefa, só o poderão fazer se a sua autoridade for totalmente recuperada, não só sobre a criança, mas também aos olhos dos pais. E quando isso acontecer, será mais fácil colocar o mau progenitor em xeque.

#### PUBLICIDADE AO LEITE

Pelo menos num aspeto, o Departamento da Educação serviu como uma excelente preparação para o cargo de Primeira-Ministra. Eu estava sob um ataque ininterrupto e selvagem, que nem de longe se relacionava com os meus crimes.

Mas não foi assim que começou. Descrevi os argumentos sobre as *grammar schools* e as escolas inclusivas. Estas, contudo, trouxeram-me poucos problemas, em parte porque muita gente – e não só Conservadores – concordou comigo, e em parte porque era eu que trazia boas-novas noutras matérias. Por exemplo, fui aclamada de forma moderada como a salvadora da Universidade Aberta. Na Oposição, tanto Iain Macleod como Edward Boyle, que pensavam existir prioridades educacionais a merecer mais a ajuda do governo, tinham-se comprometido em público contra ela. E embora a sua abolição não estivesse no *manifesto*, muitos esperavam que ela percesse. Mas eu estava genuinamente atraída pelo conceito de uma ‘Universidade das Ondas de Radio’,



como era geralmente chamada, porque pensava que era uma forma económica de providenciar um maior acesso ao ensino superior, porque pensava que os professores estagiários, em particular, iriam beneficiar dele, porque eu estava ciente das oportunidades oferecidas pela tecnologia para oferecer o melhor ensino às crianças do ensino primário e aos alunos e, acima de tudo, porque dava às pessoas uma segunda oportunidade na vida. De qualquer forma, a universidade receberia os seus primeiros alunos naquele outono, e o seu cancelamento teria sido não só oneroso, como também um golpe para tantas expectativas. Contanto que eu concordasse em reduzir a admissão imediata de estudantes e encontrasse outros sistemas de poupança, os meus colegas do Governo autorizavam o prosseguimento da Universidade Aberta.

Houve ainda outras discussões sobre gastos públicos naquele outono de 1970. As Finanças tinham a sua pequena lista de poupanças para o orçamento da educação – incluindo gastos com bibliotecas, museus, refeições escolares e leite. Eu sabia pela minha própria experiência em Grantham o quão vital era ter acesso a livros. Assim, persuadei o Governo a suprimir os encargos propostos para as bibliotecas, tendo aceitado de forma relutante o pagamento da entrada em museus e galerias. (Mantivemos um dia de entrada grátis.) Mas manteve-se a pressão para mais cortes, e tive de apresentar uma lista de objetivos prioritários.

A poupança nas refeições e leite escolares era, tenho de admitir, um óbvio candidato. Parecia não haver razão para que famílias com posses não contribuíssem mais para o custo das refeições escolares. Eu pensava poder defender esses cortes se conseguisse demonstrar que algum do dinheiro poupado acautelaria a prioridade que havíamos estabelecido, nomeadamente, o programa de construção de escolas primárias. E no âmbito do orçamento do Departamento de Educação parecia lógico que os custos

com a educação viessem antes dos custos com o ‘bem-estar’, que devia, em princípio, recair no departamento de Keith Joseph, os Serviços Sociais.

Quanto ao leite, havia já opiniões divergentes do ponto de vista da saúde sobre a vantagem do seu provimento. Enquanto frequentei a Escola Primária de Huntingtower Road, os meus pais pagavam dois dias e meio por semana pelo meu leite escolar: e não havia queixas. Por volta de 1970 eram muito poucas as crianças carenciadas, a ponto de o leite escolar lhes ser essencial para a sua alimentação. A seguir à morte de Iain Macleod, Tony Barber, que se tornou Ministro das Finanças em julho de 1970, quis que eu abolisse o leite escolar por completo. Mas eu fui mais cautelosa, quer por motivos políticos, quer por motivos de bem-estar. Consegui não deixar cair o aumento do preço das refeições escolares e também a retirada do leite gratuito às crianças da escola primária acima dos sete anos. Estas modestas alterações tinham exceções: crianças a necessitar de leite por razões de saúde continuariam a recebê-lo até que entrassem para a escola secundária. Em termos gerais, eu tinha defendido eficazmente o orçamento para a educação.

E a imprensa não deixou passar em branco essas alterações. O jornal *Daily Mail* disse que eu era uma *nova heroína*. O jornal *Daily Telegraph* salientou os meus planos de melhoramento para 460 das antigas escolas primárias. O jornal *Guardian* observou: *As refeições e o leite escolares eram as principais baixas numa incursão notavelmente ligeira no orçamento para a educação. A senhora Thatcher ganhou a sua batalha para a preservação do programa de construção de escolas e fê-lo substituindo antigas escolas primárias.*

Foi agradável enquanto durou.

O problema é que não durou muito. Seis meses depois, tivemos de introduzir um Projeto de Lei para retirar a obrigação legal de as autoridades locais de educação fornecerem leite gratuitamente e permitir-lhes critérios para o disponibilizar por uma pequena quantia. Isto deu aos Trabalhistas a oportunidade de confronto no Parlamento.

Contudo, mesmo antes disso os jornais haviam explorado a questão das refeições escolares. Uma reportagem referia que algumas autoridades locais de educação iam cobrar às crianças que levassem sanduíches para a escola para o seu almoço. *Crianças com Sanduíches sob Tempestade de 'Multas'* foi a forma como o jornal *Sun* se referiu à situação. Os Trabalhistas manifestaram-se em coro no parlamento. Pus em marcha uma circular para evitar a prática. Mas aquela história voltou a chamar a atenção para o aumento do custo das refeições escolares. De um dia para o outro o número de crianças a tomar tais refeições tornou-se num indicador sensível em termos políticos. Os velhos argumentos sobre o 'estigma' de subsídios atribuídos mediante prova de rendimentos, que eu acabei por conhecer muito bem enquanto Secretária Parlamentar nos anos sessenta, vieram novamente à superfície. Dizia-se que as crianças oriundas de famílias suficientemente pobres para terem direito a refeições escolares gratuitas seriam humilhadas quando colegas em melhor situação financeira pagassem pela sua própria refeição. Talvez com alguma imprudência, sugeri num programa de televisão que isso podia ser evitado se as mães enviassem para a escola o dinheiro do almoço em envelopes. Os professores poderiam colocar o troco no envelope. Uma criança pobre com direito a refeições gratuitas traria um envelope com moedas que seriam repostas pelo professor. Isto, claro, só deu uma nova *nuance* à história.

De qualquer modo, não tardou que a grande 'fila para o leite' abafasse o debate sobre as refeições. Os jornais que me haviam felicitado pelo meu sucesso na proteção do orçamento para a educação à custa dos cortes no leite e nas refeições, de uma hora

para a outra mudaram o discurso. O jornal *Guardian* descreveu o Projeto de Lei (relativo ao leite) da Educação como ‘uma medida de vingança que nunca devia ter sido apresentada ao Parlamento’. O jornal *Daily Mail* disse-me que ‘repensasse’. O jornal *Sun* exigia uma resposta *a senhora Thatcher será um ser humano?* Mas foi um conferencista na Conferência do partido Trabalhista que parece ter sugerido à imprensa o título apelativo ‘Senhora Thatcher, a desviadora de leite’.

Quando a imprensa encontra um filão, acaba por explorá-lo de forma exaustiva, naturalmente. Afinal, editores e jornalistas têm de ganhar a vida, e os políticos são um alvo fácil. Assim, parecia surgir uma variante do tema a cada dia. Por exemplo, descobriu-se que um concelho Trabalhista considerava comprar a sua própria manada de vacas para fornecer leite para as suas crianças. As autoridades de educação local procuraram fugir à legislação servindo bebidas lácteas, em vez de leite. Concelhos que *não* eram autoridades educacionais tomaram medidas para fornecer leite grátis às crianças dos sete aos onze anos, no âmbito dos poderes estabelecidos na Lei do Governo Local de 1963. Só na Escócia e no País de Gales a ação dos concelhos infringiu a lei, tendo os meus colegas de Governo nos departamentos escocês e galês, e não eu, de lidar com as consequências. Mas não havia dúvida sobre onde residia a culpa por tudo isso. A campanha contra a minha pessoa atingiu um tipo de clímax em novembro de 1971 quando o jornal *Sun* votou em mim como *A mulher mais impopular na Grã-Bretanha*.

Talvez tenha sido ingénuo em pensar que fazer o que era geralmente tido como o melhor para a educação justificaria os argumentos sobre os sacrifícios necessários para tal. As autoridades locais, por razões políticas ostensivas, não queriam vender leite às crianças, e era quase impossível forçá-los a isso. Aprendi uma grande lição. Incorri no máximo de ódio político pelo mínimo de benefício político. Eu e os meus colegas travamos batalhas com autoridades locais durante meses, sendo alvo de críticas

constantes por parte dos meios de comunicação social, tudo pela poupança de 9 milhões de libras que podiam ter sido cortadas do orçamento de capital sem praticamente nenhum efeito de cascata. Resolvi não repetir o mesmo erro. Dali em diante, a ser condenada, que fosse por um bom motivo.

Nesta altura eu estava magoada e perturbada, de algum modo mais triste, mas consideravelmente mais prudente. Talvez seja verdade que uma mulher – mesmo tendo tido uma vida profissional num mundo de homens – é emocionalmente mais vulnerável a insultos pessoais do que a maioria dos homens. A imagem que os meus opositores e a imprensa tinham dado de mim – a de ter atacado cruelmente o bem-estar das jovens crianças - foi algo que, como alguém que sempre foi feliz na companhia de crianças, achei profundamente ofensivo. Mas qualquer político que queira exercer funções importantes, tem de estar preparado para passar por situações semelhantes a esta. Alguns ficarão desfeitos com isso, outros fortalecidos. O Denis, sempre a essência do bom senso, atravessou essa fase de forma magnífica. Se sobrevivi, ao seu amor e apoio o devo. Desenvolvi mais tarde o hábito de não ficar a matutar sobre artigos e relatos sobre a minha pessoa. Em vez disso, acabei por me apoiar em sessões e resumos informativos. Se o que a imprensa escrevia era falso, eu ignorava; e se era verdade, eu já o sabia.

Ao longo de 1971, enquanto os ataques à minha pessoa aumentavam por causa da questão do leite, dediquei-me a combater no Governo a despesa pública. Era politicamente vital para os meus argumentos sobre as refeições e o leite escolares que o programa de construção de escolas primárias – crucial para a ênfase que a nossa política dava ao ensino primário em geral - seguisse em frente, como previsto. Dessa forma, rejeitei no departamento as sugestões antecipadas de compromisso com os responsáveis pelos cortes no orçamento das Finanças. Numa nota enviada a Bill Pile em abril de

1971, defini a nossa última posição: “Não nos conformamos com menos do que tivemos em termos reais o ano passado.”

Isto ia para além do realismo político. Senti que outros colegas, que não haviam realizado as penosas poupanças que eu havia levado a cabo, tinham saído impunes. Como recompensa pelos cortes nas refeições e no leite eu obtive a concordância com a dimensão do programa de construção de escolas pelo período de um ano apenas. Mas uma vez que o planeamento e a construção de uma escola duram vários anos, a promessa tinha implicações para anos futuros. Outros tinham conseguido um acordo para continuar a gastar durante todo o período de cinco anos de planeamento da nossa despesa pública, o chamado sistema da Comissão de Investigação da Despesa Pública<sup>41</sup> (CIDP). Além disso, o meu departamento estava agora a oferecer às Finanças *poupanças* de mais de 100 milhões de libras no ensino superior, enquanto montantes elevados estavam ainda a ser pagos em forma de subsídios ao setor industrial.

Não consegui um acordo com Maurice Macmillan, então Secretário-Chefe das Finanças, e então apelei ao Governo, como qualquer ministro tem direito a fazer. Mas irritou-me saber que o N° 10 havia decidido que eu não seria autorizada a apresentar um documento. Escrevi uma carta brusca a Ted apontando as tensões que sofria para anunciar o programa de construção escolar de 1973/74. A carta concluía:

O senhor está sempre a incitar-nos a melhorar a administração departamental.

Presentemente, estou a ser impedida de fazê-lo com o capital da construção.

---

<sup>41</sup> N. do T.: *Public Expenditure Survey Committee (PESC)*.

Preciso urgentemente de um bom programa para 73/74 que considere os grandes cortes que fiz no último ano. Os terceiro, quarto e quinto anos podem ficar para as reuniões da CIDP, mas espero concordar com ela nessa altura.

Queira desculpar-me pelos termos sucintos e concisos desta carta, mas o senhor criticá-la-ia se fosse longa. Posso falar consigo quando o senhor regressar de Paris?

Obtive a sua concordância para apresentar o meu documento em junho de 1971 – e abri o meu caminho. No governo, consegui no final daquele mês obter quase tudo que eu pretendia para o programa de construção escolar. Mesmo a tempo de o anunciar na conferência anual da Associação de Comissões de Educação em Eastbourne, o que deu azo a manchetes tais como ‘Programa Rápido para a Melhoria de Escolas Primárias Antigas’.

Realmente, aquela fora *a* minha prioridade quando cheguei ao *DES*. Por causa dela, como acabei de explicar, tive de tomar (ou pelo menos de aceitar) decisões que tornavam a vida extraordinariamente difícil. Eu achava mal que nos anos setenta as escolas ainda tivessem problemas de infiltrações, equipamento primitivo e instalações sanitárias ao ar livre. Além disso, agora que o súbito aumento demográfico de crianças em idade escolar tinha mais ou menos abrandado – o pico foi em 1973 – havia alguma margem financeira para melhorar a qualidade das escolas geralmente envelhecidas e sombrias que continuavam em funcionamento.

Contudo, foi-me graficamente demonstrado, quando visitei uma nova escola no sul de Londres, que havia muito mais para melhorar na educação, que tão só tijolos e cimento. Os professores que me mostraram a escola eram obviamente membros do

“conjunto incómodo de académicos”. Um deles disse-me que as crianças daquela escola receavam que alguns dos seus amigos tivessem que ir para uma escola velha do bairro. E, de facto, a maioria das crianças tinha sido claramente treinada para defender este ponto de vista. Mas uma delas disse o que pensava, para evidente constrangimento dos professores, contradizendo o que havia sido dito: *Bem, eu não tenho assim tanta certeza disso. Antes de vir para cá, frequentei uma escola mais velha e mais pequena do que esta; mas era mais acolhedora, mais agradável, e nós sabíamos onde estávamos.* Com o passar do tempo, também eu me convencia cada vez mais da importância de escolas mais pequenas. Também concluí, anos mais tarde, que tínhamos estado todos demasiadamente preocupados com os ‘investimentos’ (novos edifícios, equipamento caro e, acima de tudo, mais e melhores professores) do que nos ‘resultados’ (qualidade no ensino, níveis de realização e padrões de comportamento).

Estranhamente, talvez, não foi tanto por ler análises notáveis ou por argumentar com críticos perspicazes que eu pouco a pouco formei a minha opinião sobre o que estava errado com o sistema de ensino e com as figuras consagradas do ensino que dele viviam – mas sim pela minha experiência prática, quase aleatória, do que estava realmente a acontecer nas escolas.

Veja-se, por exemplo, o ensino primário. Poucos discordariam da afirmação de que os primeiros anos de escolaridade são essenciais à formação de uma criança. Mas o que deveria ser, de facto, ensinado a estas crianças? E como? O Relatório Plowden<sup>42</sup> – encomendado pelo anterior Ministro da Educação Conservador, Edward Boyle, e tido por quase toda a gente como a última palavra em termos de opinião especializada era fortemente a favor do ensino em grupos pequenos e até numa relação de um-para-um,

---

<sup>42</sup> N. do T.: do original, *Plowden Report* - Relatório em dois Volumes de Bridget Plowden intitulado *Children and Their Primary School*, publicado em 1967.



mas não em classes. Eu não tinha uma opinião formada sobre a matéria quando cheguei ao *DES*, e o relatório foi bem defendido. Mas acredito agora que ele conduziu as escolas primárias na direção errada durante uma geração. Mais uma vez, as minhas dúvidas só começaram a surgir quando comecei a visitar escolas, e achei que na realidade as crianças não eram geralmente ensinadas individualmente dentro de um grupo ou numa classe, mas estavam entregues aos seus recursos – não necessariamente úteis. Vi como em grandes salas de aula sem paredes interiores, os grupos tendiam a desintegrar-se num alvoroço desordenado, no qual as crianças mais sossegadas se sentiam perdidas e intimidadas. Voltei para o departamento e disse ao departamento de arquitetos do Ministério que não planificasse este tipo de escolas em espaço aberto.

O que logo ao princípio rejeitei foi a ideia generalizada, tanto entre as classes médias como entre peritos, de que a melhor forma de aprendizagem de uma criança era a autodescoberta. Esta crença implicava o abandono do tipo de educação que a minha geração tinha tido como simples aprendizagem pela ‘memorização’. Na verdade, qualquer educação profícua envolve o ensino do conhecimento, do treino da memória, da habilidade para aplicar o que se aprendeu e da autodisciplina necessária para tudo isto. No meio de todo este frenesi de teorização, estas verdades eram esquecidas.

## **PRÍNCIPES ESTUDANTES**

Fosse ou não justificada a minha fama na defesa do programa de construção das escolas primárias, ela logo se desvaneceu assim que teve início uma nova agitação sobre o financiamento de associações de estudantes. Ao contrário da controvérsia sobre o leite escolar, esta campanha foi amplamente organizada pela extrema-esquerda. Era por isso politicamente menos perigosa. Mas era muito nefasta. E não era só dirigida contra mim.

A minha filha Carol quando estudou Direito na *University College of London*<sup>43</sup>, também enfrentou dificuldades. Era um descanso para mim saber que ela nessa altura vivia em casa.

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, vivia-se o auge do período da ‘revolução estudantil’. Vendo bem as coisas à distância, é extraordinário que tanta informação só pudesse ter sido retirada de um Marxismo de pacotilha e das exigências egocêntricas que o caracterizavam. Em parte, era um desenvolvimento daquele culto da juventude dos anos sessenta, através do qual os jovens eram olhados como uma fonte de conhecimento genuíno da condição humana. Por conseguinte, muitos estudantes esperavam que as suas opiniões fossem tratadas com reverência.

Mesmo assim, os protestos estudantis da altura, longe de estarem na vanguarda do progresso, constituíam-se como fenómenos de um mundo em extinção. As universidades tinham-se expandido demasiado rapidamente nos anos sessenta. Em muitos casos os padrões tinham caído e o caráter tradicional das universidades tinha-se perdido. Além do mais, isso ocorrera num tempo em que os princípios de mercado estavam em retração e pressupunha-se de forma quase universal que todos tinham direito ao trabalho e que o estado tinha o poder de lhos dar. A esses jovens sem raízes faltava pois a autoridade imposta aos seus predecessores nos anos cinquenta e a disciplina que a necessidade de qualificação para um bom emprego iria exigir dos estudantes nos anos oitenta.

A Esquerda tinha conseguido ganhar o controle de muitas associações de estudantes e, conseqüentemente, do dinheiro público que os financiava, usando esta posição para montar campanhas de dirupção que deixavam furiosos os contribuintes

---

<sup>43</sup> N. do T.: A mais antiga faculdade da Universidade de Londres.

comuns e até muitos estudantes que queriam simplesmente estudar. Havia dois aspectos a considerar: primeiro, o financiamento das organizações estudantis e, segundo, o que era feito por essas organizações. Relativamente ao primeiro, a principal fonte de financiamento das associações de estudantes eram subscrições de subvenções obrigatórias recebidas das suas autoridades de ensino locais. A filiação no sindicato era normalmente obrigatória e a subscrição do sindicato era então diretamente paga ao sindicato estudantil. Quanto às atividades, algumas associações de estudantes tiravam vantagem delas para gastar as receitas em fins partidários, desafiando frequentemente a sua constituição e a vontade dos seus membros.

Em julho de 1971, apresentei propostas de reformas à Comissão para os Assuntos Internos e Sociais do Governo. Eu tinha pensado em nomear um secretário para as associações de estudantes, mas para isso era necessária legislação. Então limitei-me a propor algo mais modesto. No futuro, a subscrição do sindicato não seria incluída nas propinas a pagar às faculdades e universidades. A bolsa de subsistência para estudantes seria aumentada ligeiramente para permitir aos estudantes que se associassem a determinados clubes ou sociedades em regime de voluntariado. A responsabilidade de prover as instalações do sindicato estudantil passaria a ser de cada instituição académica. As instalações de cada sindicato estariam abertas a todos os estudantes, fossem eles, ou não, membros do sindicato. Além de tratar da questão da prestação de contas do dinheiro público, estas mudanças aboliriam também o elemento de garantia sindical em associações de estudantes, que achava profundamente questionável por questões de princípio. A Comissão para os Assuntos Internos e Sociais do Governo não estava preparada para acompanhar as minhas propostas imediatamente, mas voltei à discussão, reconhecendo inteiramente que seriam bastante controversas, e ganhei a aprovação das mesmas.

Bill Van Straubenzee era o ministro diretamente responsável pelas consultas sobre as propostas. Mas eu era a figura odiada a abater. Para onde quer que eu fosse, havia motins estudantis. No início de novembro, em Leeds, onde eu tinha ido assentar uma pedra para marcar a construção de novos edifícios, cerca de 500 estudantes vaiaram-me. No final daquele mês 2000 estudantes aos gritos tentaram boicotar a apresentação do meu documento da designação do *South Bank Polytechnic*, em Londres, no salão de concertos *Queen Elizabeth Hall*. Uma dúzia de agentes da polícia montada teve de proteger o meu carro. Em dezembro, os alunos contestatários organizaram um dia de protesto a nível nacional. A minha efígie foi queimada em várias universidades.

Nesta altura, muitos dos Vice-Reitores e autoridades da universidade aprovavam tacitamente os protestos. Edward Boyle chegou mesmo a dirigir-se a um encontro massivo de estudantes em Leeds para declarar a sua oposição às minhas propostas. Uma vez que elas tinham sido apresentadas só para consulta – embora ‘consulta’ não seja a descrição mais óbvia do que ocorrera – era perfeitamente possível deixar acalmar os ânimos e atrasar a ação, o que acabei por fazer. O problema principal era que até que as próprias autoridades da universidade estivessem preparadas para defender os valores da universidade e exercer alguma autoridade, era improvável que qualquer proposta de reforma fosse bem-sucedida. Este foi também o tempo em que a liberdade de expressão começou a ser negada por grupos de estudantes, que nessa altura eram acarinhados por autoridades nervosas da universidade. A intolerância da universidade estava na sua fase mais violenta no início dos anos setenta. Mas, menos visível e mais institucionalizada, a mesma censura continua nos dias de hoje.

## TENTANDO, SEMPRE TENTANDO

O ano de 1971 fora crucial para o Governo e para mim, pessoalmente. As pressões, cada vez maiores, tornaram-se ainda mais intoleráveis porque se foram acumulando. Tal como descreverei adiante, a autoconfiança do Governo foi quebrada no início de 1972<sup>44</sup>. Mas de qualquer forma, ainda que sob maior tensão do que em qualquer outro momento anterior e posterior, aguentei-me.

Mas um número de comentadores, com um misto de entusiasmo e arrependimento, julgava-me em farrapos. No meu retorno das férias de Natal passadas em Lamberhurst, tive a oportunidade de me inteirar do que me aguardava, através dos temas amplamente discutidos nos jornais. Um deles descrevia-me como *A senhora mal-amada*. Outro publicou um artigo de reflexão intitulado *Porque é que a Senhora Thatcher é tão impopular?* Mas ignorei tudo isto e concentrei-me nas minhas caixas vermelhas<sup>45</sup>.

De facto, não tardou que a maré – para mim, pessoalmente, embora não para o Governo – se começasse a inverter. Era provável que a campanha *desviadora de leite* tivesse em qualquer caso chegado ao fim da sua vida natural. Os acontecimentos bem mais graves de 1972 abatiam-se agora sobre nós – a greve dos mineiros e os vários elementos do *U-turn (da viragem)*<sup>46</sup> - e atenuaram a campanha contra a minha pessoa. E eu, é claro, não me ia vergar ou partir – pelo menos voluntariamente. Mas tenho também uma dívida de gratidão para com Ted Heath.

---

<sup>44</sup> N. do T.: ver p. 219 do original.

<sup>45</sup> N. do T.: No original *Red Boxes*: Pastas vermelhas do Ministério – ou caixas, para utilizar a terminologia oficial - são usadas há séculos para o transporte de documentos confidenciais do governo.

<sup>46</sup> N. do T.: Ver pp. 213-230 do original.

Na quarta-feira, dia doze de janeiro, Ted pediu-nos, a mim e aos meus funcionários que fôssemos a *Chequers*<sup>47</sup> para discutirmos a educação em termos gerais. Levei comigo um *aide-mémoire* fazendo o ponto da situação e tecendo considerações para o futuro. Apesar de todas as dificuldades, só restava um compromisso pré-eleitoral a ser implementado: a expansão do ensino pré-escolar. Era preciso mais dinheiro para alcançarmos algo de substancial. A outra área com que os nossos apoiantes estavam desapontados era a organização da escola secundária. O problema ali residia, como disse, em que ‘muitos dos nossos concelhos municipais estão a embarcar na maré da escola inclusiva. A questão é: qual o tipo de equilíbrio a ser alcançado entre a defesa das *grammar schools* existentes e dar liberdade às autoridades educativas locais para tomarem as suas próprias decisões?’. Discutimos estes dois pontos em *Chequers* bem como outros diferendos, tal como o leite escolar e as associações de estudantes. Ted estava claramente interessado. Era adepto do ensino pré-escolar; tinha estado a exercer pressão para que fossem empreendidas mais ações sobre as associações de estudantes; e perguntou de forma muito razoável se não podíamos utilizar argumentos educacionais na justificação da nossa política de seleção, em vez de simplesmente nos basearmos nos argumentos sobre a autonomia da autoridade local.

Do meu ponto de vista, contudo, tão importante como a discussão era o facto de que ao convidar-nos, a mim e aos meus funcionários, para irmos a *Chequers*, Ted deixou implícita a intenção de não me retirar a pasta da Educação num futuro próximo. Este era realmente – enfrentando os problemas que enfrentei – um reforço útil e vital da minha autoridade. Uns dias mais tarde, Ted enumerou as minhas conquistas na Câmara. Por que razão me apoiou tão fortemente? Alguns achavam que ele precisava de uma mulher no Governo e era difícil encontrar um candidato alternativo credível. Mas

---

<sup>47</sup> N. do T.: Residência oficial de campo do Primeiro-Ministro britânico, desde 1921.

agrada-me pensar que o seu apoio mostrou também a característica mais admirável do seu caráter. Ele sabia que as políticas pelas quais eu tinha sido tão categoricamente atacada eram tão-somente políticas que eu tinha relutantemente aceitado sob pressão do Tesouro e das exigências das finanças públicas. Ele sabia também que eu não tinha tentado culpar terceiros. Embora não gostasse de aderir a certas políticas, ele estava sempre ao lado dos que lhe davam o seu melhor assim como ao seu Governo. Esta foi uma das melhores razões pelas quais o seu Governo retribuiu, permanecendo unido sob a sua orientação.

As suas manifestações de apoio permitiram-me respirar. Mas foi o suficiente. A partir da primavera de 1972, o frio clima político no qual eu estivera a viver começou a abrandar de forma notória. O meu discurso para o SNP em abril foi bem recebido, não só pela maioria do público (que me aclamou no final) mas, de forma mais significativa, pela imprensa em geral. Ao contrário do habitual, as propostas nele contidas apelavam a todas as forças políticas. Anunciei um aumento no programa de construção de escolas, que avançava agora a nível recorde. Anunciei também a formação de uma comissão para a investigação do ensino da leitura nas escolas e do uso da língua inglesa – questões que eram já objeto de receios generalizados. Sugeri o prosseguimento da expansão do ensino pré-escolar, embora alertando para o problema do seu financiamento. Mas o que chamou a atenção dos comentadores foram as minhas críticas relativamente a escolas não-seletivas gigantescas. (Discorri sobre este último ponto numa conferência de imprensa depois do discurso, salientando que acabava de rejeitar os planos para uma escola com a capacidade para 2.700 alunos em Wiltshire.)

Assim que me levantei para falar, um número de participantes da esquerda debandou de forma muito indelicada. Mas isto acabou por ser um bônus acrescido. Os meios de comunicação social não só gostaram da ênfase dada ao mérito de escolas mais

pequenas, como também teceram alguns comentários duros sobre o exemplo dado aos alunos pelos professores que não estavam preparados para ouvir os argumentos. Em maio, a mesma coluna de jornal que me tinha descrito como *A senhora mal-amada* comemorava *O amadurecimento de Margaret*. E a ironia foi que o tema a acertar o alvo – a minha defesa de escolas pequenas – foi o que sempre defendi desde os meus tempos de escola em Grantham.

Foi, contudo, o Livro Branco sobre a Educação, publicado em dezembro de 1972, que restaurou o destino da nossa política de educação. A decisão de o publicar teve origem nos debates dos três Relatórios de Análise e Revisão do Programa (PAR\*<sup>48</sup>) que tínhamos preparado no departamento. O título resultou de uma decisão de última hora no Governo. *Educação: Um Enquadramento para o Avanço* foi a sugestão original mas, numa mudança que parece ser *a posteriori* típica destes anos excessivamente ambiciosos e dispendiosos, passou a chamar-se *Educação: Um Enquadramento para a Expansão*. O Livro Branco estabelecia um plano com a duração de dez anos para o aumento das despesas e melhoria do serviço. Continha seis pontos principais. Havia um programa de melhoria ou substituição das velhas escolas secundárias. O programa de construção de escolas especiais para crianças deficientes seria alargado. Haveria uma melhoria modesta no rácio de funcionários da escola. Para ajudar a pagar isto, a taxa de expansão do ensino superior seria restringida. Publicamos a nossa resposta às recomendações da comissão James sobre a formação de professores. Mas o aspeto mais importante foi o anúncio da expansão da educação pré-escolar. Ela seria proporcionada a 90% das crianças de quatro anos de idade e a 50% das crianças de três anos, sujeitas à procura, sendo dada prioridade, nas fases iniciais, a áreas carenciadas. Olhando para

---

<sup>48</sup> N. do T.: *Programme Analysis and Review*. \*O sistema PAR era uma inovação característica do governo de Heath – uma tentativa ambiciosa de rever programas departamentais existentes com a intenção declarada de reduzir radicalmente o papel do governo, mas com pouco ou nenhum efeito.



trás, o Livro Branco marca o ponto alto das tentativas do Governo em ultrapassar os problemas inerentes ao sistema de ensino na Grã-Bretanha, injetando dinheiro nele.

As propostas de lei tiveram uma recepção calorosa e desconcertante. O jornal *Daily Telegraph*, embora tecendo algumas críticas à falta de propostas para empréstimos ou vouchers a estudantes, disse que o Livro Branco fazia de mim *um dos mais distintos Ministros da Educação nas reformas e nas despesas*. O jornal *Daily Mail* descreveu-o como *Uma Revolução Pacífica* e comentou: *não houve nada igual desde a guerra*. Mais inquietante foi o elogio do jornal *Guardian* a um *programa progressista* e o comentário – a brincar, esperava eu – de que *para além de não terminar compulsivamente a segregação do 11-Plus, a Senhora Thatcher está a mais de metade do caminho em direção a uma política respeitável de educação socialista*.

## A REALIDADE DÓI

À exceção de algumas vigorosas altercações com Roy Hattersley, o novo e altamente persuasivo porta-voz Trabalhista para a Educação, sobre a taxa de aumento de despesas com a educação, os primeiros meses de 1973 foram quase tão tranquilos como quaisquer outros no *DES*. Mas as consequências das políticas monetárias e fiscais do Governo estavam prestes a recair sobre nós. A primeira prestação foi em maio – uma rodada de cortes na despesa pública criados para arrefecer a sobreaquecida economia. Despesas de capital na educação, em particular na área politicamente menos sensível da educação superior, era um objetivo óbvio. Perante essa situação, adiei a pressão das Finanças e os meus programas de construção não foram cortados.

Mas havia outros problemas no orçamento do *DES*. À medida que as pressões inflacionistas faziam disparar os preços na indústria da construção, as Finanças cada vez mais alarmadas recusaram sancionar o aumento das despesas. O resto do programa de construção de escolas também teve de ser abrandado. À medida que se aproximava o mês de outubro – o momento para uma firme tomada de decisão acerca da despesa pública – ficava cada vez mais claro para mim que os cortes nas despesas públicas eram essenciais e que, do ponto de vista político, fazia sentido a minha imediata concordância com Patrick Jenkin, o novo Secretário-Chefe, com as reduções do meu orçamento para a educação. Perante a situação, houve cortes nos planos de construção de escolas e na formação de professores, e o preço das refeições escolares foi aumentado.

A busca de soluções de poupança não acabou aqui. Quando os efeitos da crise do petróleo e da greve dos mineiros se fizeram sentir em dezembro, Tony Barber procurou de forma frenética fazer outros cortes.<sup>49</sup> Despesas de capital é a única área na qual se podem fazer grandes cortes imediatos na despesa pública. Por isso foi pedido aos ministros que reduzissem os seus programas de capital em 5% e os seus contratos de fornecimentos e outras despesas com bens e serviços, em 10%. Nesta conformidade, implementei mais cortes nos programas de construção de escolas e de estabelecimentos de ensino superior, incluindo penosamente uma moratória na substituição de escolas primárias públicas mais antigas; a longo prazo haveria também a redução na taxa de expansão do número de estudantes. A redução no orçamento do *DES* para 1974/75 foi de 182 milhões de libras – dos 1.200 milhões de libras de cortes totais em despesa pública. Mas consegui salvar o programa do ensino pré-escolar e também os programas de construção de escolas de ensino especial.

---

<sup>49</sup> N. do T.: ver página 232 do original.

Mas agora, contudo, eu estava concentrada nos cataclismos que atingiam o Governo. Não tardou que eu montasse a minha tribuna e defendesse as políticas que havia perseguido enquanto estive no departamento da Educação. Não me foi difícil fazê-lo, pois em quase todas as frentes o registo foi de avanço. E se as medidas através das quais desta vez o ‘avanço’ foi avaliado – recursos atribuídos, em vez de resultados alcançados – foram aceites, foi também um registo de genuíno melhoramento. Quase 2.000 escolas primárias obsoletas foram substituídas ou melhoradas em Inglaterra e no País de Gales. Houve uma expansão substancial da educação pré-escolar. Promovi o aumento da idade da escolaridade obrigatória, que o partido Trabalhista tinha tido que adiar. Menos alunos tinham agora aulas em salas demasiado grandes. Havia professores mais qualificados e mais estudantes no ensino superior. Mas muito do meu tempo na Educação tinha sido passado a discutir estruturas e recursos, muito pouco na resolução da questão crucial dos *conteúdos* dos programas.

Da mesma forma, era nítido por altura das eleições gerais que as duas figuras e, mais fundamentalmente, a abordagem de *Um enquadramento para a Expansão* tinham sido evitadas pelos acontecimentos. Não havia maneira de poder pagar um programa de educação pré-escolar universal. As escolas teriam de se conformar com as infiltrações nos telhados por muitos mais anos, até que a diminuição do número de alunos e o encerramento de escolas permitissem que os recursos fossem mais bem utilizados. O princípio do Relatório *Robbins* – o de que ‘cursos de ensino superior deveriam ser disponibilizados a todos quantos qualificados pela aptidão e sucesso escolar para os prosseguir’ (parágrafo 31) – teria de ficar para segundo lugar, devido às exigências de rigor financeiro.

Por mais frustrante que tenha sido ver reduzidos os planos e programas a que eu aspirava, vejo agora que tal foi inevitável. E, como efeito colateral, talvez nos tenha

forçado a pensar de forma criativa acerca de como obter o melhor valor dos nossos recursos subitamente limitados. Na esfera económica, as crises ocorridas de 1973 a 1976 conduziram a um profundo ceticismo acerca do valor da gestão da procura de inspiração Keynesiana e a uma nova apreciação da abordagem económica liberal de orçamentos equilibrados, impostos baixos e mercados livres. Da mesma forma, na educação e também noutras áreas de política social, a percepção de que deviam ser encontradas medidas de remediação que não as do aumento da despesa pública, abriu um novo horizonte. Começou-se a questionar se o sistema educativo em vigor podia obter os resultados que dele se esperavam. Afinal, e na prática, não era para benefício dos gestores do ensino que ele existia, e não para os seus destinatários? Estaria o Estado – fosse o *DES* ou as autoridades educativas locais – a fazer demasiado, em vez de muito pouco? O que é que os resultados – geralmente superiores – dos sistemas e métodos educativos de outros países tinham a ensinar-nos a nós? Era necessário repensar estas políticas; e muito em breve ser-nos-ia dado muito tempo para pensar.